

PPC

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (EaD)



SÃO PAULO/SP

**PPC — PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (EaD)**

FACULDADE EDUCAMAIIS

**SÃO PAULO
2019**

SUMÁRIO

1	DIMENSÃO INSTITUCIONAL	7
1.1	INTRODUÇÃO	7
1.2	DIMENSÃO INSTITUCIONAL	8
1.2.1	Sobre a Mantenedora – Dados Cadastrais	8
1.2.2	Sobre a Mantida – Dados Cadastrais	8
1.2.3	Quadro Histórico dos Atos Legais da Mantida	9
1.2.4	Quadro Histórico de Atos Legais dos Cursos de Bacharelado e Tecnólogos.	9
1.3	Condição Jurídica e Fiscal	10
1.3.1	Natureza jurídica	10
1.4	Condições fiscais e parafiscais	10
1.4.1	Finalidades	10
1.4.2	Capacidade Financeira e Patrimonial	11
1.4.3	Dirigentes atuais	11
1.5	Perfil, Objetivos, Missão e Visão de Futuro	11
1.5.1	Objetivos	11
1.5.2	Missão	12
1.5.3	Visão de futuro	13
1.6	Breve Histórico	13
1.6.1	Inserção Regional	15
1.6.2	Responsabilidade Social	16
1.6.3	Direito do Aluno com TEA — Transtorno do Espectro Autismo à Educação	18
1.6.4	Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência E Mobilidade Reduzida	19
1.6.5	PNEA — Políticas de Educação Ambiental	20
1.6.6	Política Nacional de Educação em Direitos Humanos	20
1.7	EaD — Educação a Distância	21
1.8	Principais tecnologias	23
1.9	A Legislação da EaD no Brasil	24
1.9.1	Comparativo com outros países	26
2	DADOS DO CURSO	27
2.1	Atos Legais do curso	27
2.1.1	Base Legal do Curso	28
2.1.2	Totais de Vagas Autorizadas	30
2.1.3	Turnos de Funcionamento	31
2.1.4	Regime de Matrícula	31
2.1.5	Formas de acesso ao curso	31
2.1.6	Carga Horária Total do Curso	32

2.1.7	Prazos de Integralização do Curso	32
2.1.8	Titulação conferida.....	32
2.1.9	Princípios Metodológicos.....	32
2.2	A importância do Curso e sua Contextualização Regional.....	33
2.2.1	Sobre a Inserção Nacional e Regional.....	36
2.2.2	Articulação do PPC — Projeto Pedagógico do Curso com o PPI — Projeto Pedagógico Institucional e com o PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional.....	47
3	METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO	49
3.1	Metodologias de Ensino.....	49
3.1.1	Metodologias de Avaliação.....	50
3.1.2	Avaliação da aprendizagem	50
3.1.3	Atividades Articuladas ao Ensino, Pesquisa e Extensão.....	54
3.1.4	Programa de Monitoria.....	55
3.2	TCC — Trabalho de Conclusão de Curso	55
3.2.1	Sobre o relatório final do TCC.....	56
3.2.2	Sobre a orientação do relatório final do TCC	56
3.3	Princípios Metodológicos	56
3.3.1	Auto Avaliação e Avaliação Externa do Curso.....	57
3.3.2	Processos Internos	60
3.3.3	Processos Externos.....	63
3.3.4	Apoio ao discente	63
4	ORGANIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	65
4.1	Nome do Curso	65
4.1.1	Atos Legais do curso	65
4.1.2	Base Legal do Curso	65
4.2	Justificativa do Curso.....	66
4.3	Objetivos do Curso.....	66
4.3.1	Objetivos Gerais do Curso	68
4.3.2	Objetivos Específicos.....	68
4.3.3	Objetivos de Aprendizagem: competências, atitudes e habilidades...	69
4.3.4	Perfil do egresso	69
4.4	Integralização Curricular.....	70
4.4.1	Requisitos para Integralização Curricular	70
4.4.2	Estrutura Curricular.....	71
4.5	Matriz Curricular.....	72
	História Social e Econômica Contemporânea.....	74
4.5.1	Ordenamentos Legais.....	75
4.5.2	Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares	76
4.5.3	Regulamentação do Estágio Supervisionado	79

4.6	Conteúdos Curriculares	81
4.6.1	Ementário e bibliografia das disciplinas presenciais e à distância	81
5	CORPO DOCENTE.....	123
5.1	Administração Acadêmica	123
5.1.1	Estrutura Organizacional	123
5.1.2	Composição do NDE - Núcleo Docente Estruturante	123
5.1.3	Titulação do NDE.....	124
5.1.4	Experiência Profissional do NDE	124
5.1.5	Regime de Trabalho do NDE	124
5.1.6	Titulação, Formação Acadêmica e Experiência do Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais	124
5.1.7	Atuação do Coordenador do Curso	126
5.1.8	Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	127
5.2	Quadro Corpo Docente	127
5.2.1	Titulação e % de Participação da Titulação do Corpo Docente	129
5.2.2	Número de disciplinas por Docentes.....	129
5.2.3	Regime de Trabalho do Corpo Docente	130
5.2.4	Experiência Profissional do Corpo Docente	130
5.3	Estrutura Técnico-Administrativa	131
5.4	Sobre os Cursos Oferecidos a Distância	132
5.4.1	Material didático e instrucional.....	132
5.4.2	Equipe Profissional Multidisciplinar.....	133
5.4.3	PFC — Programa de Formação Continuada de Tutores, Técnicos e Administrativos	133
5.4.4	Material didático e instrucional.....	134
5.4.5	Equipe Profissional Multidisciplinar.....	135
6	INFRAESTRUTURA.....	136
6.1	Instalações Gerais	136
6.2	Infraestrutura Específica para o Curso	136
6.2.1	Recursos de Biblioteca e de Suporte ao Curso.....	136
6.2.2	Espaço Físico.....	139
6.2.3	Acervo do Curso.....	140
6.2.4	Equipamentos	142
6.2.5	AVA — Ambiente Virtual de Aprendizagem.....	143
6.3	Dimensões, indicadores, processos e instrumentos da Autoavaliação.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 2-1: Cidades mais populosas da Região Sudeste do Brasil estimativa IBGE/2011:.....	42
---	----

LISTA DE TABELAS

Figura 2-1: Inserção Nacional	37
Figura 3-1: Sistema Contínuo de Avaliação	60

1 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

1.1 INTRODUÇÃO

A atual Educa+ — Faculdade Educamais foi originalmente constituída pela Associação Cruz Azul de São Paulo, reconhecida por FACRAZ — Faculdade Cruz Azul, criada para atender a família militar e, que na sua trajetória, passou atender, também, a comunidade da região.

Desta forma, deixou de cumprir com a sua finalidade e decidiu transferir a manutenção, no primeiro semestre de 2014, para EGEA - Escola Global de Estudos Avançados S/A, passando ambas mantenedoras, Cruz Azul e EGEA a trabalharem em conjunto até a autorização da Portaria MEC nº 458, de 22 de Maio de 2017, publicada no DOU em 23 de Maio de 2017, com sede na Rua Dr. Luís Carlos, nr. 1000, bairro Penha de França, São Paulo (SP) - CEP: 03505-000, pela mantenedora EGEA – Escola Global de Estudos Avançados S/A, quando além da cessão de manutenção, na mesma portaria altera a denominação da faculdade que passa a ser, inicialmente, FBCT/— Faculdade Brasileira de Ciências e Tecnologia, e na sequência através de um processo administrativo, assume a nova denominação social Educa+ — Faculdade Educamais, e que se encontra instalada no endereço já citado anteriormente, conhecida pelo nome fantasia de Faculdade Educamais, ou ainda, EDUCA+, que doravante será a denominação utilizada.

Neste momento, aqui se apresenta este PCC — Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o qual reitera o seu compromisso com a educação, ao oportunizar o acesso ao mundo do ensino superior a um público que necessita de uma formação de qualidade e acessível, e que atende as demandas de uma realidade social cada vez mais complexa e diversificada.

Por meio da atual Faculdade Educamais que se empenha, sistematicamente, em ser reconhecida pela excelência da aprendizagem e conhecimento que fornece, mantendo no planejamento e execução de seus cursos, uma equipe de profissionais com significativa experiência acumulada na docência e no mercado de trabalho, que buscam sempre a estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática desses cursos, e aqui, em particular, nesta Licenciatura em Artes Visuais.

1.2 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

1.2.1 Sobre a Mantenedora – Dados Cadastrais

Razão Social: EGEA — Escola Global de Educação Avançada S/A de São Paulo

CNPJ: 07.863.991/0001-85

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado e com fins lucrativos

Endereço: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4899, São Paulo (SP)

CEP: 01401-002

Telefone fixo: (011XX) 2174-2300

e-mail: atendimento@faculdadeeducamais.com.br

Representante Legal: Nelson Boni

CPF: 649.126.988-49 - **RG:** 6.908.313 (SSP-SP)

Telefone: (011XX) 2174-2300

e-mail: boni@grupoeducamais.com.br

1.2.2 Sobre a Mantida – Dados Cadastrais

Nome da Mantida: Faculdade Educamais

CNPJ: 07.863.991/0014-08

Sigla: EDUCA+

Endereço: Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, São Paulo - SP

CEP: 03505-000

Telefone: (011) 2638-3708 ou 2638-3710

Diretor e Representante: Legal: Nelson Boni

e-mail: boni@grupoeducamais.com.br

CPF: 649.126.988-49 - **RG:** 6.908.313- SSP/SP

Telefone: (11) 2174-2300

PI — Procurador Institucional: Victor Martins Boni

e-mail: victor@grupoeducamais.com.br

CPF: 700.494.701-75 - **RG:** 327.300.267-7- SSP/SP

Telefone: (011) 2174-2300

1.2.3 Quadro Histórico dos Atos Legais da Mantida

FACULDADE EDUCAMAI

CRENCIAMENTO

Portaria MEC nº 1.247, de 14/10/2008, publicada em 15/08/2008
(antiga: Faculdade Cruz Azul)

ALTERAÇÃO DENOMINAÇÃO MANTIDA

Portaria MEC nº 458, de 22/05/2017, publicada em 23/05/2017 e processo Administrativo mar/2018.

1.2.4 Quadro Histórico de Atos Legais dos Cursos de Bacharelado e Tecnólogos.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 731 de 23/10/2008, publicada no D.O.U. em 24/10/2008.

RECRENCIAMENTO

Portaria MEC/SESu nº 041 de 14/02/2013, publicada no D.O.U. em 14/02/2013.

ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 732 de 23/10/2008, publicada no D.O.U. em 24/10/2008.

RECRENCIAMENTO

Portaria MEC/SESu nº 214 de 17/05/2013, publicada no D.O.U. em 17/05/2013

PEDAGOGIA (BACHARELADO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 238 de 30/03/2017, publicada no D.O.U. em 30/03/2017

GESTÃO FINANCEIRA (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 566 de 27/09/2016, publicada no D.O.U. em 27/09/2016

GESTÃO SEGURANÇA PRIVADA (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 915 de 27/11/2015, publicada no D.O.U. em 27/09/2016

GESTÃO RECURSOS HUMANOS (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 565 de 27/09/2016, publicada no D.O.U. em 27/09/2016

GESTÃO COMERCIAL (TÉCNOLOGO)

AUTORIZAÇÃO

Portaria MEC/SESu nº 330 de 11/05/2017, publicada no D.O.U. em 12/05/2018

1.3 Condição Jurídica e Fiscal

1.3.1 Natureza jurídica

A EGEA- Escola Global de Educação Avançada S/A é mantenedora da Faculdade Educamais, doravante só denominada EDUCA+, organização esta com fins econômicos, de caráter educativo, com prazo de duração indeterminado, com domicílio, sede e foro na comarca da Capital do Estado de São Paulo, regendo-se pelo seu Contrato Social, devidamente registrado nos órgãos competentes e pelas demais normas legais em vigor.

1.4 Condições fiscais e parafiscais

A EGEA-Escola Global de Educação Avançada S/A de São Paulo está inscrita no CNPJ sob o nº 07.863.991/0001-85, e mantém regularidade fiscal e parafiscal, estando em dia com os recolhimentos e obrigações, e conforme certidões anexadas a este processo.

1.4.1 Finalidades

A EGEA-Escola Global de Educação Avançada S/A de São Paulo tem por finalidade a educação profissional de nível técnico, de graduação e de pós-graduação nas formas presencial e a distância, comércio varejista de livros, treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial, para atender as necessidades sociais da comunidade a nível nacional.

1.4.2 Capacidade Financeira e Patrimonial

A capacidade econômico-financeira e patrimonial da mantenedora pode ser evidenciada nos respectivos relatórios contábeis, que evidenciam o trato na arrecadação, nas muitas despesas efetuadas, bem como, nas previsões e provisões de investimentos necessários às tomadas de decisão em uma gestão plena e eficaz.

1.4.3 Dirigentes atuais

Reitor - Diretor Presidente: Sr. Nelson Boni

Vice Presidente e Diretor: Sr. Nailton Araujo Barbosa

Vice Reitor / Vice Diretor Geral: Sr. Victor Martins Boni

Coordenador Geral Educação: Sr(a). Maria Aparecida Campos da Silva

Secretário Geral: Sr(a). Susane Borges Pereira

1.5 Perfil, Objetivos, Missão e Visão de Futuro

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da EDUCA+ — Faculdade Educamais, doravante só denominada EDUCA+, estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da graduação, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência desta concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimiladas e adquiridas no nível de graduação, devem conferir-lhe capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prioritárias da região e do país. Este conjunto de competências deve proporcionar ao aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

1.5.1 Objetivos

Os cursos da EDUCA+ têm como objetivo formar profissionais capacitados para exercerem atividades em diversas áreas do conhecimento, a atuarem no mercado de trabalho com uma postura criativa, reflexiva, responsável e ética, aplicando criticamente

o raciocínio lógico e científico, permitindo identificar, propor e/ou solucionar problemas pertinentes ao seu meio profissional de acordo com as exigências do mercado.

A EDUCA+ desenvolverá ações que assegurem:

- ✓ Promover a todas as classes sociais o ensino de graduação, pesquisa, extensão e pós-graduação com os requisitos necessários a formação de profissionais com qualidade;
- ✓ A formação de profissionais tecnicamente competentes, éticos e com concepção humanística e visão global, capazes de desempenhar a profissão;
- ✓ A sólida formação técnico-científica, promover o espírito de investigação científica, buscando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura criando o comprometimento do homem com o veio que vive;
- ✓ Contratar professores com experiência profissional e titulação que estejam comprometidos com o ensino superior;
- ✓ A integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão aberta a comunidade, visando difundir a educação;
- ✓ Prestar serviços especializados à comunidade estabelecendo uma relação de reciprocidade.
- ✓ A busca da construção da qualidade do ensino e a conseqüente preparação dos seus profissionais como instrumento favorecedor da preparação para o exercício da cidadania.
- ✓ Incentivar e promover o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional através da formação continuada;
- ✓ Buscar relacionamentos empresariais e educacionais com ou sem fins lucrativos, firmando parcerias e inserção dos alunos no mercado profissional e troca de experiências visando o aprimoramento técnico e científico.
- ✓ A flexibilização curricular e a interdisciplinaridade são desenvolvidas pela EDUCA+ preservando o caráter pluridimensional do ensino, proporcionando ao acadêmico uma sólida formação geral, necessária a superação dos desafios de atender às modificações no mercado de trabalho e à produção do conhecimento.

1.5.2 Missão

A EDUCAM AIS tem como missão:

"Democratizar o acesso à educação para todos os brasileiros, elevando sua condição socioeconômica através da capacitação para o trabalho".

Isto significa investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

1.5.3 Visão de futuro

- ✓ Buscar tornar-se um núcleo científico e cultural de referência para o ensino e difusão da ciência, da educação e das tecnologias, capaz de incluir e formar futuros profissionais altamente qualificados e dotados de visão crítica da dinâmica social;
- ✓ Graduar futuros profissionais com sólida formação acadêmica, de forma a possibilitar melhor colocação no mercado de trabalho. Para tanto, a EDUCA+ se alia à tradição, mercadológica, com o empreendedorismo acadêmico.
- ✓ Convivência na diversidade, de tal modo que todos respeitem as diferenças e as divergências;
- ✓ Disseminação de todas as formas de conhecimentos democratizando continuamente o acesso a educação;
- ✓ Produção e inovação de conhecimentos científicos, buscando as demandas sociais;
- ✓ Manter o compromisso com a missão e os objetivos da instituição.

1.6 Breve Histórico

A EDUCA+, criada inicialmente com a denominação de FACRAZ — Faculdade Cruz Azul tinha como finalidade cuidar da educação dos órfãos policiais militares: já em 1926, a Associação Cruz Azul do Estado de São Paulo mantinha um instituto infantil; quatro anos depois, um Jardim de Infância com 90 crianças e uma escola com 120 alunos. O número de famílias de policiais militares que matriculavam seus filhos nas instituições de ensino da Cruz Azul não parava de crescer. Foi então que, no final da década de 70, um grupo de oficiais, reconhecendo a importância de oferecer aos dependentes de policiais militares e, em especial aos órfãos, uma formação moral e intelectual de alto nível, propôs ao Comando Geral a construção de um novo colégio.

Assim, no dia 20 de fevereiro de 1978, foi inaugurado o Colégio da Polícia Militar, hoje denominado ‘Unidade Centro’, na Avenida Cruzeiro do Sul (SP). A ampla estrutura oferecida e a existência de vagas ociosas não ocupadas por dependentes de policiais militares permitiram estender a possibilidade de acesso às crianças da sociedade como um todo, ampliando gradativamente o número de alunos e integrando o Colégio à comunidade civil.

A Instituição¹ abriga mais de 11 mil alunos, atendidos nas 11 unidades existentes do Colégio PM, em operação na Capital e no interior do estado de São Paulo, os quais também são certificados pelas Normas ISO 9001 e ISO 14001. Além do colégio, também oferece cursos profissionalizantes: auxiliar de enfermagem e cursos técnicos em enfermagem, segurança do trabalho, administração, comércio, logística e contabilidade.

O Colégio PM, atualmente, trabalha com o Sistema Anglo de Ensino e a cada dia lança novos desafios, não só visando a expansão, mas com o foco constante no aperfeiçoamento, seja pela participação na elaboração do projeto político pedagógico norteador do ensino, ou pela atualização de conhecimentos e competências.

Sem perdermos a perspectiva de que vivemos em um mundo globalizado, logo, com incomensurável competitividade, além de termos tantas experiências acumuladas no decorrer desses anos de Colégio, tudo nos leva a crer que a realidade de tantas descobertas e dos avanços científico-tecnológicos só nos têm deixado espaços para arrojados e excepcionais voos no tocante às propostas pedagógicas. Desta forma, temos um compromisso a ser seguido: a qualidade do ensino que oferecemos deve ser, também, um exemplo a ser seguido por todos aqueles que realmente estão interessados em modificar-se por um ensino qualificado, preparando os jovens que, indubitavelmente, farão muito sucesso e estarão na vanguarda de todos esses avanços, corroborando, pois, um dos maiores objetivos da Associação Cruz Azul do Estado de São Paulo. E, por reconhecermos que os nossos voos devem ser cada vez mais precisos e gradativos, um dos passos mais importantes que demos, certamente, foi a criação da Faculdade Cruz Azul, edificada especialmente para fins educacionais, atendendo a uma solicitação antiga de centenas de pais e alunos do Colégio da Polícia Militar e alunos do ensino médio de outros colégios.

¹ Disponível: <http://www.cruzazulsp.com.br/institucional/historia/>. Acesso em mar/2019.

Por decisão unânime em assembleia, resolve-se pela transferência da manutenção, já que ao longo de 2008 até 2013 a faculdade não atendia apenas a família militar, perdendo a sua finalidade. Assim, em 2014 foi realizada uma transação comercial, assumindo a manutenção o grupo EGEA — Escola Global Educação Avançada S/A, denominada daqui para frente como EGEA, neste momento a instituição tinha dois cursos: Administração e Ciências Contábeis, que se encontram anexos na pasta eletrônica do e-Mec.

Durante o período de 2014 a 2017 a gestão da faculdade ocorre de forma compartilhada: ambas as mantenedoras resolvem ampliar os cursos ofertados, e, em 2015, foi autorizado do curso Tecnólogo de Gestão de Segurança Privada, e, em 2016, demais cursos Tecnológicos: Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira; em 2017, foi autorizado o curso de Licenciatura em Pedagogia, e em 12.05.2018 foi autorizado mais um curso Tecnológico: Gestão Comercial. Desta feita, passou-se de dois para sete os cursos ofertados nesta IES Educa+, com três cursos autorizados a distância: Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia.

Por tudo aqui explanado, se verifica que o histórico da antiga FACRAZ— Faculdade Cruz Azul— se consolida na atual EDUCA+ quando os sonhos e os ideais pretendem ser transformados em realidade mediante a vocação educacional de seus criadores.

1.6.1 Inserção Regional

A concepção do projeto institucional da Educa+ surge das necessidades e demandas da região, de forma a fortalecer o desenvolvimento e construção de uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e das suas áreas de influência.

Sediada na Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, São Paulo - SP, zona leste de São Paulo, a EDUCA+ possui em sua estrutura administrativa, organizacional e acadêmica profissionais altamente qualificados, mantendo a tradição de um ensino de alta qualidade. E, por assim ser, a EDUCA+ em consonância com seu compromisso educacional, a partir de 2014 ampliou os cursos de graduação buscando atingir três modalidades de curso: Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos.

- ✓ **Bacharelado:** Ciências Contábeis e Administração: ambos têm duração de oito semestres (quatro anos);
- ✓ **Licenciatura:** Pedagogia: com duração de oito semestres (quatro anos)
- ✓ **Tecnólogos em Gestão Financeira, Gestão Recursos Humanos, Gestão de Segurança Privada e Gestão Comercial:** todos com duração de 4 semestres (dois anos).

Esses cursos atendem em média 40 (quarenta) alunos por turma, e, desta forma, oferece um ensino de qualidade, permitindo um trabalho pedagógico melhor personalizado.

As diretrizes que norteiam o PDI — Projeto Institucional da EDUCA+, estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência desta concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

1.6.2 Responsabilidade Social

A EDUCA+, com apoio de sua entidade mantenedora, desenvolve diversos projetos e programas como parte de sua responsabilidade social como entidade de educação superior.

A EDUCA+ cumpre seu papel como interventor social, por meio de programas de orientação, educação, para o desenvolvimento dos diversos segmentos de nossa sociedade, em áreas como saúde, desenvolvimento humano, social, político, econômico e tecnológico.

Cabe à IES – Instituição de Ensino Superior estabelecer comunicação permanente com seus públicos, dialogar democraticamente com todos os setores da sociedade civil e do Estado, com sua comunidade interna e externa, participando, como sujeito ativo, da construção e transformação social.

As ações práticas realizadas nos últimos anos, com a participação de professores e alunos, em regime de voluntariado abrangem:

- ✓ Festa das Crianças na comunidade carente da região realizada em 09/10/2009, no Lar Escola Recanto Cristão [2](#).

² Disponível: LERC- Lar Escola Recanto Cristão. <http://www.lerc.org.br:7080/site>. Acesso Mar/2019.

Envolvidos: Alunos e professores do curso de Administração e Ciências Contábeis.

- ✓ Festa das Crianças na comunidade carente de Vila Nhocuné realizada em 12/10/2010.

Envolvidos: Alunos e professores do curso de Administração e Ciências Contábeis.

- ✓ Assessoria gratuita no preenchimento da declaração IRPF, para a comunidade local, realizada no período no mês de abril, desde 2011 até o corrente ano (2018), na EDUCA+. Em 2016 e 2017, ampliou o projeto para a participação em treinamento; foram arrecadados alimentos que, posteriormente, foram doados a uma das entidades da comunidade; e, em função disso, a atividade se intitulou “Projeto Leão Solidário”.

Envolvidos: Alunos de Administração e Ciências Contábeis, juntamente como professor orientador.

- ✓ Visita ao Lar de senhoras “Lar das Mãezinhas” ³, realizada em 21 de maio de 2016 e 08 de Abril de 2017.

Os alimentos arrecadados, pelo Projeto Leão Solidário, foram doados ao Asilo e Casa de Repouso – ‘Lar das Mãezinhas’, instituição que atende 33 idosas, localizada no bairro da Penha. Na ocasião da entrega, os alunos passaram a manhã conversando e trocando experiências com estas senhoras atendidas pela instituição.

Envolvidos: Alunos de Administração e Ciências Contábeis, juntamente como professor orientador.

- ✓ Parceria com a Fundação Comunidade da Graça, firmada em julho de 2016, visando articular cursos de extensão e nivelamento - mercado de trabalho - para a comunidade pertencente à instituição.
- ✓ O Projeto Leão Solidário passou atuar na Comunidade da Graça ofertando aos seus associados a elaboração do IRRF/2017, e na entrega das declarações devidamente enviadas e protocoladas na Receita Federal o contribuinte entrega um quilo de alimento, que por sua vez são doados a entidades carentes.

³ Disponível: SBAS-Lar das Mãezinhas. <http://www.lardasmaezinhas.org.br/>. Acesso em mar/2019.

- ✓ Desafio Outubro Rosa: realizado no mês mencionado e sob o apoio e orientação dos professores, os alunos realizaram apresentações que visaram promover a reflexão sobre a necessidade de prevenção do câncer de mama.

Envolvidos: todas as turmas dos cursos em vigor na IES.

Assim, se entende que a Responsabilidade Social não pode ser apenas o cumprimento das leis, mas uma mudança de atitude das empresas e das pessoas com relação ao seu papel na sociedade. O veículo adequado a propagação desta mudança são as IES, desta forma, disciplinas como: Psicologia e Comportamento Humano nas Organizações, Comunicação Empresarial, Gestão de Pessoas, Política Econômica Brasileira e Desenvolvimento Regional, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Tópicos de Contabilidade Internacional, Contabilidade Social e Ambiental, Tópicos Avançados de Contabilidade desenvolvem ao longo do semestre tópicos de Responsabilidade Social criando uma nova orientação para as organizações produtivas.

Portanto, se confirma aqui a máxima já aventada anteriormente: a EDUCA+ e seu respectivo histórico é feito de sonhos e ideais que serão transformados em realidade mediante a vocação educacional de seus criadores.

1.6.3 Direito do Aluno com TEA — Transtorno do Espectro Autismo à Educação

Segundo o Art.5º da Lei 12.764/2012: “É dever do Estado”, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro do autismo à educação, em um sistema educacional inclusiva garantida a transversalidade da educação especial, desde a educação infantil até a educação superior.

§1º O direito de que trata o *caput* será assegurado em todas as políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, segundo os preceitos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

§2º Em casos de comprovada necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro do autismo ou outra deficiência estiver matriculada disponibilizará profissional de apoio no contexto escolar nos termos do parágrafo único, art. 3º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

§3º É de responsabilidade da instituição de ensino, pública ou privada, prover o profissional de apoio e outras adaptações razoáveis, nos termos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que sejam necessárias para o

ingresso e permanência do aluno na escola, sendo vedada a cobrança de valores diferentes dos praticados com os demais alunos sob essa justificativa.

A EDUCA+, por meio de reunião de NDE — Núcleo Docente Estruturante decidiu prover um profissional de psicopedagogia, o qual será o responsável pela adaptação dos alunos com TEA. O atendimento será feito na IES e, se houver casos relacionados a questões médicas, haverá o encaminhamento à especialidade médica. Este profissional psicopedagogo dará o apoio necessário, assim como a IES fará as adaptações necessárias, nos termos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no caso de alunos com esse perfil. Atualmente, a EDUCA+ conta uma psicóloga e uma psicopedagoga para atendimento à alunos com necessidades especiais, ambas capacitadas para atendimento no âmbito educacional.

1.6.4 Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência E Mobilidade Reduzida

Com base nos princípios que definem uma sociedade inclusiva com fundamentação no decreto nº 5.296 de 2/12/2004, a educação de pessoas com deficiência no ensino superior vem ganhando destaque nas pesquisas brasileiras, a partir da análise crítica das mudanças políticas governamentais, aliadas as transformações econômicas e culturais da sociedade.

Qualquer IES, em seu ambiente educativo inclusivo, deve requerer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação.

Portanto, a política de segurança e medicina do trabalho da instituição envolve todos os seus diversos setores como as obras civis e os setores de apoio, ou seja, a instrução das normas de segurança a todos os alunos é prioridade.

A EDUCA+ adota uma política para melhorar e expandir o espaço físico em geral, implementando um processo de modernização da infraestrutura organizacional, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do trabalho no âmbito interno. Também, garante aos seus alunos portadores de necessidades especiais, condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma nas suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, que atendem a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do MEC, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e na sequência, do credenciamento de instituições.

1.6.5 PNEA — Políticas de Educação Ambiental

Em conformidade às exigências do Decreto nº 4.281/2002 que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, Art. 1º: "Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" que institui a PNEA — Política de Educação Ambiental.

A EDUCA+ oferece conteúdos curriculares promovendo a educação ambiental, o desenvolvimento do indivíduo e o seu papel na coletividade e, assim, desenvolver valores sociais, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, tão necessária a qualidade de vida e a sustentabilidade de todos e do planeta.

Neste sentido as disciplinas: Evolução do Pensamento Administrativo, Plano de Negócios, Contabilidade Ambiental e Social, Contabilidade Introdutória, Ética e Legislação Profissional, Contabilidade Tributária e Fiscal e Controladoria, tratam da PNEA, uma vez que demonstram aos discentes os impactos das decisões e das respectivas ações envolvidas; e, especificamente, mostram como identificar a valoração financeira das empresas que se preocupam com seus atos e reflexos, ao adotar boas práticas de política ambiental.

Assim, aqui citando Mousinho (2003)⁴, sobre a política de educação ambiental, se trata de:

Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Portanto, para que se concretize tal educação, nas reuniões do NDE são observadas a ministração de tais políticas, uma vez que estas fazem parte da interdisciplinaridade que permeia todas as disciplinas do curso.

1.6.6 Política Nacional de Educação em Direitos Humanos

A EDUCA+ atende de forma multidisciplinar a Resolução nº 1/2012, que determina as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, trata-se de um

⁴ MOUSINHO, P. Glossário. In: Trigueiro, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

dos eixos fundamentais do direito à educação, contribuindo com um dos seus objetivos que é a formação humanística.

A concepção e prática da educação dos Direitos Humanos é a promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidade individual e coletiva cujos conceitos são trabalhados nas disciplinas: Contabilidade Geral, Evolução do Pensamento Administrativo, Contabilidade e Responsabilidade Social, Gestão de Pessoas, Legislação Trabalhista e Previdenciária, Ética e Legislação Profissional, Planejamento Fiscal e Tributária I e II, Contabilidade de Instituições Diferenciadas, Empreendedorismo, Plano de Negócios e, também, no PAI – Projeto Atividade Interdisciplinar.

Tais disciplinas têm, como premissa, trabalhar o perfil profissional centrado nas ações éticas, visando o bem-estar individual, coletivo e com foco no respeito às diferenças sociais, pois a EDUCA+ no intuito de formar um profissional diferenciado, além de observar o conteúdo ministrado naquelas disciplinas, promove palestras que contemplem a teoria e a prática dos direitos humanos.

1.7 EaD — Educação a Distância

Muitos autores datam o surgimento da EaD — Educação a Distância no mundo no século XV, quando Johannes Guttenberg inventou a imprensa na Alemanha, utilizando caracteres móveis para a composição de palavras. Até aquele momento, a produção de livros era realizada manualmente. Em épocas mais recentes, temos citações de uma tentativa de estabelecer um curso por correspondência na Inglaterra, com direito a diploma, em 1880. Tal ideia foi rejeitada pelas autoridades locais e os autores da proposta foram para os Estados Unidos, encontrando espaço na Universidade de Chicago. Em 1882, surgiu o primeiro curso universitário de EaD naquela instituição, com material enviado pelo correio. Depois, em 1906, a Calvert School, em Baltimore, EUA, tornou-se a primeira escola primária a oferecer cursos por correspondência.

A difusão da EaD no mundo se deve principalmente à França, Espanha e Inglaterra. A primeira universidade baseada totalmente no conceito de educação à distância foi a Open University (OU), na Inglaterra. Surgida no final dos anos de 1960, a OU iniciou seus cursos em 1970 e em 1980 já tinha 70.000 alunos, com 6.000 pessoas se graduando a cada ano. Ao longo de seus 35 anos de existência, foram incorporadas todas as novas tecnologias que eram desenvolvidas e popularizadas, como vídeos e computadores pessoais nos anos de 1980, e a Internet nos anos de 1990. A Open

University forneceu referências para o surgimento de universidades abertas em vários outros países do mundo, entre as quais podemos citar a Anadolou University, na Turquia; a Open Polytechnic, na Nova Zelândia; a Indira Ghandi National Open University, na Índia; e a Open Universit t Heerlen, na Holanda.

Vários países também desenvolveram sistemas de EaD para lidar com suas condi es específicas, que frequentemente apresentam desafios para a educa o da popula o local. No Canadá, por exemplo, que por ter regiões geladas durante a maior parte do ano, de acesso impossível por terra, foi o primeiro país do mundo a utilizar satélites de telecomunica es só para a educa o. L  surgiu o sistema Schoolnet, utilizando também cabos, Internet e Intranet, e investindo na capacita o e treinamento de professores e especialistas. Outros países gelados, como Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, têm popula es dispersas pelos seus territórios e altíssimos níveis de educa o básica. A Noruega, por exemplo, tem experiências com EAD desde 1914, quando foi criada a NKS, que atualmente utiliza videoconferência para aprendizagem   distância.

Na es com vastas extensões geográficas também encontram na EaD muitas solu es para seus problemas educacionais. Além do Canadá, tem-se o exemplo da Austrália, onde aproximadamente 30% da popula o vive espalhada em grandes áreas. A Universidade de Queensland foi criada em 1910, oferecendo cursos por correspondência. Durante a Primeira Guerra Mundial, estes cursos começaram a chegar às áreas isoladas do país, e mais tarde, em 1929, teve início o serviço de rádio. Em 1990, surgiu o Consórcio Nacional de Educa o   Distância, um órgão criado pelo governo australiano para organizar o ensino pós-secundário. A Espanha apresenta outro exemplo interessante, com a cria o da UNED (Universidade Nacional de Educa o a Distância), em 1973. Portugal tem, assim como a Inglaterra, sua própria Universidade Aberta, que foi criada em 1988. E além do Brasil, outros países da América Latina, como Bolívia e Argentina, têm realizado experiências com EaD.

A história da educa o a distância no Brasil teve início em 1904, com o ensino por correspondência. Na época, institui es privadas passaram a ofertar cursos técnicos sem exigir escolariza o anterior. Este modelo foi consagrado com a cria o da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, concebida por um grupo liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto (1923), e também com o surgimento do Instituto Monitor (1939), do Instituto Universal Brasileiro (1941) e de outras organiza es similares. Entre 1970 e 1980, institui es privadas e organiza es não governamentais (ONGs) começaram a oferecer cursos supletivos a distância, com aulas via satélite, complementadas por kits de materiais impressos. A universidade virtual, compreendida como ensino superior a

distância com uso de Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), surgiu no Brasil na segunda metade da década de 1990.

As universidades brasileiras passaram a se dedicar à pesquisa e à oferta de cursos superiores a distância e ao uso de novas tecnologias nesse processo a partir de 1994, com a expansão da Internet nas Universidades de Ensino Superior (IES) e com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, que oficializou a EaD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino.

A partir dessa Lei, uma nova perspectiva para a educação a distância passou a se constituir no país, trazendo a possibilidade de efetivação dos processos de ensino e de aprendizagem em outros momentos que não apenas no espaço da sala de aula e com a presença física de estudantes e educadores. Esse novo cenário, com novos atores e papéis, remete para a ênfase no processo de mediação pedagógica interativa através de vários recursos, de modo a provocar o encontro real ou virtual entre os sujeitos da educação, gerando a necessidade de reestruturação das instituições do ensino superior para a implementação de um sistema de EAD.

O desenvolvimento da Internet e da interface WWW provocou grandes mudanças e discussões no mundo em todas as áreas da sociedade inclusive na educação. No Brasil não foi diferente, principalmente na área da Educação a Distância. Além da internet vale lembrar que o aumento de disponibilidade e opções em tecnologias telemáticas também ajudou a alavancar as iniciativas em EAD no país.

Em 1997, universidades e centros de pesquisa passaram a gerar ambientes virtuais de aprendizagem, iniciando a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu via internet, demarcando, assim, entre 1996 e 1997, o nascimento da universidade virtual no Brasil. Entre 1999 e 2001 universidades virtuais formaram redes de cooperação acadêmica, tecnológica ou comercial entre instituições brasileiras, e entre estas e organizações internacionais. Neste período, passaram a ser organizados consórcios por afinidade regional, consórcios temáticos e redes de instituições públicas, privadas e confessionais.

1.8 Principais tecnologias

A proposta pedagógica do curso é marco norteador para o sucesso desta modalidade de ensino, embora não se possa negar que as tecnologias como a internet e utilização de transmissão via satélite, ao proporcionarem maior interação e interatividade,

promovam também uma maior aceitação e credibilidade da EaD atual em relação à época dos estudos por correspondência impressa, apostilas, rádio e TV.

Atualmente, no Brasil, segundo matéria da revista *Aprender Virtual*, as principais tecnologias adotadas pelas instituições de maior destaque no mercado de EaD são a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, videoconferência e transmissão de aulas geradas a partir de estúdios para salas de aula espalhadas por todo o território nacional. A plataforma mais utilizada no Brasil é a *Blackboard*. Ganham destaque também as soluções da UNOPAR e EDUCON conjugando transmissão de aulas via satélite e apoio às aulas pela internet com ambientes virtuais de aprendizagem. Registre-se também a solução da Fundação Getúlio Vargas com ferramentas de WebCast (transmissão de vídeo e voz em tempo real).

Outras soluções também estão sendo adotadas pelas instituições de ensino como a gravação de aulas em DVD e disponibilização de material bibliográfico em bibliotecas digitais. Faz-se necessário registrar as experiências da UNICAMP – Universidade de Campinas- com o ambiente virtual Teleduc, também utilizado em diversas instituições em nosso país, o ambiente ROODA desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Moodle, dentre outros.

Em nosso curso, optamos por utilizar o ambiente virtual desenvolvido pelo Grupo Educamais, que com o uso de tecnologia avançada, foi pioneiro no desenvolvimento das modernas técnicas de ensino-aprendizagem na modalidade a distância. As instituições do Grupo Educamais formam uma rede com mais de 500 polos de educação presentes em todo o Brasil, oferecendo mais de 300 cursos em diversas modalidades: Graduação, Pós-Graduação, Especialização, Extensão, Educação Continuada, Técnicos de nível médio, Capacitação Profissional, Treinamentos e Exame de Proficiência em Idioma.

1.9 A Legislação da EaD no Brasil

A legislação brasileira que norteia a EaD fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 20/12/1996, no Decreto nº. 5.622/2005 que regulamenta essa modalidade de ensino no país e, principalmente no Decreto Nº 9.057/2017, que atualiza a legislação sobre o tema e regulamenta a Educação à Distância no país.

Uma resolução do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES nº 1 de 3 de abril de 2001), que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, também contempla a modalidade a distância. Além desses dispositivos legais,

um documento da Diretora de Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação a Distância do Ministério de Educação (SEED-MEC), Carmen Moreira de Castro Neves, apresenta os “Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância”.

Ao analisar a legislação, pode se observar que essa modalidade de ensino tem mais abrangência e possibilidades menos restritivas na Educação Superior (Graduação e Pós-graduação). O Decreto 5622/2005, em seu artigo 30 e em conformidade com o § 4 do artigo 32 da LDB, a Educação Básica previa a utilização dessa modalidade de ensino exclusivamente para a complementação de aprendizagem ou em situações emergências, tais como impedimentos de saúde que inviabilizem o acompanhamento do ensino presencial, portadores de necessidades especiais, estar residindo ou exercendo atividades no exterior ou em localidades que não disponham de rede regular de ensino presencial, ou ainda, em situação de cárcere. Porém, o Decreto 9.057/2017 regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio. Nessas modalidades, as mudanças devem atender ao Novo Ensino Médio e ainda terão seus critérios definidos pelo MEC em conjunto com sistemas de ensino, Conselho Nacional de Educação (CNE), conselhos estaduais e distritais de educação e secretarias de educação estadual e distrital, para aprovação de instituições que desejam ofertar educação a distância. O cenário da Educação a Distância no Brasil começa a mudar. Temos um novo marco a partir do Decreto 9.057/2017.

No Ensino Superior, podem ser oferecidos cursos sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e, até mesmo, de doutorado na modalidade à distância. Nos cursos em EaD, a avaliação de desempenho dos alunos para fins de progressão ocorrerá mediante o cumprimento das atividades programadas e da realização de avaliações presenciais elaboradas pela própria instituição, segundo os critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa, cujos resultados devem prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. No caso de cursos de pós-graduação, a defesa de trabalho de conclusão ou monografia deve ser presencial.

A competência para credenciar cursos à distância em Educação Básica é de responsabilidade das autoridades dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal. Entre as principais mudanças trazidas pela regulamentação do Decreto 9.057/2017, estão a criação de polos de EaD pelas próprias instituições e o credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial. No caso de atuar em unidade fora da Federação onde está sediada, o credenciamento deve ser junto ao MEC.

Para cursos de graduação e pós-graduação a competência do credenciamento é exclusivamente do MEC. Em ambos os casos, Educação Básica ou Ensino Superior, os

requisitos para credenciamento, envolvem habilitação jurídica, regularidade fiscal, capacidade econômico-financeira, histórico de funcionamento da instituição de ensino, planos de desenvolvimento escolar ou de desenvolvimento institucional, estatutos ou regimentos (conforme o nível de ensino), corpo técnico e administrativo qualificado, instalações adequadas ao cumprimento do curso ou programa, termos de convênio ou acordos de cooperação, se existirem, entre outros.

Os referenciais de qualidade de Cursos à distância, apresentados pela Diretora de Política de Educação à Distância da SEED-MEC, não tem força de lei, mas servirão para orientar a EDUCA+ na organização de seus cursos na modalidade EAD, assim como deverão orientar as Comissões de Especialistas que forem analisar os projetos de cursos.

São dez itens básicos que devem nortear os projetos de preparação dos cursos:

- ✓ Compromisso dos gestores;
- ✓ Desenho do projeto;
- ✓ Equipe profissional multidisciplinar;
- ✓ Comunicação/interação entre os agentes;
- ✓ Recursos educacionais;
- ✓ Infraestrutura de apoio;
- ✓ Avaliação contínua e abrangente;
- ✓ Convênio e parcerias;
- ✓ Transparência nas informações;
- ✓ Sustentabilidade financeira.

Além desses, as instituições podem acrescentar outros que atendam as peculiaridades regionais e necessidades socioculturais de seus estudantes. Em síntese, estes são os principais aspectos legais que regem o funcionamento dos cursos e programas de EaD no Brasil. Neste PPC vamos discriminar mais adiante cada um dos aspectos que estão presentes nos referenciais de qualidade para a EaD, buscando dar visibilidade ao modo como a EDUCA+ se estrutura neste trabalho.

1.9.1 Comparativo com outros países

A maioria das IES – Instituição de Ensino Superior tradicionais europeias sempre se interessou em usar a tecnologia para melhorar o ensino. Diferentemente do Brasil, não há quase nenhuma Universidade na Europa que não ofereça serviços - desde solução a dúvidas administrativas, formas de acesso aos cursos, informações em geral - pelo site da instituição.

Além disso, já há diversas organizações que tratam exclusivamente de EaD. Não esquecendo a forte tradição em Universidades abertas e a distância na Europa e que no Brasil está apenas começando.

Comparando a EaD no Brasil com outros países da América Latina pode-se observar uma equivalência de objetivos, finalidades e estruturas tecnológicas. Em todas as situações, a ideia básica é levar as possibilidades de formação continuada, aperfeiçoamento e pós-graduação, de modo a atingir uma população alvo (acadêmicos, docentes e profissionais liberais), que está distante dos grandes centros e Universidades.

Se pensarmos as relações entre educação, capital social e desenvolvimento, chegamos ao ponto em que se constata que se a construção do capital social exige um grande esforço por elevar os níveis de escolaridade e avançar na qualidade da educação, todos os meios devem ser postos a serviço dessa grande tarefa. As nações que conseguiram grande sucesso no processo de construção de seu capital social não apenas aplicaram fortemente em educação, como o fizeram com uma decidida incorporação de métodos e técnicas de educação à distância. É fundamental considerar que, sem qualquer figura de retórica, nesses países, os processos de ensino/aprendizagem são intensivos em tecnologia e isso ocorre tanto em salas de aula quanto nas modalidades de ensino a distância, havendo uma clara convergência dos níveis tecnológicos entre essas duas modalidades de ensino/aprendizagem.

Na construção do capital social nos países em desenvolvimento, a EaD pode e deve ter um papel relevante e, para isso, poderá mobilizar todos os meios de informação e comunicação, tradicionais e modernos.

2 DADOS do curso

Nome do curso: Licenciatura em Ciências Sociais

2.1 Atos Legais do curso

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais foi autorizado pela Portaria nº XXX, de XX de XXXX de 201X (publicada no D.O.U em XX de XXXXXX de 201X).

2.1.1 Base Legal do Curso

Para a efetivação deste curso propõe-se este projeto, construído em articulação com o Projeto Pedagógico da Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e em sintonia com os seguintes documentos legais:

- ✓ BRASIL. Lei nº 9.394, 20 dez. 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, 1 jul. 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- ✓ BRASIL. Decreto nº 5.626, 22 dez. 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 abr. 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Matemática (Parecer CNE/CES nº 1.302, 6 nov. 2001; Resolução CNE/CES nº 3, 18 fev. 2003);
- ✓ BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- ✓ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- ✓ BRASIL. DECRETO Nº 4.281, de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- ✓ BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, de 30 de Maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- ✓ BRASIL. Decreto nº 8.368 de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº 266, 5 jul. 2011;
- ✓ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, 9 jan. 2003. Altera a Lei nº 9.394, 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências;

- ✓ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 11.645, 10 mar. 2008. Altera a Lei n° 9.394, 20 dez. 1996, modificada pela Lei n° 10.639, 9 jan. 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, 17 jun. 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer n°3, 10 mar. 2004;
- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, 30 maio 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- ✓ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 12.764, 27 dez. 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3° do Art. 98 da Lei n°8.112, 11 dez. 1990;
- ✓ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 9.795, 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa n° 40, 12 dez. 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;
- ✓ BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução n° 1, 17 jun. 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- ✓ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n° 5.622. Regulamenta o Art. 80 da Lei n° 9.394, 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n°4, 13 jul. 2010;

- ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº4.059, 10 dez. 2004;
- ✓ BRASIL. Lei 11.788, de 25 de setembro 2008; que dispõe sobre estágio de estudantes;
- ✓ BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2004, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

2.1.2 Totais de Vagas Autorizadas

2.1.2.1 Curso Presencial

Total: 160 vagas anuais

Distribuição das Vagas: 160 vagas período noturno

A média do número de vagas ofertadas, 160 vagas no período noturno, em três turmas de 40 alunos, corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e à infraestrutura da EDUCA+ no âmbito do curso.

Para ministrar aulas para os discentes deste Curso de Licenciatura em Artes Visuais a EDUCA+ conta com docentes de notório saber, e que serão oportunamente evidenciados neste PPC, quando da integralização curricular.

2.1.2.2 Curso em EaD — Educação a Distância

O curso está endereçado para formação de licenciados em Ciências Sociais e terá como oferta 2000 vagas, inicialmente, para os polos abaixo e de acordo com a especificação no quadro que segue:

POLO	ENDEREÇO	ESTADO	VAGAS
POLO FACULDADE EDUCA+	Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé	São Paulo/SP	500
POLO FACULDADE EDUCA+	Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé	São Paulo/SP	1500

Tem-se a necessidade da estruturação de cada polo e sua integração com a programação do curso, com sincronia das tarefas de tutoria à distância e presencial, bem como da infraestrutura levando em consideração as necessidades próprias de cada polo adequando ao modelo de polo da EDUCA+.

2.1.3 Turnos de Funcionamento

A EDUCA+ funciona no período noturno das 19hs às 22hs40min atendendo os cursos presenciais. Os cursos ofertados na modalidade a distância darão aos alunos maior flexibilidade em relação aos horários de estudo.

2.1.4 Regime de Matrícula

O Curso opera em regime seriado semestral, onde as disciplinas são distribuídas em séries, uma vez que esses cursos têm duração fixada em semestres, e o seu plano de estudos é preenchido por um conjunto de disciplinas que todos os alunos devem cursar.

Assim, a matrícula do aluno é feita em uma série, a qual poderá ter mais de uma turma, onde ocorrerá o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas de ensino, de acordo com o calendário escolar.

Não é permitido, portanto, que um aluno de uma turma assista aula em outra turma, sendo de inteira responsabilidade da Secretaria Geral a formação das turmas, bem como, a indicação da turma na qual o aluno se encontra inserido.

2.1.5 Formas de acesso ao curso

A forma de acesso ao curso se dá por meio de um processo seletivo, cujas normas são publicadas em edital, sendo respeitados os prazos e determinações legais. Os turnos, vagas e denominação do curso, bem como o período, local e a taxa de inscrição correspondente, constam do mesmo edital.

O processo seletivo abrangerá conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas escritas.

A Diretoria Geral da Faculdade poderá decidir pela admissão de alunos de acordo com os resultados por eles obtidos no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM.

A classificação será feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sendo excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Diretor Geral da Faculdade.

A classificação obtida será válida para a matrícula no período letivo para o qual estará sendo realizado o processo seletivo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de sobragem vagas, será realizado um novo processo seletivo, recebimento de transferência de alunos de outra instituição, ou ainda, aceitar candidatos portadores de diploma de graduação.

2.1.6 Carga Horária Total do Curso

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO
4200	8 semestres / 4 anos

2.1.7 Prazos de Integralização do Curso

A integralização do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da EDUCA+, far-se-á por meio de regime semestral em, no mínimo, 8 (oito) semestres e, no máximo 12 (doze) semestres letivos.

2.1.8 Titulação conferida

Aos concluintes de **todas as atividades** indispensáveis à formação acadêmica e profissional será outorgado o grau de “**Licenciado em Ciências Sociais**”, em cerimônia especificamente destinada para tal fim, pela pessoa do Reitor, ou pessoa legalmente habilitada para a outorga.

O Diploma expressará o título obtido, permitindo o progresso acadêmico e a possibilidade de atuar profissionalmente de acordo com as leis profissionais e normativas do seu conselho de classe. O Diploma somente será expedido pela EDUCA+ aos seus respectivos alunos após cerimônia de colação de grau nos prazos determinados pelas mesmas.

2.1.9 Princípios Metodológicos

As funções universitárias serão exercidas tendo presente os seguintes princípios:

- ✓ O educando como centro do processo ensino-aprendizagem.
- ✓ Ensino de graduação articulado com os cursos e programas de pós-graduação.
- ✓ Ensino articulado com as práticas de investigação e as atividades de extensão.
- ✓ Metodologias de ensino inovadoras, apoiadas em tecnologia educacional contemporânea.
- ✓ Metodologias de avaliação da aprendizagem que levem em consideração todo o processo educativo e não, apenas, testes, provas etc.

- ✓ Uso da iniciação científica, iniciação a docência e da monitoria como instrumentos de aprendizagem.

A EDUCA+ definiu as seguintes políticas de desenvolvimento para o direcionamento das ações institucionais:

- ✓ Excelência no processo de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Produção de conhecimento, considerando a formação em investigação e a promoção da interdisciplinaridade;
- ✓ Extensão do conhecimento produzido, para promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade de inserção;
- ✓ Inovação no ensino, respeitando os valores de tradição da Instituição;
- ✓ Formação para o mercado de trabalho, de acordo com as exigências da sociedade do conhecimento e do aluno;
- ✓ Ambiente favorável para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- ✓ Gestão universitária compartilhada, reforçando a capacidade de decisão institucional e a melhoria das condições de trabalho;
- ✓ Fortalecimento da cultura de avaliação.

2.2 A importância do Curso e sua Contextualização Regional

No atendimento à demanda por profissionais habilitados para o ensino de Ciências Sociais, na Educação do Ensino Fundamental e Médio, o presente curso da EDUCA+ pretende preparar o estudante para os desafios da profissão, por meio de um programa de ensino completo e inovador, quando durante os estudos, o discente conhecerá as técnicas e conceitos de gravuras, cerâmica, escultura, pintura, fotografia, design, ilustração, moda, teatro e muito mais.

As ciências sociais são uma ampla área de estudos voltada a entender a forma de funcionamento, desenvolvimento e organização das sociedades. Nas ciências sociais são estudados todos os aspectos importantes relacionados a uma sociedade: suas origens, processos históricos, funcionamento, aspectos de desenvolvimento, transformações sociais, conflitos, características culturais e hábitos.

Portanto, fica muito clara a importância das ciências sociais na formação integral dos alunos da segunda fase do ensino Fundamental e Médio, uma vez que estas Ciências Sociais são capazes de transformar o estudante por meio da compreensão do funcionamento da sociedade, pois além de estudar os fenômenos sociais atuais, também são estudadas as origens históricas da sociedade, seus processos de desenvolvimento e

os diversos comportamentos humanos. Ainda, se estuda como os aspectos sociais de um local influenciam e individualizam a identidade de uma determinada sociedade, quando são pesquisados os acontecimentos sociais, os comportamentos individuais e coletivos, a identidades do povo, os hábitos culturais, familiares e econômicos.

Ressaltamos, então, que a existência das ciências sociais é importante para ajudar a compreender melhor o funcionamento de uma sociedade, sua diversidade cultural e o modo de comportamento dos indivíduos, como seres que fazem parte de um grupo social. Isto é importante para interpretar melhor as diferentes realidades sociais existentes, assim como para entender quais são os valores morais e sociais que fazem parte de um determinado contexto social. Da mesma forma, os estudos das ciências sociais são importantes para compreender os ciclos históricos e as transformações sociais que acontecem ao longo do tempo.

Os resultados destes estudos podem ser usados para muitas finalidades, como por exemplo: na avaliação de atividades dos governos, em projetos educacionais, na implementação de políticas públicas, em pesquisas de mercado, na política e em projetos sociais.

Desta forma, e de acordo com os PCNs — Parâmetros Curriculares Nacionais, CNE/CES 492/2001⁵, as aulas de ciências sociais devem contemplar atividades que envolvam: propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso — Antropologia, Ciência Política e Sociologia, e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social; criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística; partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular; estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão; estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

Aqui, ressaltamos que atualmente a Sociologia é disciplina obrigatória nos currículos de ensino médio, e sua obrigatoriedade foi tema tratado no processo de nº: 23001.000179/2005 do CNE/CEB, a pedido do Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. No parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 38/2006, a inclusão da disciplina foi aprovada em julho de 2006. Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.684, que institui a obrigatoriedade do ensino de Sociologia em

⁵ Disponível: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em mar/2019.

todos os anos do Ensino Médio, alterando a Lei nº 9.393/96 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB).

Dentre outras disciplinas, fazem parte do currículo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais matérias como geografia, história, antropologia, economia, estatística, sociologia, filosofia, política e metodologia científica; também, contempla disciplinas práticas que incluem pesquisa de campo e coleta e análise de bases de dados.

Neste contexto, a formação de professores específicos nesta área pretende suprir a demanda presente e futura imposta como necessidade para os próximos anos.

Diante do exposto, e tendo como base a demanda por professores de Artes Visuais (ver figura nr.1 em demonstração que segue), habilitados para a Educação Básica Pública e Privada, bem como a possibilidade de ampliar o acesso dos profissionais que já lecionam na rede pública a um curso de formação superior ou melhoria na carreira de docência, acreditamos na importância de oferecer a Licenciatura em Artes Visuais, nas modalidades presencial e a distância.

Desta feita, evidenciamos que os princípios norteadores na formação do curso em questão serão os seguintes:

- 1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
- 2) Consolidar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- 3) Partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.
- 4) Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.
- 5) Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

Observe-se a figura que segue:



Gráfico 2-1: 15 Maiores Cursos de Graduação em Licenciatura em Número de Matrículas -2017

Fonte: INEP

2.2.1 Sobre a Inserção Nacional e Regional

Neste item, se apresentam a caracterização das regiões do Brasil, dividido em cinco grandes regiões, conforme figura abaixo:



Figura 2-1: Inserção Nacional

Fonte: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.html>. Acesso 28.05.16

2.2.1.1 Região Centro-Oeste

Essa Região é dividida em 4 unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. A Região Centro-Oeste é um grande território, apresentando uma área de 1.606.371,505 km, razão pela qual, a torna a segunda maior região do Brasil em superfície territorial. No entanto, é a região menos populosa do país e possui a segunda menor densidade populacional, perdendo apenas para a Região Norte. A EDUCA+ detém prestígio e representatividade no contexto da educação a distância comparado a outras instituições de ensino superior particulares e tem destaque no Centro-Oeste, conta com cursos de graduação a distância, seja de graduação ou pós-graduação. Integra a região Centro-Oeste, região esta que experimentou um crescimento de 33% em empresas no ano de 2008. A região CO, é composta pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Tem um polo de educação a distância em Campo Grande ocupa um espaço geográfico privilegiado, na região central do Estado, nas imediações do divisor de águas das bacias dos rios Paraná e Paraguai. Os primeiros moradores chegaram aos anos de 1872, entretanto, a cidade só foi elevada à categoria de distrito pela Lei N.º 793, de 23/11/1889 e o município foi criado pela Resolução Estadual 255, de 26/8/1899. Em 11/10/1977, com a divisão do Estado de Mato Grosso e consequente criação do Estado de Mato Grosso do Sul, tornou-se capital. A capital, Campo Grande possui uma área de 8.092.966 km². O número de habitantes, que em 1980 era de aproximadamente 291.000, passou a 600.000 em 1996, e pelo censo de 2010,

apresenta uma população superior a 700.000 habitantes. Apresenta-se como a cidade mais estruturada de Mato Grosso do Sul em termos de bens e serviços de apoio à produção, e atende a todas as demais. Sua estrutura econômica está vinculada à agroindústria regional, ao comércio e à prestação de serviço. A área de influência geoeconômica de Campo Grande compreende um conjunto de 78 municípios, situados em uma área total de 357.145,836 km² e conta com uma população, segundo o Censo de 2010 do IBGE, de 2.449.024 habitantes. Dentre esses municípios encontra-se Rio Verde de Mato Grosso, que concentra indústrias frigoríficas, de laticínio, de cerâmicas e a de ração animal. O segundo potencial econômico do município é a pecuária extensiva, pois Rio Verde de Mato Grosso possui dois terços da zona serrana, um terço do baixo Pantanal, em uma área de 8.153.911 km² e população de 18.890, medida pelo Censo IBGE, em 2010.

2.2.1.2 Região Sul

Composta dos estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atingindo uma superfície de 576.409,6 km², considerada menor região brasileira, com fronteiras: Uruguai do Sul, Argentina e Paraguai. Com a região centro-oeste e região sudeste e o oceano Atlântico. A região Sul apresenta bons índices sociais em vários aspectos: possui o maior IDH do Brasil – 0,831, e o terceiro maior PIB per capita do país, 18.257,79 reais. A região possui ainda um elevado índice de alfabetização, atingindo 94,8% da população. A história da região é caracterizada pela imigração europeia, pela Guerra dos Farrapos (também chamada de Revolução Farroupilha) e mais recentemente pela Revolução Federalista, com seu principal evento, o Cerco da Lapa. Outra revolta ocorrida na história da região foi a Guerra do Contestado, de caráter religioso. 11 Os primeiros habitantes da região Sul foram os indígenas. Em 1626 vieram os padres jesuítas espanhóis. Com a chegada desses religiosos foram fundadas aldeias denominadas missões ou reduções. Nas missões, os índios dedicavam-se à pecuária, trabalhavam na agricultura e aprendiam ofícios. A vinda dos bandeirantes paulistas para a região provocou o abandono do local pelos padres jesuítas e índios. Com isso, muitos paulistas foram se fixando no litoral de Santa Catarina e Paraná, contribuindo para o surgimento das primeiras vilas no litoral. A população da região Sul aumentou muito com a chegada dos primeiros imigrantes europeus. Os primeiros a ingressarem nesta região foram os açorianos. Depois vieram, principalmente, os alemães e os italianos. Outros grupos (árabes, poloneses e japoneses) também procuraram a região para morar. Esses imigrantes fundaram colônias que se tornaram cidades importantes. As terras do norte e oeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina foram as últimas regiões a serem povoadas. O norte do Paraná foi constituído com a criação de colônias agrícolas financiadas por uma companhia inglesa. Pessoas de

outros estados do Brasil e de mais de 40 países vieram para a região trabalhar como colonos no plantio de café e de cereais. No oeste catarinense, desenvolveu-se a pecuária, a exploração da erva-mate e da madeira.

2.2.1.3 Região Nordeste

A Região Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil, como define o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui área de 1.561.177,8 km², e representa 18,3 % do território brasileiro. Sua população em 2010 era de 53.078.137 pessoas (IBGE). Apresenta o menor IDH (em 2005) e o terceiro maior PIB (em 2009), quando se compara a região nordeste com as demais. Constituída por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo), Rio Grande do Norte (incluindo a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas) e Sergipe. Está dividida em quatro sub-regiões, também chamadas de zonas geográficas, a saber:

- **Meio-Norte:** É uma faixa de transição entre a Amazônia e o Sertão nordestino. Engloba o estado do Maranhão e o oeste do estado do Piauí. Essa zona geográfica também é conhecida como Mata dos Cocais, devido às palmeiras de babaçu e carnaúba encontradas na região. No litoral chove cerca de 2.000 mm anuais; indo mais para o leste e/ou para o interior esse número cai para 1.500 mm anuais; e no sul do Piauí, uma região mais parecida com o Sertão, chove 700 mm por ano em média.
- **Sertão:** Está localizado, em quase sua totalidade, no interior da Região Nordeste, sendo sua maior zona geográfica. Possui clima semiárido. Em estados como Ceará e Rio Grande do Norte chega a alcançar o litoral, e descendo mais ao sul alcança a divisa entre Bahia e Minas Gerais. As chuvas nesta sub-região são irregulares e escassas, ocorrendo constantes períodos de estiagem. A vegetação típica é a caatinga.
- **Agreste Nordestino:** É uma faixa de transição entre o Sertão e a Zona da Mata. É a menor zona geográfica da Região Nordeste e está localizada no alto do Planalto da Borborema, um obstáculo natural para a chegada das chuvas ao sertão. Estende-se do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Do lado leste do planalto estão as terras mais úmidas (Zona da Mata); do outro lado, para o interior, o clima vai ficando cada vez mais seco (Sertão).
- **Zona da Mata:** Localizada no leste, entre o planalto da Borborema e a costa, se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. As chuvas são abundantes nesta região. Recebeu esse nome por ter sido coberta pela Mata Atlântica. Os cultivos de cana-de-açúcar e cacau substituíram as áreas de florestas. É a zona mais urbanizada, industrializada e economicamente desenvolvida da Região Nordeste, além de possuir um antigo povoamento.

16 A partir de dados do IBGE (2010) 2 , a região Nordeste é a segunda região mais populosa do país, atrás apenas da região Sudeste. As maiores cidades

são Salvador, Fortaleza e Recife. Considerada a terceira região no que se refere à densidade demográfica, com 32 habitantes por quilômetro quadrado. As maiores cidades nordestinas, em termos populacionais, são Salvador, Fortaleza, Recife, São Luís, Natal, Teresina, Maceió, João Pessoa, Jaboatão dos Guararapes, Feira de Santana, Aracaju, Olinda, Campina Grande, Caucaia, Paulista, Vitória da Conquista, Caruaru, Petrolina, Mossoró e Juazeiro do Norte. Todos esses municípios possuem mais de 250 mil habitantes, segundo as listas de municípios de estados do Nordeste por população.

2.2.1.4 Região Norte

A Região Norte é uma das cinco regiões do Brasil definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui área de 3.869.637 km², que representa 42,27% do território brasileiro, sendo a mais extensa. Sua população, de acordo com o censo 2010 (D.O.U. 04/11/2010) era de 15.765.678 pessoas. O IDH — Índice de Desenvolvimento Humano é considerado médio de acordo com as informações do PNUD/2005. A distribuição da população entre os estados apresenta perfil concentrador, localizando-se cerca de 70% do total de habitantes em apenas dois estados: Pará e Amazonas. A densidade demográfica da região é de 3,77 habitantes por quilômetro quadrado. É constituída por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Está localizada na região geoeconômica da Amazônia entre o Maciço das Guianas (ao norte), o planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes (a oeste) e o oceano Atlântico (a nordeste). O clima equatorial é predominante, com exceção do norte do Pará, do sul do Amazonas e de Rondônia cujo clima tropical prepondera. Nesta região encontra-se um dos mais importantes ecossistemas para o planeta: a Amazônia. A região apresenta ainda uma pequena faixa de mangue, situada no litoral e alguns pontos de cerrado, e também de matas galerias. Economia As bases da economia na região Norte do Brasil estão voltadas para atividades industriais, de extrativismo vegetal e mineral, e a agricultura, além das atividades turísticas. Atualmente a Região Norte é considerada a menor economia do Brasil entre as grandes regiões. Em 2008 participou com apenas 5,1% (R\$ 154.704.229,00) do Produto Interno Bruto brasileiro, ficando abaixo da região Centro-Oeste que contribuiu com 9,2%. A renda domiciliar per capita, formada pela média da renda total dos domicílios dividida pelo total de moradores, foi de R\$ 440,00 em 2009, segundo o IBGE. Pará é o Estado da Região Norte que apresenta empresas com potencial geração de empregos. Em 2008, dez empresas empregaram 22.000 colaboradores e movimentando 5,5 milhões de dólares.

2.2.1.5 Região Sudeste

A região Sudeste é uma das cinco grandes regiões Brasileiras definidas pelo IBGE. Está dividida em quatro unidades federativas: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A região sudeste movimenta 498.834 milhões de dólares anuais, sendo a Petrobrás a líder nacional em volume de recursos negociados. No estado do Rio de Janeiro, sua capital sedia 23 das 25 maiores empresas. Localizadas na capital, o petróleo (Petrobrás, Shell, Ipiranga, Texaco), a mineração (Vale), siderúrgica e metalúrgica (Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional), telecomunicações (Telemar, Embratel, Oi), automotivas (Peugeot Citroen), energia (Furnas, Petrobrás, Light e Ampla), comunicações (Globo) são as empresas que representam a força do sudeste brasileiro. No Estado de São Paulo, a indústria automotiva lidera as vendas nacionais na Cidade de São Bernardo do Campo, onde estão as empresas Volkswagen, Mercedes Benz, General Motors, Toyota e Ford, em Sumaré a Honda e em São Paulo a Mitsubishi Motors, entre elas destacam-se os investimentos estrangeiros, predominando o capital americano e alemão. Pela sua localização estratégica e diversificação logística que proporciona agilidade no deslocamento, escoamento da produção e as exportações, as lojas âncoras e de alimentos (Carrefour, Wal-Mart, Pão de Açúcar, Atacadão, Makro, Pernambucanas) estão sediadas na capital paulista. O estado conta ainda com setores econômicos e industriais estratégicos, como as siderúrgicas e metalúrgicas (COSIPA), químicas e petroquímicas (Bunge Fertilizantes, Basf e Bayer, Syngenta, Dow), indústria digital (LG e HP) e eletroeletrônica (Siemens). Minas Gerais, é um estado líder em siderurgia e metalurgia, com mais de 16.000 ofertas de emprego, em que estão sediadas as empresas ArcelorMittal, Usiminas, Gerdau, V&M, além das companhias de energia, CEMIG (maior em clientes) e SHV Gás. Em Contagem, encontra-se a Case New Holland, montadora de máquinas agrícolas com distribuição para todo o país. Mas, a líder em vendas está localizada em Betim, a FIAT, que movimenta 26% das vendas geradas no Estado. As vendas superam 42,5 milhões de dólares a cada exercício financeiro. No estado do Espírito Santo, as empresas que representam a economia local são do ramo siderúrgico e metalúrgico Arcelor Mittal Tubarão, situadas no município de Serra e da química Heringer, localizada em Viana. Essa região é considerada de transição entre a região Nordeste e Sul. Apesar de não ser muito extensa, ocupando apenas 11% do território brasileiro, possui menos de um milhão de quilômetros quadrados de área e abriga aproximadamente 42% da população brasileira. Possui uma população de aproximadamente 80,3 milhões de habitantes, de acordo com a informações do Censo 2010 (D.O.U. 04/11/2010) . A região, altamente urbanizada (90,5%), reúne as três metrópolis mais importantes do país em população: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo

Horizonte. A densidade demográfica da Região Sudeste atinge a impressionante marca de 84,21 hab/km².

Tabela 2-1: Cidades mais populosas da Região Sudeste do Brasil estimativa IBGE/2011:

Posição	Cidade	Estado	População
1	São Paulo	SP	11,316,149
2	Rio de Janeiro	RJ	6,355,949
3	Belo Horizonte	MG	2,385,639
4	Guarulhos	SP	1,233,436
5	Campinas	SP	1,088,611
6	São Gonçalo	RJ	1,008,064
7	Duque de Caxias	RJ	861,157
8	Nova Iguaçu	RJ	799,047
9	São Bernardo do Campo	SP	770,253
10	Santo André	SP	678,485
11	Osasco	SP	667,826
12	São José dos Campos	SP	636,876
13	Ribeirão Preto	SP	612,339
14	Uberlândia	MG	611,903
15	Contagem	MG	608,714
16	Sorocaba	SP	593,775
17	Juiz de Fora	MG	520,810
18	Niterói	RJ	489,720
19	Belford Roxo	RJ	472,008
20	Campos dos Goytacazes	RJ	468,086

A magnitude da região também é demonstrada por seus índices sociais elevados. Apresenta o segundo maior IDH do Brasil (0,824), sendo superado apenas pela região sul, entretanto é detentor do maior PIB per capita do país com R\$22.147,00 (2009). A região representa mais da metade (55,3% em 2009) do PIB brasileiro e tem São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como os estados mais ricos da federação. Como nas demais regiões brasileiras os primeiros habitantes do Sudeste foram os índios. Mais tarde chegaram os portugueses, que fundaram as primeiras vilas no litoral no início do processo de colonização. O povoamento do interior teve início com a fundação da vila de São Paulo de Piratininga. Seus moradores entraram pelo interior à procura de índios para escravizar e nesse percurso, organizaram as entradas e bandeiras. Nestas suas caminhadas, os desbravadores descobriram minas de ouro nas terras que hoje constituem o estado de Minas Gerais. Fazendas de plantação de cana-de-açúcar passaram a surgir nos caminhos que seguiam as entradas e bandeiras, dando origem a várias novas cidades. Mais tarde, o

crescimento também acompanhou a evolução do cultivo do café e outras cidades surgiram. A chegada dos imigrantes, a abertura das ferrovias e instalação de indústrias também contribuíram para o crescimento da região, de modo que muitas pessoas de outros estados e de outros países foram morar na Região Sudeste. A partir da década de 1840, as plantações de café se espalharam por toda a região, tornando-se a base da economia brasileira, que na época utilizava-se do trabalho escravo. Entretanto, com a abolição da escravatura em 1888, uma grande massa de imigrantes europeus, principalmente italianos, chegaram à região para atender às necessidades em termos de mão-de-obra. Outro fenômeno importante na construção histórica da região sudeste refere-se à migração, sobretudo à migração nordestina. No apogeu do processo de industrialização, entre as décadas de 60 e 80, ocorreu a intensa migração nordestina para a região Sudeste, notadamente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

2.2.1.6 Região Sudeste- São Paulo-Penha

A dinâmica da economia brasileira nos últimos anos mudou radicalmente se comparada à estabilidade que marcou a última década. Essa alteração no ritmo e velocidade se deve, em parte pela crise econômica mundial e em parte às políticas econômicas adotadas internamente no Brasil. Vale destacar aqui que este ambiente macroeconômico é uma espécie de pano de fundo para os agentes da microeconomia, que são as empresas e seus clientes. Sem estabilidade macroeconômica é muito difícil para as organizações planejarem orçamentos, preços de venda, fluxos de caixa, investimentos e planos estratégicos, variáveis que em médio e longo prazo sustentam, em um ciclo virtuoso, o crescimento do emprego e renda. Operacionalizar de forma eficiente as ferramentas técnicas e conceitos da gestão empresarial demandam, além das inovações em tecnologias da informação e da produção, pessoas capacitadas a tomar decisões otimizadoras de resultados, que deverão atuar em meio às incertezas do mercado, gerir, motivar e liderar equipes e que, acima de tudo, vislumbrem oportunidades e saibam minimizar as ameaças à competitividade das organizações. No que se refere à viabilidade de se oferecer um curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Zona Leste da capital paulista, em especial no Bairro da Penha vale tecer aqui algumas considerações pautadas pelo principal órgão de pesquisa nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. De acordo com o IBGE em 2015, o Estado de São Paulo, contou com 44.396.484 habitantes, 248.196 Km², 179 hab/km² e 645 municípios (IBGE, 2015). A análise social demográfica do IBGE (PNAD 2014) informa que 95,9% da população reside na área urbana, 23,8% atende a faixa etária de 25 a 39 anos e 21,1% está na faixa de 40 a 59 anos. O valor médio do rendimento mensal domiciliar per capita é de R\$ 1.482,00 (PNAD

2015). A capital do estado, cidade de São Paulo, de acordo com a Prefeitura do Município, compõe com outros 38 municípios a Região Metropolitana de São Paulo, um aglomerado urbano de 19 milhões de habitantes, o quarto maior do mundo. O Município de São Paulo, centro da região metropolitana mais densa e dinâmica do país, tem demonstrado uma vitalidade bastante marcante, mesmo em vista das diversas mudanças ocorridas no mercado de trabalho e nas atividades econômicas decorrentes da constante introdução de inovações tecnológicas e demais transformações na esfera produtiva inerentes à globalização. Prova disso é que seu Produto Interno Bruto (PIB), que é o 10º maior PIB do mundo, é cerca de 10% do PIB brasileiro. A cidade de São Paulo é responsável por cerca de 40% de toda produção de bens e serviços do Estado de São Paulo, sendo sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a maior concentração de população no Brasil encontra-se no estado de São Paulo. O peso relativo da população residente neste estado corresponde a 23,3% do total da população do país. A região metropolitana de São Paulo, em 2014, contava com o maior volume de habitantes com 20.935.204 de pessoas, o que corresponde a 47,2% da população do estado. Além disso, dados do IBGE referentes à estudos realizados com base em metodologias implementadas pelo a partir de recomendações feitas pelas Nações Unidas, descrevem informações da cidade de São Paulo para o ano de 2011, como PIB de R\$ 477.005.597.205,00 e PIB per capita de R\$ 42.152,76.⁶ Quanto à ocupação e mercado de trabalho na capital, de acordo com pesquisa feita pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD), em 2014, no município de São Paulo, as zonas Leste 1 e 2⁷ possuíam elevada proporção de moradores ocupados na indústria de transformação e no comércio, enquanto nas zonas Oeste e Centro a maior ocupação era em serviços.

Ainda de acordo com a SEAD, as zonas Leste 1 e 2 possuem elevada proporção de moradores ocupados na indústria de transformação (18,9% e 16,0%, respectivamente) e no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (19,6% e 20,0), enquanto as zonas Oeste e Centro têm as maiores proporções de ocupados nos serviços (72,0% e 71,9%, respectivamente), especialmente em informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades profissionais, científicas e técnicas e administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais. Na zona Sul 2 estão as maiores proporções de moradores

⁶ Disponível: Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. (<http://www.ibge.gov.br>).

⁷ A Zona Leste 1 corresponde aos bairros: Mooca, Água Rasa, Belém, Brás, Pari, Tatuapé, Vila Prudente, Sapopemba, São Lucas, Aricanduva, Carrão, Vila Formosa, Penha, Arthur Alvim, Cangafba e Vila Matilde. A Zona Leste 2 corresponde aos bairros: Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo, São Mateus, Iguatemi, São Rafael, São Miguel, Jardim Helena, Vila Jacuí, Itaim Paulista, Vila Curuçá, Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes.

ocupados na construção (9,9%) e nos serviços domésticos (11,9%). Considerando essas informações, bem como as características socioeconômicas dos bairros que compõem a zona Leste de São Paulo, a EDUCA+, localizada na Rua Artur Mendonça, nº 200 - Tatuapé, se desenvolveu um projeto acadêmico para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais buscando atender às necessidades atuais de formação de futuros professores, particularmente, na região Leste de São Paulo, antecipando problemas que a curto, médio e longo prazo, exigirão solução acadêmica, e considerando que o mundo contemporâneo passa por profundas mudanças, especialmente com a tecnologia que invade todas as áreas do saber e o fenômeno da globalização que elimina as fronteiras tradicionais. Assim, no que se refere à viabilidade de se oferecer um curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no bairro da Penha, vale reforçar que diversas pesquisas apontam a região Leste, da qual o bairro da Penha faz parte, como uma das mais emergentes da cidade, concentrando um significativo número de instituições de ensino, estaduais e particulares. Trata-se, portanto, de uma das regiões com maior oportunidade e potencial para atuação acadêmica dos futuros professores. Nesta linha de raciocínio, nota-se uma grande concentração populacional não apenas na Penha, mas também nos bairros vizinhos que, juntamente com este, também compõem a subprefeitura da Penha — dentre os quais se destacam Artur Alvin, Gangaíba, Engenheiro Goulart, Jardim Danfer, Vila Dalila, Vila Esperança, Vila Matilde, Vila Nhocuné, Vila Ré e Vila Talarico. De acordo com informações divulgadas por esta subprefeitura, números expressivos, no que se refere à população (cerca de 600 mil) e de densidade demográfica (9.774 hab./km²) reforçam não só o estado promissor da região como também revelam a demanda por formação e qualificação profissional dos muitos trabalhadores que ali residem. Neste sentido, a apresentação desses dados, explicitando as características do Estado de São Paulo, do município, da região leste e do bairro da Penha em seus aspectos geoeconômicos, objetiva evidenciar as razões pelas quais o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da EDUCA+, foi neste bairro implantado. A partir destas considerações, a formação acadêmica na EDUCA+, busca um modo diferenciado, para que o futuro professor possa conciliar informação técnica com uma orientação pragmática, humanística, profissional e capaz de provocar o surgimento de um novo profissional. Um profissional ciente de que os fatos são dinâmicos e, por isso mesmo, em transformação, exigindo-lhe o permanente exercício de tarefa reflexiva que o capacite à síntese dos instrumentos conceituais, técnicos, metodológicos e práticos compatíveis com a função pública e social que o professor desempenha na comunidade. Em razão disso e ciente do seu papel, a EDUCA+ está instituindo em caráter permanente, um programa que avaliará e orientará os seus métodos de formar os professores que irão atuar nessa sociedade, visto que o pluralismo profissional e a porosidade do conhecimento são fatores presentes na realidade vivenciada no século XXI,

impondo a revisão dos métodos de conhecimento tradicionalmente consagrados. Atenta às normas fixadas nos competentes diplomas legais, a EDUCA+ preocupou-se em criar um Projeto Pedagógico atual e ajustado às exigências legais, fixando em seu âmbito variados itens e subprojetos, buscando a integral formação do acadêmico, de modo a ajustá-los ao mercado de trabalho, o que lhe abre um leque significativo de opções profissionais, das quais a atuação em sala de aula é apenas uma via ao lado de tantas outras opções. O PPC – Projeto Pedagógico de Curso incorpora uma atenção relativa ao corpo docente, cuja qualificação deve ser sempre desenvolvida e aprimorada, sendo relevante ressaltar a participação democrática dos acadêmicos, e programada para o processo de avaliação periódica dos seus membros. Outro aspecto que merece atenção especial neste projeto refere-se à infraestrutura da unidade de ensino, tanto em seus aspectos físicos quanto nos serviços de biblioteca/videoteca, do laboratório de informática, bem como do PAI — Projeto de Atividades Interdisciplinares. Para cada um desses ambientes foi elaborado um plano diretor específico, compreendendo-se como suporte indispensável à adequada realização dos objetivos fixados para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Por fim, foi estabelecido um plano periódico e permanente de avaliação para todos os aspectos relacionados com a vida acadêmica da instituição e do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, tanto nos aspectos curriculares quanto institucionais. No que se refere à viabilidade de se oferecer um curso de Licenciatura em Ciências Sociais na modalidade presencial e em EaD vêm de encontro as metas e propostas pelo PNE — Plano Nacional da Educação que compreende o período de 2011 a 2020, sendo de elevar a taxa bruta de escolaridade para 50% e a Taxa Líquida para 33%, o gráfico abaixo evidencia que se está muito abaixo do desejado no PNE e, desta forma, o Governo Federal vem incentivando por meio de programas de financiamentos e bolsas às instituições do setor privado, condições de ofertar seus cursos e atender aos anseios de uma população. Observe-se a figura referenciada:

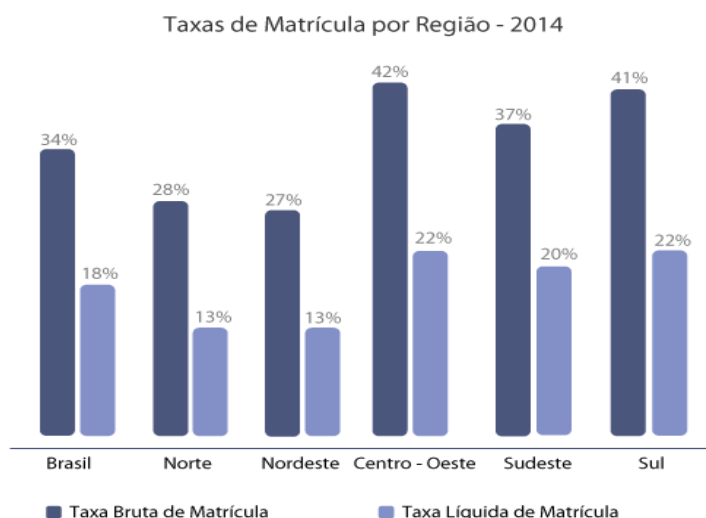


Gráfico 2-2: Taxa de Matrículas por Região

Fonte: IBGE/Pnad/INEP/MEC.

É de conhecimento geral que é grande o número de pessoas que buscam a modalidade de ensino a distância, por inúmeras razões, regiões brasileiras sem acesso ao ensino superior, grandes metrópoles com problemas de transporte inviabilizando estar no espaço no horário, desta forma o curso de Licenciatura em Ciências Sociais vem oportunizar o direito a quem quer dar continuidade aos seus estudos, principalmente nos cursos de graduação e de pós-graduação, onde os estudantes almejam seguir seus estudos visando uma melhor qualificação profissional, visto que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exigindo profissionais qualificados. Cabe salientar que, nessa busca de formação inicial, também encontramos profissionais já graduados desejando um espaço para atuarem e encontrarem a formação continuada, nesse caso podemos citar os professores tutores que encontram no trabalho de tutoria uma oportunidade de formação continuada, por estarem atuando na sua área de formação e estudando constantemente nesse processo de interação com os estudantes.

2.2.2 Articulação do PPC — Projeto Pedagógico do Curso com o PPI — Projeto Pedagógico Institucional e com o PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional

O PPI — Projeto Pedagógico Institucional, o PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional e este PPC — Projeto Pedagógico de Curso, que doravante serão identificados por suas siglas, são documentos nos quais se explicitam o posicionamento da EDUCA+ a respeito da sociedade, da educação e do ser humano para assegurar o cumprimento de suas políticas e ações. E, muito mais que documentos técnico-

burocráticos, são instrumentos de ação política e pedagógica para garantir uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.

Neste contexto, dois elementos constitutivos aparecem na construção coletiva de seus projetos:

- 1) A conjugação do PPC com o PPI considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto institucional.
- 2) O PPI define as diretrizes gerais no âmbito educacional; já o PDI apresenta a forma como a EDUCA+ pretende cumprir sua missão e concretizar seu projeto educacional, definindo seus princípios e valores, suas políticas e seus objetivos. Ou seja, este documento trata tanto das questões doutrinárias quanto das operacionais necessárias à manutenção e ao desenvolvimento das ações educacionais propostas.

Assim, os PDI, PPI, PPC foram elaborados respeitando as características da EDUCA+ e da região Metropolitana de São Paulo, onde ela se encontra inserida.

A EDUCA+ nasceu com propósitos próprios e se organiza conforme seus dispositivos regimentais. A implantação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe, exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social.

O PPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da EDUCA+, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, valores e objetivos. O PDI, por sua vez, explicita os objetivos, ações, metas, projetos e políticas a partir das definições do PPI e do Regimento. Já o PPC aglutina e explicita os elementos que compõem e definem a perspectiva de educação adotada para o curso específico. Assim, todos os princípios, diretrizes educacionais e políticas da instituição elencadas no PDI estão presentes neste PPC, além, evidentemente, da concepção de currículo.

Alguns dos pressupostos e diretrizes contidos no PDI e PPI, e que orientam este PPC são: articulação entre teoria e prática ao longo de cada curso; interdisciplinaridade; diversificação e flexibilidade dos currículos e das atividades acadêmicas; formação integrada à realidade; desenvolvimento continuado de metodologias de ensino destinadas à promoverem formação integral da personalidade do educando e a sua preparação acadêmico-profissional.

3 Metodologias de ensino e avaliação

Para alcançar o perfil profissional supracitado, serão utilizados os procedimentos, a seguir descritos, acerca da metodologia de ensino e de avaliação.

3.1 Metodologias de Ensino

A EDUCA+ compreende o currículo como um processo dinâmico resultante de interações diversas, estabelecido por meio de ações didáticas com interfaces políticas, administrativas e econômicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação, aqui no caso de Licenciatura, direcionam a reflexão para a reestruturação curricular, ou melhor, a formação de profissionais exige que estes possuam habilidades e competências de modo que estes possam se refletir em atividades de cunho individual e/ou coletivo.

Além das Diretrizes Curriculares, a atualização curricular leva em conta as necessidades locais e regionais. A reflexão sobre a reforma curricular, também pressupõe uma ampla discussão da organização de práticas que envolvem a educação e o seu processo. O professor, de acordo com a sua realidade na sala aula e a posição dos acadêmicos frente ao currículo que está sendo desenvolvido na sua formação, são também indicadores para a atualização curricular, e todo este movimento se reflete nos estudos dos colegiados dos cursos, derivando daí as proposições de alteração curricular.

No curso de Ciências Sociais - Licenciatura, esses princípios, já evidenciados anteriormente e que ora explicitamos são os seguintes:

- 1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
- 2) Consolidar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- 3) Partir da idéia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.
- 4) Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.

- 5) Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

Além dessas questões, inserimos o estudo da diversidade cultural nessa organização curricular, pensando uma educação intercultural crítica no ensino de Ciências Sociais que está fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Indígena, Direitos Humanos e para as questões ambientais.

3.1.1 Metodologias de Avaliação

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem deverá ser diagnóstica, contínua e processual. A avaliação deverá ser entendida como processo contínuo e democrático, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais avaliações finais.

Assim, a avaliação buscará identificar os conhecimentos construídos e/ou em construção pelos acadêmicos, assegurando a evolução da aprendizagem e a eventual recuperação da aprendizagem. A aprendizagem dos acadêmicos será avaliada diariamente, por meio do acompanhamento de resultados de provas e/ou trabalhos, na forma oral e/ou escrita, de acordo com critérios de avaliação bem definidos pelo docente, em conformidade com a especificidade do seu componente curricular. A avaliação do processo de ensino buscará revisar as metodologias adotadas pelo professor e reestruturar o planejamento de ensino.

3.1.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- ✓ Diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- ✓ Verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- ✓ Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;

- ✓ Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar se realiza por disciplina, pelo conjunto de disciplinas ou área de conhecimento, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, sendo considerado reprovado o aluno que não cumprir o mínimo estabelecido pela legislação vigente.

O aproveitamento acadêmico é avaliado por meio de verificações semestrais e exames. Também, incide nesse aproveitamento a frequência às aulas, que deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação.

Atendida a exigência do mínimo de 75% de frequência às aulas e demais atividades, o aluno será considerado aprovado quando obtiver média aritmética geral de aproveitamento semestral igual ou superior a 6,0 (seis).

O aproveitamento semestral será obtido por meio da soma aritmética das avaliações por disciplina, e a EDUCA+ institui ao longo de cada disciplina duas formas de avaliação:

- 1) Nota de Participação (NP): cada disciplina é composta por número de aulas, adequada a carga horária, desta forma cada aula ao ser concluída haverá aplicação de um questionário:
 - ✓ Composto de questões objetivas, buscando firmar o aprendizado do aluno ao conteúdo tratado;
 - ✓ O próprio sistema é responsável por corrigir as questões e os alunos vão tomar ciência da nota, assim que efetuar a conclusão;
 - ✓ Será estabelecido um limite de até 3 (três) tentativas para responder os questionários.
- 2) A soma destes questionários devem totalizar até 4 (quatro) Nota de Avaliação Presencial (AP): em cada disciplina haverá uma avaliação presencial no polo com peso até 6 (seis). A soma da NP + AP, deve ser superior a média 6,0 (seis), quando inferior o aluno deverá realizar o exame.

Exemplo:

1. Média Semestral (MS)
 - 1.1) NP + AP => Igual ou Superior a 6,0 (seis)
NP: 3,5

AP: 4,0

Calculo Media Semestre

MS = 3,5 + 4,0 = 7,5 Superior a 6,0 (seis) **APROVADO.**

1.2) NP + AP < Inferior a 6,0 (seis)

NP = 3,0

AP = 2,0

Calculo Media Semestre

MS = 3,0 + 2,0 = 5,0 - inferior a 6,0 o aluno encontra-se em **EXAME.**

Em ambos os casos precisa lembrar da obrigatoriedade da frequência obrigatória e controlada pelo sistema de 75% (setenta e cinco por cento), bem como os encontros presenciais.

Média mínima para Exame 3,5 (três e meio)

2. Média Final (MF)

A média final deverá ser superior a 5,0 (cinco).

Discente com média semestral inferior a 6,0 (quatro) e superior a 4,0 (quatro), poderá realizar o exame cuja média final deverá ser superior a 5,0 (cinco).

Exemplo:

2.1 Média Final (MF)

Caso 1.2) Média semestral = 5,0 (cinco)

Formula = (MS + Nota Exame)/2 = ou > 5,0 (cinco)

Aluno obteve a nota 5,0 (cinco) no exame

MF = (5,0 + 5,0)/2 = 5,0 (cinco)

Ao aluno que perder a avaliação presencial é dado o direito de realizar uma Prova Substitutiva, que deverá ser solicitada junto à secretaria no prazo informado no Calendário Acadêmico, apresentando justificativa prevista na legislação. Esta será realizada no final do semestre (data informada no Calendário Acadêmico) e seu conteúdo englobará o que foi tratado na disciplina. O resultado da prova substitutiva estará inserido no campo da nota destinada à avaliação que o aluno perdeu.

Será atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados, em qualquer modalidade de avaliação, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por este ato de improbidade.

O aluno pode requerer, dentro dos prazos estipulados (de acordo com os prazos informados no Calendário Acadêmico), revisão de prova. Vale destacar que, a solicitação de tal revisão estará condicionada à presença do aluno na data da vista de prova realizada pelo professor, respeitando o calendário.

A Coordenação do Curso elabora e encaminha ao Colegiado, para aprovação, as normas que definem formas e critérios para:

- I. aplicação de exames;
- II. possível realização de período de recuperação;
- III. apuração das médias parciais e finais de aproveitamento;
- IV. aplicação de provas especiais em segunda chamada (substitutiva) e revisão de prova;
- V. estruturação e coordenação de estágios supervisionados;
- VI. arredondamento de médias finais, desde que obedecido o máximo de cinco décimos;
- VII. vista de provas.

Os casos omissos serão analisados por uma comissão especialmente indicada pelo Conselho Acadêmico.

O desempenho do aluno é avaliado numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação de até 0,5 (cinco décimos).

No transcorrer do curso, em um ou mais períodos letivos, a critério do Colegiado de Curso, poderão ser introduzidas disciplinas optativas, com vistas a aprimorar os conhecimentos gerais, necessários ao correto exercício da profissão.

Sob o critério do Colegiado de Curso, o aluno poderá cursar disciplinas em regime de dependência em período de férias. Este poderá desenvolver atividades via Internet, onde estarão disponibilizadas as devidas orientações e tarefas a serem desenvolvidas.

3.1.2.1 Dependência

- ✓ O aluno aprovado e que tenha, no máximo, três dependências, poderá matricular-se no período subsequente e cursar as disciplinas pendentes em regime de dependência.

- ✓ O aluno reprovado deverá adequar-se ao currículo vigente para a turma na qual está ingressando.
- ✓ O número máximo de disciplinas em regime de dependência admitidas será 4 (quatro), caso o aluno ultrapasse o limite permitido, deverá cumprir as disciplinas pendentes.
- ✓ No caso de adaptação em razão de transferência, deverá seguir o máximo citado no item acima, do contrário precisa cumprir estas disciplinas para dar andamento no curso.

3.1.3 Atividades Articuladas ao Ensino, Pesquisa e Extensão

3.1.3.1 PIC — Programa de Iniciação Científica

O PIC — Programa de Iniciação Científica procura desenvolver nos estudantes de graduação o interesse pela pesquisa científica e complementar sua formação acadêmica por meio da participação no desenvolvimento de atividades previstas em planos de trabalho vinculados, principalmente, a projetos de pesquisa docente da Faculdade EDUCA+, observando-se, estritamente, as diretrizes definidas e contidas em edital específico.

O PIC é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico dos estudantes de graduação do ensino superior, envolve pesquisa básica ou pesquisa aplicada, utilizando o método científico para produzir conhecimento, com ou sem objetivo prático.

3.1.3.2 PID — Programa de Iniciação à Docência

O PID — Programa de Iniciação à Docência visa contribuir para a melhoria do ensino de graduação, por meio da elaboração e execução de Projetos de Ensino envolvendo alunos de graduação na qualidade de bolsistas. São objetivos do Programa:

- I. despertar no aluno regularmente matriculado na EDUCA+, o gosto pela carreira docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II. promover a cooperação entre o corpo docente e o corpo discente;
- III. contribuir para a melhoria da qualidade de ensino da graduação através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas.

A candidatura ao Programa de Iniciação à Docência ocorre por meio de edital específico.

3.1.4 Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência.

Ao Monitor caberá desenvolver suas atividades em contato direto com os colegas e com o professor adquirindo, a partir de suas experiências, habilidades diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

A seleção dos monitores é realizada por meio de edital específico.

3.2 TCC — Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC — Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária de 120 horas, é parte integrante para a integralização do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Os objetivos do TCC são os de propiciar aos estudantes a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada, a aptidão em apresentar metodologicamente o assunto escolhido e o aprimoramento desta capacidade de pesquisa, mediante os seguintes aspectos: desenvolver uma reflexão em torno do uso das técnicas e métodos de pesquisa e de redação em Ciências Sociais; oferecer ao aluno condições efetivas para a execução de um projeto de pesquisa em Ciências Sociais, que contemple uma de suas três áreas de conhecimento: Antropologia, Ciência Política e Sociologia; integrar o aluno às linhas de pesquisa do curso, vinculadas às atividades de pesquisa de seu corpo docente.

Pode ser iniciado a partir do 7º período, sob a orientação de um professor vinculado a EDUCA+. Nesta produção deve ser valorizado o desenvolvimento das seguintes habilidades: redação, encadeamento de ideias, leitura de um texto em outro idioma, uso de alguma linguagem de programação, etc. A carga horária acima referida será contabilizada mediante aprovação do TCC por uma banca examinadora, sugerida pelo orientador da mesma e homologada pelo colegiado do curso, em defesa pública. O trabalho deverá observar as 'Normas de Orientação de Trabalhos Acadêmicos', que terá acesso facilitado na plataforma de ensino a ser utilizada.

O aluno será considerado aprovado quando atender aos critérios:

- ✓ Metodologia científica;
- ✓ Linguagem coerente, concisa e clara;

- ✓ Assunto pertinente;
- ✓ Fundamentação teórica;
- ✓ Apresentação oral: fluência, segurança e domínio de conteúdos.

3.2.1 Sobre o relatório final do TCC

O TCC deve ser apresentado sob a forma de um relatório elaborado - individualmente, devendo ser defendido pelo aluno perante uma comissão examinadora, tendo como base uma pesquisa que pode ser individual ou fazer parte de um projeto mais amplo, envolvendo um ou mais grupos de alunos. Esta deverá ser realizada sob a orientação de um docente da EDUCA+, e deverá exprimir, de maneira clara, a capacidade de análise e de utilização de métodos e conceitos científicos por parte do licenciando.

A estrutura formal do relatório deverá seguir as normas institucionais constantes no 'Guia de Orientação à Normalização de Trabalhos Acadêmicos' da EDUCA+, tendo, preferencialmente, de 35 a 65 páginas de texto. A aprovação do relatório está vinculada a nota mínima 6 (seis). E, a partir desta proposição se espera que os relatórios possam ser organizados e publicados em formato de livro, instituindo uma coleção/coletânea/série com os resultados dos TCC dos alunos.

3.2.2 Sobre a orientação do relatório final do TCC

Para a realização do relatório final, o aluno deverá ser orientado por pelo menos um docente da EDUCA+, com no mínimo título de mestre, com vínculo ao curso de Licenciatura em Artes Visuais da EDUCA+. O aluno poderá contar, ainda, com uma coorientação de outros docentes vinculados ao curso.

3.3 Princípios Metodológicos

As funções universitárias serão exercidas tendo presente os seguintes princípios:

- ✓ O educando como centro do processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Ensino de graduação articulado com os cursos e programas de pós-graduação;
- ✓ Ensino articulado com as práticas de investigação e as atividades de extensão;
- ✓ Metodologias de ensino inovadoras, apoiadas em tecnologia educacional contemporânea;

- ✓ Metodologias de avaliação da aprendizagem que levem em consideração todo o processo educativo e não, apenas, testes, provas, etc.;
- ✓ Uso da iniciação científica e da monitoria como instrumentos de aprendizagem.

A EDUCA+ definiu as seguintes políticas de desenvolvimento, para o direcionamento das ações institucionais:

- ✓ Excelência no processo de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Produção de conhecimento, considerando a formação em investigação e a promoção da interdisciplinaridade;
- ✓ Extensão do conhecimento produzido, para promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade de inserção;
- ✓ Inovação no ensino, respeitando os valores de tradição da Instituição;
- ✓ Formação para o mercado de trabalho, de acordo com as exigências da sociedade do conhecimento e do aluno;
- ✓ Ambiente favorável para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- ✓ Gestão universitária compartilhada, reforçando a capacidade de decisão institucional e a melhoria das condições de trabalho;
- ✓ Fortalecimento da cultura de avaliação.

3.3.1 Auto Avaliação e Avaliação Externa do Curso

O fim último da avaliação é atingir a qualidade em educação. Falar de qualidade em educação é tarefa não muito fácil, no entanto, é imprescindível, dado que representa um conceito eminentemente desgastado pela vulgaridade de uso, e que ainda não foi adequadamente atingido em sua essência.

Sabe-se que qualidade é o objeto e o objetivo de todo processo avaliativo. Aquilatar, apreciar criticamente, fazer recomendações e potencializar as condições para desenvolver qualidade, é tudo o que queremos quando se trata de avaliação.

Portanto, definir qualidade é fundamental para a garantia de um processo de interpretação avaliativa pertinente, coerente e relevante, que não incorra, nem no viés, nem no reducionismo, nem na repetição cíclica e permanente. A qualidade é o fiel da excelência acadêmica, da pertinência e da relevância social universitária. Este é o seu alicerce e seus critérios são construídos em bases sociais, históricas, culturais, políticas, filosóficas, éticas, epistemológicas e de comunicação, sendo, portanto, educativas. Essa qualidade refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos.

A qualidade de ensino só se obtém por meio de gestões, que se orientam por planejamentos globais e competentes, que ousam articular o compromisso com os índices de produtividade, com a escolha produtiva e ética dos melhores caminhos ou atalhos a serem seguidos para, simultaneamente, responder ao mercado e à sociedade a quem prioritariamente se deve prestar contas. Essa parece ser condição básica para entender e superar os mitos e dilemas contidos no uso da avaliação como instrumento decisivo na busca da qualidade.

Sob tal perspectiva, compreende-se que a finalidade última da avaliação não se esgota no âmbito da instituição, mas pode se constituir em uma estratégia para construir uma ponte efetiva entre esta e a realidade social, uma ponte que concretize o compromisso com a reconstrução do espaço social através do cumprimento de sua missão institucional.

A avaliação é um instrumento de mudança da cultura das instituições de ensino superior. É uma intervenção política, ética e pedagógica que supõe uma apurada análise da realidade das escolas dedicadas ao ensino superior. É um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada, intencional, teleológica. É um voltar-se para si mesmo, com um olhar também para fora e para longe vislumbrando o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do porque, do para quê se está fazendo este tipo de ensino.

Em outras palavras a avaliação é um momento de autoeducação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensar livre, porém crítico. É um acompanhar do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. A avaliação é o processo que a instituição empreende na direção da autorreflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados. A avaliação é o caminho, a estratégia e o horizonte para averiguar, conservar e/ou aprimorar a qualidade do projeto de ação pedagógica da instituição.

Este paradigma de avaliação acena para o compromisso de envolvimento, de legitimidade e de globalidade do diagnóstico a ser realizado gradualmente, percorrendo todas as dimensões e atores envolvidos no processo de construção da qualidade da instituição.

Como se percebe, nesse modelo, a comunidade interna se apropria dos resultados da avaliação e deles se vale para o aprimoramento da proposta educacional que juntos constroem e refazem solidariamente. A avaliação que propomos abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da instituição. Constitui-se em processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da

gestão da instituição e de prestação de contas à sociedade. A autoavaliação do curso está inserida no processo de avaliação da EDUCA+. A avaliação do projeto de curso está inserida no Programa de Avaliação Institucional da EDUCA+. O processo de autoavaliação institucional é conduzido pela CPA — Comissão Própria de Avaliação, comissão constituída por membros representantes de diversos segmentos da comunidade acadêmica e técnico-administrativa da EDUCA+ e por representante da comunidade externa.

A CPA planeja ações, cria instrumentos avaliativos próprios, organiza os processos de avaliação, aplica os instrumentos, analisa os resultados e apresenta relatório contendo as forças e fragilidades da instituição e sugestões de melhoria. Periodicamente são avaliados os projetos pedagógicos dos cursos, com a indicação de possíveis alterações curriculares ou nos planos de ensino ou nos demais aspectos do projeto. O objetivo da avaliação permanente dos cursos de graduação é a manutenção da qualidade do ensino e a sua melhoria contínua.

A CPA tem a função de planejar, organizar e desenvolver as pesquisas junto ao corpo docente, discente e administrativo, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários.

A CPA acompanha e emite relatórios periódicos sobre as avaliações conduzidas pelo MEC, em particular as do ENADE — Exame Nacional de Cursos, as relativas ao reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

A CPI — Comissão de Avaliação Institucional divulga, semestralmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo estreita coerência com os instrumentos e procedimentos utilizados pelo INEP.

O processo de avaliação institucional deve conduzir à atribuição de conceitos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados e com indicação de ações para correção de condições insuficientes ou apenas regulares e fortalecimento e implantação de ações consideradas muito boas ou excelentes.

Observe-se a figura seguinte:

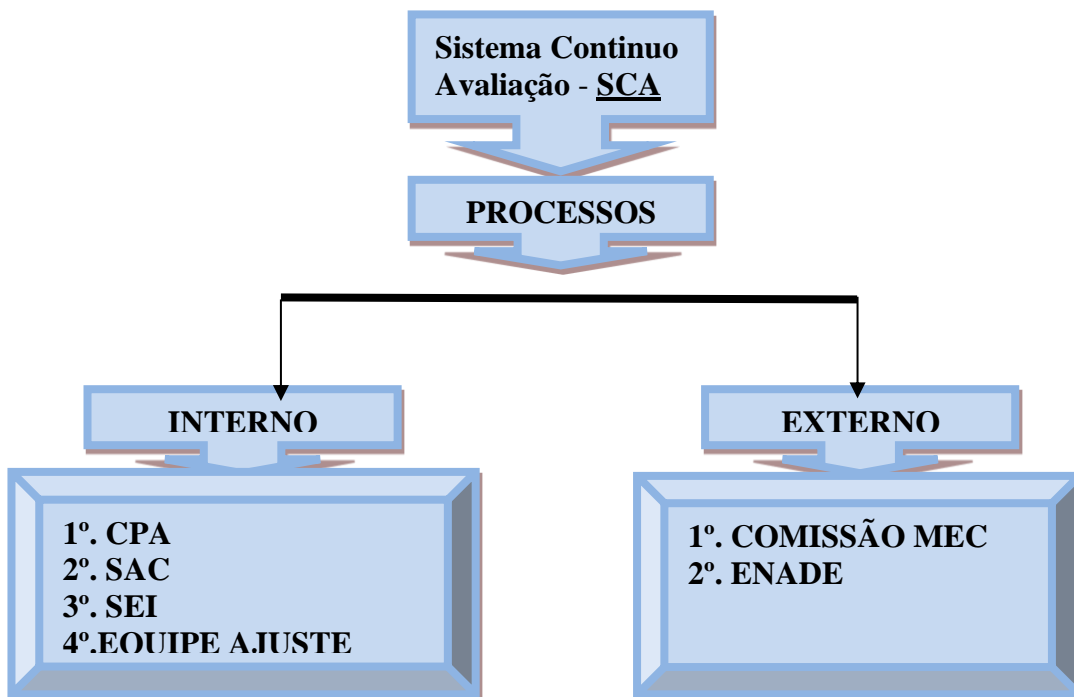


Figura 3-1: Sistema Contínuo de Avaliação

Fonte: Faculdade Educa+

Os componentes da figura 3 são elementos de suma importância para avaliação do curso, gerando informações consistentes para ações que venham a corrigir os pontos fracos ou distorções da missão ou os objetivos da IES. Assim apresentamos a seguir cada um desses processos:

3.3.2 Processos Internos

3.3.2.1 CPA – Comissão Própria de Avaliação

A CPA da EDUCA + foi criada em consonância com a Lei 10.861 de 14 de Abril de 2004, que instituiu o SINAES — Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

O sistema estabelecido por essa lei tem como objetivo inaugurar uma nova fase do Ensino Superior no Brasil, tendo como paradigma o estabelecimento de oferta de vagas, na educação superior, atrelado à melhoria de qualidade por meio do aumento permanente da eficácia institucional e de sua relação com responsabilidades sociais. A autoavaliação institucional representa a primeira etapa, nos ciclos de avaliação do Ensino Superior, e certamente é o alicerce do procedimento que contemplará, tendo a identidade institucional como referência, uma cultura de avaliação em médio prazo.

Na EDUCA +, a coordenação do Processo de Avaliação Institucional fica a cargo da própria CPA, constituída conforme legislação em vigor e devidamente aprovada pelos órgãos colegiados internos.

Abaixo a última composição do Relatório da CPA/2018.

Composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Coordenador: Leonardo Rodrigues de Godoy

Representantes do Corpo Docente:

Professores:

Administração: Maristela Regina Whately;

Ciências Contábeis: Natália Aparecida da Silva;

Pedagogia: Luci Batista Costa S. Miranda;

Gestão Recursos Humanos: Odette Sanches Silva;

Gestão Financeira: Roberta Cristina da Silva;

Gestão Segurança Privada: Regina Paula Macedo Molina

Representantes do corpo Técnico-Administrativo: Susane Pereira Borges dos Santos

Representantes do Corpo Discente:

Administração: Andrea Santos Silva;

Ciências Contábeis: Marina da Rosa Cruz;

Pedagogia: Luciene Paula Felicia;

Gestão Recursos Humanos: Cláudia Ponte Baldin;

Gestão Financeira: Andréia Pereira dos Santos;

Gestão Segurança Privada: Paulino Faustino Guerra

Representante da Sociedade Civil Organizada: André Baraúna Vieira

Período de mandato da CPA: 2 (dois) anos letivos (de abril de 2017 a abril de 2019)

Fluxograma Procedimental do Processo de Avaliação Institucional

RESPONSÁVEL	ETAPAS	AÇÕES	ESTRATÉGIAS
CPA	Preparação	Sensibilizar para autoavaliação, sedimentar a cultura.	Reunião Pedagógica Recepção dos alunos e divulgação para os novos. Seminários / Comunidade Acadêmica
CPA	Diagnóstico	Sondagem do ambiente interno: Planejamento; Elaboração de instrumentos; Coleta de Dados; Análise de dados; Elaboração do relatório; Elaboração do diagnóstico da Instituição	Reuniões setoriais para divulgação e orientação de preenchimento de instrumentos de coleta.

CPA Colegiados do curso Órgãos Administrativos Docentes, discentes e Funcionários.	Auto Avaliação Conscientização setorial	Análise e discussão do relatório por setor Levantamento dos pontos fortes e fracos Construção de quadros comparativos de desempenho Elaboração de propostas: ✓ medidas corretivas/saneadoras ✓ exploração dos pontos fortes	Reuniões, debates, atividades que levem a reflexão e análise dos dados.
CPA	Síntese Global	Avaliação e Integração de propostas Elaboração do relatório final Divulgação / discussão interna	Painéis, sites.
CPA Reitoria Órgãos/ Colegiados Órgãos administrativos	Implementação	Estabelecimento de metas de ação. Orçamento para viabilizar as metas estabelecidas. Alocação de recursos.	Escrituração do Plano.
CPA	Publicação/ difusão	Publicação do relatório final	Painéis, sites, reuniões com os colegiados.
CPA	Reavaliação	Releitura da realidade Avaliar medidas de correção ou aperfeiçoamento; propor alternativas.	Reunião com a equipe sobre as publicações da CONAES e alinhamento.

- 1) SAC – Sistema de Atendimento ao Cidadão: trata-se de um canal de comunicação para que os docentes e discentes coloquem as questões da administração, secretária, acadêmicas e pedagógicas que julgam não atendidas.
- 2) SEI – Simulação Estudo Integrado: é uma avaliação elaborada por uma comissão de professores, o NDE — Núcleo Docente Estruturante e coordenações; as questões elaboradas são multidisciplinares, e a avaliação realizada semestralmente a todos os alunos da IES, buscando mensurar os pontos fracos, orientando ações aos docentes para realizar os ajustes no processo de ensino e aprendizado.
- 3) Equipe de Ajuste: a equipe responsável em acompanhar e analisar os indicadores dos processos internos e externos tem como principal objetivo propor ações corretivas e preventivas buscando estabelecer ações que ao identificar os pontos fracos nas esperas acadêmicas e administrativa adotem

medidas corretivas. Fazem parte desta equipe: Diretor Geral o Núcleo Docente Estruturante do Curso, Coordenação do Curso e Coordenação da CPA, poderão ser convidados outros profissionais para auxiliar nas medidas preventivas.

3.3.3 Processos Externos

3.3.3.1 COMISSÃO DO MEC

As visitas das comissões designadas pelo MEC — Ministério da Educação e Cultura para os procedimentos *in loco* de autorização, avaliação dos cursos, credenciamento, ou outras, têm o propósito de gerar os relatórios que evidenciem os pontos fortes e fracos.

3.3.3.2 ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Os resultados do ENADE são de suma importância para IES, pois retrata o projeto do curso, direciona as ações que precisam ser realizadas para melhoria do curso de forma contínua, além da avaliação interna de cada disciplina já mencionada em item anterior, neste PPC. A IES entende que por meio do ENADE é possível avaliar o desempenho do aluno no aprendizado, aprimorando os pontos fortes e as deficiências em conjunto com o colegiado de curso criar estratégias para fortalecer estes pontos que quebram o elo da qualidade.

3.3.4 Apoio ao discente

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais primando pela melhoria contínua do curso e da EDUCA+, visa implantar diversas ações no sentido de contribuir para o exercício docente e aprendizado dos alunos; dentre essas ações, destacam-se:

- ✓ Trabalhos interdisciplinares;
- ✓ Palestras com profissionais de relevância no mercado, abordando temas que não são vistos em sala de aula;
- ✓ Cursos de extensão em áreas específicas do Curso;
- ✓ Cursos de extensão (via atividades complementares) permitindo a prestação de serviços à comunidade e o contato dos alunos com a realidade local, com os diversos níveis sócio-econômico-político e cultural, promovendo o exercício da cidadania;

- ✓ Concursos com temas abertos como incentivo à criatividade, à integração, ao trabalho em equipe, à comunicação e à análise crítica;
- ✓ Palestras pedagógicas para o corpo docente;
- ✓ Avaliação Interna via SEI – Simulação Estudo Integrado.

Descatamos abaixo as principais ações pedagógicas implantadas:

➤ **Aulas de nivelamento**

A EDUCA+ mantém o PN — Programa de Nivelamento que por objetivo ampliar o conhecimento dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática, via *on line*, considerados essenciais para melhor formação do educando, e que busca nivelar os alunos nestas disciplinas fundamentais. Em um Curso de Licenciatura em Ciências Sociais é muito comum os professores e tutores detectarem as dificuldades mencionadas, e encaminharem os alunos ao programa, ou mesmo, o próprio aluno identificar a sua dificuldade e solicitar à coordenação a liberação do PN.

➤ **Atendimento ao Discente**

A EDUCA+ procurando minimizar o tempo de atendimento aos alunos, ao identificar ‘problemas’ vai direcioná-los aos responsáveis e, desta forma, temos o atendimento psicopedagógico, pedagógico e administrativo para minimizá-los.

a) **Psicopedagógico**

O atendimento psicopedagógico aos alunos é realizado por profissional capacitado, em horário previamente agendado, bem como encaminhado a outros profissionais em caso de necessidade;

b) **Pedagógico**

O aluno também tem apoio do Coordenador do Curso, por meio de atendimento pessoal ou *on-line* para resolver os possíveis problemas pedagógicos.

c) **Administrativo e Financeiro**

Os processos administrativos e financeiros são resolvidos via portal, e quando necessário, presencialmente; estes, são encaminhados a Secretária Geral que por meio dos seus colaboradores procura resolver de imediato, padronizando suas informações.

4 ORGANIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Nome do Curso

- ✓ Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura – Modalidade Presencial;
- ✓ Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura – Modalidade EaD / Educação a Distância.

4.1.1 Atos Legais do curso

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais , nas modalidades presencial e a distância, tem seu pedido feito no ano de 2019.

4.1.2 Base Legal do Curso

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015: define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior: cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada.

PARECER N.º: CNE/CES 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

LEI FEDERAL Nº 11.684/08:8 tornou a sociologia obrigatória no ensino médio, essencial e fundamental para se formar indivíduos mais críticos, cabendo as escolas e a sociedade perceberem o quão importante é esta disciplina na formação de crianças e jovens.

⁸ Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em mar/2019.

4.2 Justificativa do Curso

A criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da EDUCA+, se justifica pelos seguintes motivos:

- a) Perfil da IES na qual se insere;
- b) Demanda regional;
- c) Obrigatoriedade da disciplina no currículo do ensino médio.

A criação deste Curso de Licenciatura em Ciências Sociais se relaciona fortemente com o perfil geral da IES que compreende a educação como um espaço de formação de indivíduos críticos e reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a produção e consequente reprodução de mão-de-obra especializada.

Por outro lado, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da EDUCA+ será de suma importância em toda a sua região de abrangência, como já evidenciada no item de Inserção Regional ao contribuir para a inclusão dos jovens oriundos da região no ensino superior privado, ou público.

E, por fim, quando em 2008, foi sancionada a Lei nº11.684, que institui a obrigatoriedade do ensino de Sociologia em todos os anos do Ensino Médio, alterando a Lei nº 9.393/96 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB). Consequentemente, a sanção presidencial não somente torna obrigatória a Sociologia no ensino médio, como também impõe desafios para a consolidação da disciplina.

Neste momento, de acordo e parafraseando alguns teóricos em Ciências Sociais, este Curso de Licenciatura em Ciências Sociais apresenta-se como um contributo importante para a consolidação da EDUCA+ e, acima de tudo, para constituição de um ambiente de produção e disseminação do pensamento humano e social em parceria com as demais graduações em História, Geografia e Letras.

4.3 Objetivos do Curso

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da EDUCA+, pretende preparar o estudante para os desafios da profissão, por meio de um programa de ensino completo e inovador, quando durante os estudos, o discente conhecerá as técnicas e conceitos que respaldam o conhecimento crítico e profícuo na articulação entre a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia, evitando, assim, uma formação especializada e restrita a

uma das três áreas das Ciências Sociais; bem como buscará a superação da dissociação tradicional entre as figuras do ‘sociólogo’ e do ‘professor de sociologia’.

Após esta contextualização, a proposta curricular propõe:

- ✓ Conceber a prática pedagógica como eixo transversal de todo o currículo e como o resultado de um projeto aglutinador das diferentes áreas de conhecimento, inserindo o licenciando, desde o início do curso, em trabalhos de extensão e pesquisa;
- ✓ Promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino na área, garantindo o diálogo entre a área educacional e a área das Ciências Sociais;
- ✓ Incentivar a construção de metodologias e materiais pedagógicos que se utilizem de tecnologias de informação e da comunicação;
- ✓ Privilegiar a compreensão e a valorização da diversidade cultural dos estudantes e da complexidade organizacional da sociedade onde estão inseridos, de modo a garantir, a eles, uma formação crítica e socialmente compromissada com os interesses das classes populares;
- ✓ Atuar no planejamento, mensuração e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e de formação profissional;
- ✓ Desenvolver a visão crítica e a capacidade analítica do aluno para estabelecer relações e conexões variadas;
- ✓ Desenvolver a habilidade de articular teoria, pesquisa e prática social;
- ✓ Incentivar a autonomia intelectual, poder de decisão e criatividade;
- ✓ Envolver os estudantes nas atividades de estágios, de iniciação científica, do TCC, bem como estimular a participação em eventos científicos, seminários extraclasse, como atividades integradoras da estrutura curricular.

Além de contar com um excelente corpo docente, formado por profissionais qualificados e experientes, a EDUCA+ possui uma completa estrutura de aprendizagem para atender as atividades práticas pertinentes ao curso.

Assim, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais destina-se, também, à capacitação de professores para elaborar e organizar, com base em princípios filosóficos e metodológicos, conteúdos e práticas de ensino e aprendizagem das ciências sociais, para os diferentes níveis da educação básica: ensino fundamental e médio.

E, este profissional poderá lidar tanto com educação formal quanto não formal, explorando criticamente a produção artística nas inter-relações entre arte, cultura e educação. O currículo da licenciatura mantém relações teóricas e práticas com a habilitação em Ciências Sociais do bacharelado em Ciências Sociais, com disciplinas

comuns, dando ênfase às práticas artísticas e culturais produzidas em contextos contemporâneos diversos.

4.3.1 Objetivos Gerais do Curso ⁹

Se encontram contextualizados, em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, evidenciados anteriormente neste PPC.

- ✓ Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- ✓ Cargas horárias das atividades formativas e da integralização do curso;
- ✓ Formas de realização da interdisciplinaridade;
- ✓ Modos de integração entre teoria e prática;
- ✓ Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- ✓ Modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- ✓ Incentivo à iniciação à pesquisa artística, científica e tecnológica, como necessária complementação à atividade de ensino;
- ✓ Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- ✓ Concepção e composição das atividades complementares.

4.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Formar pesquisadores preocupados com as questões sociais, políticas e culturais que interferem na vida social dos sujeitos;
- ✓ Propiciar debates sobre a realidade sócio-econômica-cultural da região para os profissionais que atuam em diversas áreas, inclusive no planejamento de Políticas Públicas;
- ✓ Possibilitar a formação de profissionais capazes de pensar no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade para as diversas etnias e grupos sociais;
- ✓ Formar profissionais para o quadro técnico da administração pública;
- ✓ Propiciar o diálogo com os demais cursos da EDUCA+ principalmente aqueles da área de Ciências Humanas e Sociais, estabelecendo a elevação do debate acadêmico sobre os temas de interesse do curso.

⁹ Disponível: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em mar/2019.

4.3.3 Objetivos de Aprendizagem¹⁰: competências, atitudes e habilidades

De acordo com as diretrizes curriculares aprovadas no CNE/CES 492/2001, já destacado anteriormente, temos:

- ✓ Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- ✓ Autonomia intelectual;
- ✓ Capacidade analítica
- ✓ Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- ✓ Compromisso social;
- ✓ Competência na utilização da informática;
- ✓ Articulação interdisciplinar entre as diferentes áreas das ciências sociais e outras áreas do conhecimento humano;
- ✓ Capacidade de intervenção crítica na realidade social da EDUCA+.

4.3.4 Perfil do egresso

O perfil desejado do egresso do curso de Licenciatura em Ciências Sociais poderá ser entendido, primeiramente, no papel do cientista social na sociedade contemporânea. Por excelência, o papel do cientista social é o de pesquisar e analisar os processos políticos, sociais e culturais com a finalidade de produzir conhecimentos acerca destes processos. Num sentido amplo, o cientista social deve ser formado para produzir conhecimento, cuja natureza deve ser pluralista, crítica e criativa.

Por poder adquirir, ao longo do curso, uma sólida formação teórico-metodológica nos três eixos fundamentais que constituem as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), o licenciado em Ciências Sociais deverá ser capaz de compreender criticamente a sociedade na qual vive e para a qual deve buscar alternativas, bem como ter competência para relacionar, de maneira adequada, a teoria à prática. Ou seja, deverá desenvolver a habilidade de relacionar os estudos teóricos com a reflexão sobre aspectos da realidade social que vivencia.

A inserção profissional do licenciado em Ciências Sociais é diversa, pois, além de ser qualificado para atuar no magistério na educação formal (ensinos fundamental, médio e superior) e não formal, estará também apto a exercer funções nas áreas de assessoria, consultoria, formação e planejamento em entidades públicas e privadas, movimentos sociais, partidos políticos e ONGs, bem como continuar sua formação em pós-graduação.

¹⁰ Disponível: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em mar/2019.

Espera-se que o egresso do curso de graduação em Ciências Sociais- Licenciatura, da EDUCA+, seja mais do que um profissional treinado ou condicionado para atuar em instituições educacionais públicas e particulares, um intelectual crítico e proativo, apto a questionar e a intervir sobre as práticas e padrões atualmente hegemônicos em nossa sociedade.

4.4 Integralização Curricular

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais se estabelece, expressamente, nas condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os regimes acadêmicos adotados pelas IES, neste caso a EDUCA+, e atendido o que consta na Resolução CNE/CES 492/200, já evidenciada anteriormente.

Sob tal processo passa a ter sentido a discussão entre o consenso e o dissenso para que se estabeleçam os critérios relacionados às concepções artísticas, a fim de se garantir a diversidade como fundamento atualizado para o contexto de ensino/aprendizagem em arte, articulando e refletindo sobre a dicotomia entre ensinar arte e produzir arte.

Em consonância com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da EDUCA+, institui a carga horária do curso em um total de 4200 horas, que serão demonstradas no item 5.4 deste PCC.

Deste modo, a estrutura da matriz curricular para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais define, simultaneamente, o projeto pedagógico, indicando também as competências e as habilidades evidenciadas anteriormente, e necessárias para o perfil profissional do professor de Ciências Sociais.

4.4.1 Requisitos para Integralização Curricular

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	DURAÇÃO DO CURSO
4200 horas	8 semestres / 4 anos

Os requisitos mínimos para integralização de currículo com vistas à colação de grau são:

- ✓ Cumprir 4200 horas referentes aos componentes curriculares obrigatórios, sendo que destes, 400 horas são destinadas as práticas como componentes curriculares e 120 reservadas para a elaboração do TCC;
- ✓ Cumprir os componentes curriculares de “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”, totalizando 120 horas, bem como apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e obter grau de aprovação em defesa pública, de acordo com as normas estabelecidas;
- ✓ Realizar 400 horas de Estágio Supervisionado a partir do 5º semestre do curso;
- ✓ Comprovar o cumprimento de no mínimo 200 horas de Atividades Complementares — atividades teórico-práticas, de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes;
- ✓ Ressalta-se que o ENADE Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante é considerado componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme Lei 10.861/2004¹¹.

4.4.2 Estrutura Curricular

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais terá a duração de oito semestres, com carga horária de 4200 horas, das quais são contempladas 2800 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, 400 horas de prática como componente curricular, 400 horas de Estágio Supervisionado e 200 horas de Atividades Complementares — atividades teórico-práticas, estas cumpridas ao longo do Curso.

O currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais terá a duração de oito semestres contemplando componentes curriculares distribuídos em três eixos:

- a) Conhecimento de conteúdos específicos
- b) Conhecimento pedagógico geral
- c) Conhecimento pedagógico do conteúdo

Tais eixos buscam contemplar os diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor, principalmente, do professor de Ciências Sociais, a saber: “conhecimento sobre crianças, jovens e adultos; conhecimento sobre a dimensão cultural, social e política

¹¹ **LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004:** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em mar/2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm

da educação; conteúdos das áreas de ensino; conhecimento pedagógico; conhecimento experiencial” (PIRES, 2002, p.48).

Cabe destacar que, estes âmbitos estão intimamente relacionados entre si e não vinculados a um ou a outro componente curricular, mesmo assim optamos por organizar os componentes curriculares nos eixos evidenciados, nos quais estão, também, distribuídas as questões ambientais, étnico-raciais, de gêneros e direitos humanos.

4.5 Matriz Curricular

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, nas modalidades presencial e a distância, possuem a carga horária de 4200 horas e seu desenvolvimento acontecerá de conformidade com o seguinte fluxograma:

1º SEMESTRE				
Componentes curriculares	Semanal	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
Didática Geral	4	60	20	80
Formação do Pensamento Moderno	4	60	20	80
Introdução à Sociologia	4	60	20	80
Introdução à Antropologia	4	60	20	80
Introdução à Filosofia	4	60	20	80
Subtotal	20	300	100	400
Atividade Complementar I				40
Práticas Curriculares I			65	65
Total	20	300	165	465
2º SEMESTRE				
Componentes curriculares	Semanal	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
Metodologia do Trabalho Acadêmico	2	40		40
Sociologia da Educação	4	60	20	80
Teoria Sociológica I	4	60	20	80
Antropologia I	2	20	20	40
Ciências Sociais no Brasil I	4	60	20	80
Introdução ao Pensamento Político	2	10	30	40
Psicologia e Educação	2	20	20	40
Subtotal	20	250	150	400
Atividade Complementar II				40
Práticas Curriculares II			65	
Total	20	250	215	465

3º SEMESTRE				
Componentes curriculares	Semanal	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
Políticas de Direitos Humanos e Educação Ambiental	2	20	20	40
Filosofia	2	20	20	40
Ciências Sociais no Brasil II	4	60	20	80
Teoria Sociológica II	4	60	20	80
Estatística Aplicada às C. Sociais	2	60	20	80
Antropologia II	4	60	20	80
Subtotal	20	250	150	400
Atividade Complementar III				40
Práticas Curriculares III			65	
Total	20	250	215	465
4º SEMESTRE				
Componentes curriculares	Semanal	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
Legislação e Organização da Educação Básica	2	20	20	40
Estudos Culturais e Comunicação	2	20	20	40
Sociologia Contemporânea	4	60	20	80
Antropologia Contemporânea	4	60	20	80
Estudos em Memória Social	4	60	20	80
Estudos em Políticas Públicas	2	10	30	40
Estudos em Teoria Social	2	10	30	40
Subtotal	20	200	200	400
Atividade Complementar IV				40
Práticas Curriculares IV			65	
Total	20	250	215	465
5º SEMESTRE				
Componentes curriculares	Semanal	Carga Horária		
		Teoria	Prática	Total
Avaliação Educacional	2	20	20	40
Estudos sobre Esfera Política	4	60	20	80
Estudos Urbanos	2	20	20	40
Teoria Sociológica III	4	60	20	80
Antropologia Estrutural	2	60	20	80
Teoria da Democracia	4	60	20	80
Subtotal	20	130	270	400
Atividade Complementar V				40
Práticas Curriculares V			65	
Estágio Curricular I				100
Total	20	130	335	465
6º SEMESTRE				
Componentes curriculares	Carga Horária			

	Semanal	Teoria	Prática	Total
Introdução a Linguagem de Sinais Brasileira - Libras	2	20	20	40
Educação Inclusiva	2	20	20	40
História Social e Econômica Moderna	4	20	60	80
História Social e Econômica Contemporânea	4	20	60	80
Sociologia: Sociedades Urbanas e Globalização	4	20	60	80
Antropologia Contemporânea	4	20	60	80
Subtotal	20	120	280	400
Estágio Curricular II				100
Práticas Curriculares VI			45	
Total	20	120	325	445

7º SEMESTRE

Componentes curriculares	Carga Horária			
	Semanal	Teoria	Prática	Total
Direitos e cidadania	4	20	60	80
Economia brasileira	4	20	60	80
Teoria Sociológica IV	4	20	60	80
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	2	20	20	40
Prática de Pesquisa e Projetos	2	30	10	40
Antropologia no Brasil	2	20	20	40
Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	2	20	20	40
Subtotal	20	130	270	400
Estágio Curricular II				100
Total	20	130	270	400

8º SEMESTRE

Componentes curriculares	Carga Horária			
	Semanal	Teoria	Prática	Total
Formação Da Sociedade Brasileira	4	20	60	80
Pensamento Social no Brasil	4	20	60	80
Ciência Política no Brasil	4	20	60	80
Política Educacional e Legislação de Ensino no Brasil	2	20	20	40
Sociologia da Educação	2	30	10	40
Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária	4	60	20	80
Subtotal	20	130	270	400
Estágio Curricular II				100
Total	20	130	270	400

RESUMO DO CURRÍCULO PLENO	TOTAL DE HORAS
Carga Horária de disciplinas curriculares presenciais e a distância	3200

Atividades Complementares	200
Atividades de prática curricular	400
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	120
Estágio Supervisionado	400
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	4200

4.5.1 Ordenamentos Legais

A seguir se encontra o demonstrativo referente aos ordenamentos legais N° 11.645/2008, de 10 de março de 2008 e Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos; Lei 9.795/1999, de 27 de abril de 1999, que institui políticas nacionais de educação ambiental, e Decreto 4.281/2002, de 25 de junho de 2002, que regulamenta sua aplicação. Informamos que os conteúdos, também, estarão contemplados nos Planos de Ensino de cada professor.

O conteúdo de Educação Ambiental será ofertado nas seguintes disciplinas de:

- ✓ Políticas de Direitos Humanos e Educação Ambiental (4° semestre)
- ✓ Legislação e organização da Educação Básica (4° semestre)
- ✓ O conteúdo de Direitos Humanos será ofertado na disciplina de:
 - Filosofia (3° semestre)
 - Didática Geral (1° semestre)
 - Legislação e Organização da Educação Básica (4° semestre)
 - Psicologia da Educação (1° semestre)
 - Introdução ao Estudo da Linguagem (1° semestre)
 - Estética e História da Arte (3° semestre)
 - Políticas de Direitos Humanos e Educação Ambiental (3° semestre)
 - Sociologia da Educação (2° semestre)
 - O conteúdo de Relações étnico-raciais será ofertado na disciplina de:
 - Semiótica (4° semestre)
 - Antropologia (2° semestre)
 - Estética e História da Arte (3° semestre)
 - Sociologia da Educação (2° semestre)

4.5.2 Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares

As atividades complementares terão duas modalidades: atividade complementar de caráter obrigatório com um mínimo de 200 horas, e atividade complementar de caráter livre, conforme a opção, disponibilidade e interesse dos alunos. A primeira modalidade terá definida em sua estrutura, dois tipos de atividades: ‘intramuros’ e ‘extramuros’.

As atividades complementares obrigatórias ou livres serão validadas mediante acompanhamento dos professores e da coordenação que definirão o cronograma a cada semestre do curso. Vale ressaltar, aqui, que a extensão — via atividades complementares — permitirá a prestação de serviços à comunidade e o contato dos alunos com a realidade local, com os diversos níveis sócio-econômico-político e cultural, promovendo e estimulando prática social.

O cumprimento de tais atividades pelo discente se comprova mediante digitalização e anexação de certificados, ingressos, declarações e atestados no Portal da Faculdade, juntamente com a elaboração *on line* de Relatório, onde será descrita a atividade e sua contribuição para área do curso, e para que seja efetuado o registro no histórico curricular dos alunos.

Para o melhor controle, acompanhamento e responsabilidade das AACs está centrada no professor responsável, determinado pela coordenação, que cuidará para que sejam atendidas todas as exigências quanto ao prazo, validação e condições de execução, conforme disposto neste Regulamento.

O processo de anexação dos comprovantes e elaboração dos relatórios das AACs deve ser realizado no semestre de sua realização. Contudo, a guarda e conservação dos documentos originais (que poderão ser exigidos a qualquer momento) são de responsabilidade do aluno.

- ✓ Relação dos Grupos de Atividades que compõem as Atividades Acadêmicas Complementares

Art. 1º A carga horária das Atividades Acadêmicas Complementares está definida no PPI de cada Curso de Bacharelado da EDUCA+.

Art. 2º As Atividades Complementares dos Cursos Bacharelado da EDUCA+ poderão ser desenvolvidas em atividades conforme discriminado abaixo:

Grupo I: Atividades Socioculturais e Acadêmicas

Grupo II: Atividades Comunitárias

Grupo III: Atividades de Pesquisa

Grupo IV: Atividades de Extensão

- ✓ **GRUPO I:** Atividades Socioculturais e Acadêmicas: Eventos socioculturais, tais como: cinema, teatro, museu, mostras de artes plásticas outros eventos que estejam diretamente vinculados com os conteúdos trabalhados no curso, como Monitoria. Semanas acadêmicas e culturais promovidas pela EDUCA+.
- ✓ **GRUPO II:** Atividades Comunitárias: Prestação de serviços: órgãos públicos ou privados ligados à cidadania, família, educação e saúde. Prestação de serviços pelo Bolsa Escola da Família, BEPA, TOF, Jovens Acolhedores e outros assemelhados. Prestação de serviços: órgãos públicos ou privados ligados à cidadania, família, educação e saúde. Participação em atividades de representação dos discentes.
- ✓ **GRUPO III:** Atividades de Pesquisa: Participação no projeto de Iniciação Científica da instituição, publicações, apresentação de trabalhos de pesquisa, exposição de trabalho em feiras.
- ✓ **GRUPO IV:** Atividade de Extensão: Cursos em língua estrangeira, participação em workshop, palestras, seminários, congressos, conferências, feiras e oficinas (internas e externas).

Art. 3º A carga horária das Atividades Complementares será distribuída ao longo do curso e não poderá ser preenchida com um só tipo de atividade.

Art. 4º Ao Professor responsável de Atividades Complementares caberá manter processo individual dos alunos com vista a computar a carga horária complementar, para fins de registro em seu histórico escolar, do total da carga horária computada.

Parágrafo Único: os critérios de pertinência e de aproveitamento de cada grupo de atividades, assim como as codificações correspondentes para registro acadêmico, estão indicados no quadro do art. 8º deste regulamento.

Art. 5º Os alunos deverão requerer a integração da carga horária das atividades definidas como complementares, no portal, com a convalidação do professor responsável pelas Atividades Complementares.

Art.6º Somente serão aceitas as Atividades Complementares desenvolvidas no semestre vigente ao da entrega, não cabendo validação a atividades realizadas em semestres anteriores, salvo casos de transferências de alunos de outras IES/curso.

Art. 7º O Relatório das Atividades Complementares deve contemplar:

§ 1º. Um texto descritivo, claro e consistente, relando a atividade e sua relação com a área do curso. Este texto deve conter, no mínimo, 15 linhas.

§ 2º. Cada relatório deverá ser acompanhado pelo seu respectivo comprovante e demais exigências estabelecidas pela atividade, devidamente anexado.

Art. 8º Ficam definidos os grupos, cargas horárias e critérios conforme o previsto no presente artigo.

§ 1º Os grupos e a carga horária das atividades são:

ATIVIDADE	COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Grupo I – Atividades Socioculturais e Acadêmicas		
Eventos socioculturais, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Cinema • Teatro • Museu • Mostras de artes plásticas • Outros eventos que estejam diretamente vinculados com os conteúdos trabalhados no curso 	1. Comprovante de presença; 2. Relatório	Até 2 horas por evento desde que não esteja computado na carga horária de disciplina
Participação em semanas acadêmicas ou culturais promovidas pela IES, ou recomendada pelo corpo docente.	Relatório do aluno com aprovação do Professor Responsável pelo evento	Até 4 horas por evento
Atividades de monitoria	1. Relatório do aluno devidamente assinada pelo coordenador; 2. Lista de presença devidamente assinada.	Até 20 horas no semestre.
Grupo II – Atividades Comunitárias		
Prestação de serviços: <ul style="list-style-type: none"> • Órgãos públicos ou privados ligados à cidadania, família, educação e saúde. • Prestação de serviços através da Bolsa Escola da Família, BEPA, TOF, Jovens Acolhedores e outros assemelhados. 	1. Declaração de Participação 2. Relatório do aluno	20% da carga horária total ou 20 horas por semestre.
Participação em atividades de representação discente junto aos cursos da instituição como: <ul style="list-style-type: none"> • Representante de Sala e vice atuantes. 	Declaração da Secretaria de Curso	10 horas para representante e vice, por semestre letivo.
Grupo III – Atividades de Pesquisa		
Participação em atividades de iniciação científica de interesse do curso.	Relatório do Professor	Até 20 horas por semestre

	Responsável pela Iniciação Científica de Pesquisa	
Publicações de: <ul style="list-style-type: none"> Resumos; Artigos; e Anais em congressos, simpósios, encontros, jornais, revistas e publicações eletrônicas com ISSN. 	Cópia da publicação	Até 20 horas por publicação
Apresentação / exposição de trabalhos em feiras, seminários, congressos, conferências (como autor de trabalho)	Trabalho Apresentado e/ou certificado de apresentação.	Até 10 horas por trabalho apresentado
<u>Grupo IV – Atividades de Extensão</u>		
Cursos de língua estrangeira.	Certificado de Conclusão ou Atestado de Participação e Aproveitamento	20% da carga horária total do ciclo, etapa, módulo ou semestre.
Curso de Extensão na área de conhecimento do curso (em EAD ou presencial)	Certificado de Conclusão ou Atestado de Participação e Aproveitamento	20% da carga horária total do ciclo, etapa, módulo ou semestre.
Participação (como espectador) em workshop, palestras, seminários, congressos, conferências, feiras e oficinas internas e externas.	Certificado ou declaração de participação.	Até 4 horas por evento, desde que não esteja computado na carga horária de disciplina.

4.5.3 Regulamentação do Estágio Supervisionado

O Curso em questão possibilitará aos alunos a realização de estágios em instituições públicas e privadas, com o objetivo de aproximar o aluno de seu futuro campo de atuação profissional, estabelecendo relações efetivas entre a Instituição e o Mercado de Trabalho.

O Programa de Estágios será desenvolvido segundo as normas de Coordenação de Estágios, visando assegurar a qualidade e a responsabilidade de todas as partes envolvidas. Assim, todos os estágios serão objeto de Termos de Convênio interinstitucionais e Termos de Compromissos individualizados.

Os principais objetivos do Estágio Supervisionado são:

- ✓ Proporcionar ao aluno experiências efetivas em seu futuro campo de atuação profissional;

- ✓ Viabilizar a complementação da formação acadêmica dos alunos, pela sua inserção em situações e realidades que demandem e ampliem seus conhecimentos, sobretudo, os relacionados ao cenário das micro, pequenas e médias empresas;
- ✓ Efetivar uma interação produtiva e dinâmica entre o curso e as micro, pequenas e médias empresas/organizações.

O estágio deverá possibilitar a complementação profissional, social e cultural, sendo realizado em conformidade com o calendário escolar e sem prejuízo das atividades acadêmicas do aluno. A instituição conveniada deverá respeitar a legislação que rege o trabalho de estagiários e conceder aos alunos remuneração a título de Bolsas de Estudos, além de assegurar Seguro de Acidentes Pessoais.

4.5.3.1 Mecanismos de acompanhamento

Os estágios serão supervisionados por professor do curso. O aluno contará com o apoio do professor coordenador de Estágios por meio de email de contato e presencialmente com o tutor responsável do polo, que tem por finalidade, orientá-lo em suas necessidades de estágios, bem como manter um elo entre aluno e empresa/organização.

Outra finalidade, do tutor presencial, será a de fornecer informações e documentos necessários, tanto para as empresas e organizações como para os alunos, visando à celebração de estágios entre ambos. Ele fará a ponte entre a faculdade e os alunos, no que diz respeito à documentação. Além disso, será o tutor presencial, da área relativa ao curso, que fará o acompanhamento do preenchimento correto dos relatórios de estágio propostos pela instituição.

4.5.3.2 Relatórios de Atividades

As atividades de estágio serão documentadas por meio de relatórios de atividades (parciais e finais) que identificarão a natureza e as características da unidade concedente de estágio, a estrutura organizacional, as rotinas de trabalho, e de maneira mais específica, as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Os relatórios de atividades, bem como a ficha de frequência serão apresentados pelo tutor presencial ao professor coordenador, mensalmente, obedecendo aos critérios, datas, metodologia de expressão escrita, previamente estabelecida, para que seja desenvolvida a orientação e avaliação. Além da atuação do tutor presencial e do professor

coordenador, o aluno terá ainda o acompanhamento do supervisor de campo (profissional da área de abrangência do curso ou em áreas correlatas).

4.5.3.3 Participação em Atividades Reais Conveniadas

O estágio supervisionado será formalizado a partir da realização de convênios, entre a unidade concedente de estágio e a EDUCA+, se observando os dispositivos legais que definem a prática de estágio. Para tanto serão mantidos contatos com as organizações e empresas da região. O aluno ao definir o campo de estágio firmará um termo de compromisso com a unidade concedente que estipulará entre outros itens, prazos, carga horária, atividades, sistema de bolsas, supervisor de campo, atividade a ser desenvolvida. O estágio será regido pelo regulamento próprio e ocorrerá a partir do 5º (quinto) semestre do curso.

4.6 Conteúdos Curriculares

4.6.1 Ementário e bibliografia das disciplinas presenciais e à distância

A seguir as disciplinas dos componentes curriculares integrantes da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais: carga horária, ementas e bibliografias básica e complementar.

1º SEMESTRE:

1. DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA 80H

Ementa: Introdução ao pensamento filosófico através de seus principais temas, vertentes e disciplinas; periodização histórica da Filosofia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARISTÓTELES. Poética. Trad. Eudoro de Souza. 3. ed. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

DESCARTES, R. Discurso do Método (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DESCARTES, R. Meditações Metafísicas (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 9.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

PLATÃO. A República. [ou sobre a justiça, diálogo político] Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado; revisão técnica e introdução Roberto Bolzani Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PLATÃO. A República. Jacó Guinsburg organização e tradução. São Paulo, Perspectiva, 2006.

COMPLEMENTAR

DELEUZE, G. Conversações. Tradução de Peter Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KANT, I. Crítica da Razão Pura, 5^o ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

NIETZSCHE, F. Genealogia da Moral: Uma Polêmica. Tradução, notas e pós-fácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira no sentido extra moral. In: Obras Incompletas. São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1978.

2. DISCIPLINA: FORMAÇÃO DO PENSAMENTO MODERNO 80H

Ementa: O Iluminismo e o Romantismo. Darwin e a biologia moderna. Nietzsche e a crítica dos valores Baudelaire e a literatura moderna. Francis Bacon, Einstein e a ciência moderna. Freud e a descoberta do inconsciente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUDELAIRE, Charles (1996). Sobre a modernidade. Coleção leitura Paz e Terra.

ELIAS, Norbert (1990) O processo Civilizador: Volume 1 uma história dos costumes. Zahar.

FREUD, Sigmund (2006)[1927]. O futuro de uma ilusão. IN Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXI. Imago

GIDDENS, Anthony (1991). As consequências da modernidade. Ed. Unesp

SIMMEL Georg. (1976) A metrópole e a vida mental. IN O fenômeno Urbano. Zahar

BOBBIO Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (1983) Dicionário de Política. Ed. EdUnb.

COMPLEMENTAR:

HOBBSAWM, Eric. A era do capital (1848 - 1875). Ed. Paz e Terra.

BERMAN, Marshall (2000). Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade. Ed. Companhia das Letras.

BRESCIANI, Maria Stella, (1989). Londres e Paris no século XIX o espetáculo da pobreza. Brasiliense.

HARVEY, David (2010). Modernidade e modernismo In A Condição Pós moderna. Loyola, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso (2006), O trabalho do Antropólogo. Ed. Unesp.

3. DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA 80H

Ementa: O processo de constituição do mundo moderno e construção da sociologia como campo de conhecimento científico. O pensamento filosófico social e a consolidação do campo da sociologia. A proposta Sociológica de Augusto Comte. A Sociologia clássica e seu debate teórico-metodológico. A abordagem positivista de Emile Durkheim e sua proposta teórico metodológica de construção da Sociologia. A abordagem compreensiva de Max Weber e sua proposta teórico-metodológica de construção da Sociologia. Principais conceitos da Sociologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. (SP: Martins Fontes/UNB, 1987)
COHN, Gabriel. Sociologia - Para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Ed. Azougue, 2005.
DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes.
WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais (Parte 2). Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BÁSICA:

BOTTOMORE, T. & NISBET, R: História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar: 1980.
Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte; ed. UFMG, 1996.
GIDDENS, A.: Política, Sociologia e Teoria Social. São Paulo: UNESP, 1997
MARTINS, Carlos B. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.
QUINTANEIRO, Tânica et all. Um toque de clássico: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte; ed. UFMG, 1996.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1990. (introdução)

4. DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA 80H

Ementa: A formação da antropologia no século XVIII. Questões, Problemas e Métodos. Metodologia e Introdução às Ciências Pesquisa e Campo. Evolucionismo. Difusionismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, Celso. Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.
ØERIKSEN, Thomas & ; NIELSEN, Finn. História da Antropologia. Petrópolis, 2007.
GEERTZ, Clifford. “A Transição para a Humanidade”. Em S. Tax (Ed.) Panorama da Antropologia. Rio de Janeiro.

INGOLD, T. "Humanidade e Animalidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28, junho de 1995. Janeiro: Fundo de Cultura, 1966 [31-43].

KUPER, Adam 1999. Cultura a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo, Brasiliense, 1988.

BÁSICA

GOMES, Mércio P. Antropologia. São Paulo: Ed. Contexto, 2008 LIONÇO, Tatiana & ; DINIZ, Debora (orgs). Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Ed.Letras Livres, 2009. SILVA, Tomás Tadeu da (org), HALL, Stuart & ;

WOODWARD, Kathryn. identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis : Ed. Vozes , 2000.

SOUZA, M^a Helena V. Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: espaços para discussões étnicas de alteridade. Campinas, Revista HiSTEDBR, nº19, 2005

TORRÃO F^o, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: Cadernos Pagu (24), janeiro-junho de 2005. UNICAMP, Campinas-SP.

5. DISCIPLINA: DIDÁTICA GERAL 80H

Ementa: Introdução da didática. O conceito de didática e a importância do planejamento da ação didática. Componentes básicos do planejamento de ensino. Tipos de planejamento de ensino. Seleção e organização de conteúdo. Métodos e técnicas de ensino. Tipos de métodos. Princípio de técnicas de ensino. Tipos de técnicas. Avaliação da aprendizagem. Conceito e função de avaliação. Princípios básicos da avaliação. Técnicas de avaliação e motivação. Processo de recuperação. Currículo escolar. Conceito e função do currículo escolar. Interdisciplinaridade versus transversalidade. A importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento da responsabilidade ambiental no espaço escolar. A importância da transversalidade no desenvolvimento da cidadania no ambiente escolar e do respeito pelos direitos humanos.

BÁSICA:

1. HAITT, Regina Celia Cazaux. Curso de didática geral. 2ed. São Paulo: Ática, 1995.
2. MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática Geral. Gen Ebook, 2014.
3. CANDAU, Vera Maria (Org.). A Didática em Questão. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989

COMPLEMENTAR:

1. NÉRICI, Imídeo G. Didática do ensino superior. São Paulo: Ibrasa, 1993
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Cortez, 1997.

3. COMENIUS, 1592-1670, Didática Magna/Comenius; Aparelho Critico Marta Fattori; tradução Ivone Castilho Benedetti-4ª.ed.-São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes,2011.- (Clássicos WMF)
4. VEIGA, Ilma Passos Helencastro (ORG.); Técnicas de Ensino: novos tempos, novas configurações. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
5. PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções a ação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
6. ZABALA, Antoni. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre, RS: Artmed 1998. 371.

2º SEMESTRE

1. DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO 40H OK

Ementa: A disciplina propõe a caracterização conceitual do processo de investigação científica e da execução de trabalhos científicos, bem como a aplicação de normas padrões da confecção de trabalhos acadêmicos. Métodos do trabalho científico. A problemática da relação teórico/ prática. Estudo do processo de planejamento da pesquisa: a definição do problema, levantamento de hipóteses, escolha do método. Redação, tratamento dos dados e apresentação de relatórios parcial e final.

BÁSICA:

1. BRASILEIRO, A. M. M. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Atlas, 2013.
2. KOCH, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica – Teoria da ciência e prática da pesquisa. Vozes, 2013.
3. ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

1. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, 2013.
2. MATIAS- PEREIRA, J. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Atlas, 2012.
3. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
4. FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Metodologia do ensino de arte. São Paulo Cortez 1993
5. FRANÇA, Júnia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 7.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

2. DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO OK

EMENTA: Conceituação e delimitação do campo de estudo da sociologia da educação. Compreensão dos fundamentos da sociologia da educação tendo como base o discurso dos autores clássicos das ciências sociais e o discurso dos autores contemporâneos. Análise sociológica da dinâmica social e das relações entre educação e sociedade. As relações étnicas raciais, cultura Afro-brasileira e Indígena no desenvolvimento das práticas de socialização. Reflexão acerca da produção das desigualdades sociais e a desigualdade das oportunidades educacionais: educação em direitos humanos. Formas, processos e agentes educacionais: autonomia e heteronomia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
2. FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da Educação. Moderna, 1993.
3. LOUREIRO, C.F. Sociedade e meio ambiente: A educação ambiental em debate. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPLEMENTAR

1. ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
2. HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1999.
3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Sociologia Geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
4. VILA NOVA, S. Introdução à sociologia. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013.
5. VIEIRA, Evaldo Sociologia da educação: reproduzir e transformar \$b FTD \$c 1996

3. DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLOGICA I 80H OK

Ementa: Abordagens da modernidade e a constituição de tradições ideológicas: a tradição liberal e a tradição socialista no campo da Sociologia. A questão da igualdade e da liberdade. A consolidação do capitalismo. A análise do “fenômeno democrático” em Alexis de Tocqueville.

O pensamento de John Stuart Mill A tradição socialista: os socialismos e o materialismo histórico. Modernidade e capitalismo no materialismo histórico: Karl Marx e Friedrich Engels.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Marx, Karl. A questão Judaica (Edições diversas)
_____. Ideologia Alemã + Teses sobre Feuerbach (Edições diversas)
_____. Manifesto do Partido Comunista (Edições diversas)

_____. O 18 brumário de Luis Bonaparte. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Edições diversas)

Tocqueville, Alexis de. Lembranças de 1848. (Edições diversas)

_____. A democracia na América (Edições diversas)

COMPLEMENTAR

Barros, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a11.pdf>.

Introdução à Sociologia Último acesso: 20 ago 2017.

Codato, Adriano Nervo. O 18 Brumário, política e pós-modernismo. LUANOVA No 63— 2004.

Jasmin, Marcelo Gantus. Tocqueville, a Providência e a História. Dados, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, p. , 1997 . Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200002&lng=en&nrm=iso)

[52581997000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200002&lng=en&nrm=iso). Último acesso: 20 ago 2017.

Marx, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (Edições diversas)

_____. Lutas de Classes em França (Edições diversas)

_____. Guerra civil em França. São Paulo: Boitempo, 2011. (Edições diversas)

Perissinotto, Renato Monseff. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. Lua Nova, São Paulo, 71: 81-121, 2007.

Pogrebinschi, Thamy. O enigma da democracia em Marx. RBCS Vol. 22 nº. 63 fevereiro/2007.

Santos, Célia Quirino dos. Tocqueville: a Realidade da Democracia e a Liberdade Ideal. Tocqueville, Alexis de. Antigo Regime e a Revolução. (Edições diversas)

4. DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA I 80H OK

Ementa: Teorias antropológicas. Elementos para análise cultural da sociedade. Civilização e cultura. Conceitos de etnocentrismo e preconceito. Pluralismo cultural. A cultura nas sociedades pós-industriais. Globalização e cultura. Aspectos da cultura brasileira. Estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

BÁSICA:

1. LIMA, Maria N. M. Escola Plural: a diversidade está na sala. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

2. CHALUH, Laura N. Educação e Diversidade: um projeto pedagógico na escola. 2ªed. Campinas (SP): Alinea, 2013

3. MELLO, Luíz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas \$a Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

COMPLEMENTAR

1. KUPSTAS, Márcia. Literatura, arte e cultura. São Paulo: Ática, 1988.
2. CARMO, Raymundo E. do. Antropologia filosófica geral
3. BOSI, Alfredo (Org.). Cultura brasileira: temas e situações. São Paulo: Ática, 1999.
4. KLINEBERG, Otto. As diferenças raciais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966
5. CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil .Universidade de São Paulo, 1986

5. DISCIPLINA: CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL I 80H OK

Ementa: O pensamento social e político brasileiro pré - institucionalização das Ciências Sociais. O pensamento intelectual no Brasil Império (José Bonifácio, Benjamin Constant, Azeredo Coutinho, Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, José de Alencar, Rui Barbosa) e as tensões Conservadores X Liberais; Monarquia X República e Abolição X Escravidão. O pensamento intelectual no Brasil República e a formação da nação (Manuel Bonfim, Alberto Torres, Afonso Celso, Victor Nunes Leal, Nestor Duarte). A formação da nação a partir da perspectiva racialista (Oliveira Vianna, Sylvio Romero, Nina Rodrigues). O debate sobre a identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Jr.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Gisele Silva. Tradição liberal, positivismo e pedagogia: a síntese derrotada de Rui Barbosa. Revista Perspectiva: Revista de Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/3555>
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Top books, 1999. (Ler o Prefácio à 1ª Edição do próprio Gilberto Freyre; opcionalmente a introdução de Fernando Henrique Cardoso).
- _____. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000. (Ler o Prefácio do próprio Gilberto Freyre e o último capítulo).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Capítulos 5 e 7; opcionalmente, mas com forte importância, capítulos 1 e 2).
- NABUCO, Joaquim. Minha Formação. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.
- _____. O Abolicionismo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. O Idealismo da Constituição. 1927.
- _____. Instituições Políticas Brasileiras. Brasília: Senado Federal, 1999.
- PRADO JR., Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC . Rio de Janeiro: FGV, 2002

COMPLEMENTAR

AMADO, Gilberto. Grão de Areia e Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

BRANDÃO, Gildo Marçal. “Linhagens do Pensamento Político brasileiro”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf> brasileira”.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização intelectual

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Ordem Burguesa e Liberalismo Político, São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1978.

WERNECK VIANNA, Luiz. "Weber e a interpretação do Brasil". Disponível em www.artnet.com.br/gramsci/arquiv35.htm, 1999.

WERNECK VIANNA, Luiz; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “República e Civilização Brasileira”. Disponível em: www.artnet.com.br/gramsci/arquiv119.htm

6. INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO 40H

Ementa: Constituição do pensar político Platão e Aristóteles. O pensamento de Maquiavel. O contratualismo (Hobbes, Locke, Rousseau). Os poderes e Montesquieu. Estudo das principais correntes (Liberalismo e utilitarismo; Socialismo utópico; Anarquismo; e Marxismo) e autores clássicos do pensamento político moderno (Bentham, James Mill, Stuart Mill, Saint-Simon, Owen, Fourier, Stirner, Proudhon, Bakunin, Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Weber, Pareto, Mosca, Michels).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARISTÓTELES. A Política. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (edições diversas).

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.).

Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB. (edições diversas).

HOBBS, Thomas. O leviatã. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (edições diversas).

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (edições diversas).

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001. (edições diversas).

MONTESQUIEU, O Espírito das Leis. Coleção Os pensadores. (edições diversas).

PLATÃO. República. São Paulo: Scipione, 2001. (edições diversas).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (edições diversas).

COMPLEMENTAR

ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. (SP: Martins Fontes/UNB, 1987),

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. (edições diversas).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Brasília/São Paulo: Editora UnB/Ática, 1989 (edições diversas).

WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política vol 1. (SP:Ática, 2006)

WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política vol 2 (SP:Ática, 2006)

7. DISCIPLINA: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO 40H OK

Ementa: Relações entre psicologia e educação. Fatores intrapessoais e socioambientais do processo ensino – aprendizagem. Conhecimento psicológico e prática educativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREUD, Sigmund (1976). Psicologia das massas e a análise do Eu. In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago Ed., v. 18, p. 89-180179.

LE BON, Gustave (1895). Psicologia das multidões. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

MANSO DE BARROS, R. M. Algumas considerações sobre educação, ciência e capitalismo: o que pode a psicanálise? In: MANSO DE BARROS, R. M. & ; DARRIBA, V. A. (orgs.) Psicanálise e saúde: entre o Estado e o sujeito. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2015, p. 95-112.

_____. Construção da subjetividade e educação. In: _____ (org.). Subjetividade e educação: conexões contemporâneas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

COMPLEMENTAR

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.75-171.

GEORGE, Susan. O relatório Lugano. São Paulo: Boitempo Ed., 2003.

ZIZEK, Slavoj. Bem vindo ao deserto da pós-ideologia. In: O ano em que sonhamos perigosamente. São Paulo: Boitempo Ed., 2012, p. 53-65.

_____. Objetos, objetos por toda a parte. In: Menos que nada. São Paulo: Boitempo Ed., 2013, p. 361-426.

3º SEMESTRE:

1. DISCIPLINA: POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL 40H OK

Ementa: Noções de Direitos Humanos e preservação: uma questão de convivência. Conhecimento e aplicabilidade da Educação Ambiental no contexto atual. Estudo histórico da Educação Ambiental e suas relações interdisciplinares.

BÁSICA:

1. BOTKIN, D.B.; KELLER, E.A. Ciência Ambiental: Terra, um planeta vivo. 7a Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
2. DIMENSTEIN, Gilberto O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no brasil. Ática, 1993
3. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPLEMENTAR:

1. FESTER, A. C. R. Direitos Humanos. São Paulo: Brasiliense, 1989.
2. DIMENSTEIN, Gilberto Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil \$b Companhia das Letras, 1996.
3. GOMES, Antônio M. de A. Ética e cidadania. Mackenzie, 2002.
4. MANSOLDO, Ana Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educar neste mundo em desequilíbrio?. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
5. GUIMARÃES, Mauro A dimensão ambiental na educação. Papyrus, 1995.

DISCIPLINA: FILOSOFIA 40H OK

Ementa: Introdução a estética. O conceito de estética. O objetivo do estudo da estética. O objeto de estudo da estética. O juízo estético e a questão do valor. A experiência estética. O feio e belo. Qualidades estéticas. Atitude estética e a nutrição estética. A questão do valor na arte. A análise filosófica dos problemas estéticos. O pensamento estético. Kant e a crítica do juízo estético. O idealismo de Schiller. Os problemas da estética segundo Pareyson. As relações entre intencionalidade e estética. A relação de intersubjetiva entre o artista, o espectador e o objeto artístico. A crítica artística e as questões de etnias e raça. A crítica artística e as questões de gênero. A crítica artística à violação dos direitos humanos.

BÁSICA:

1. ARANHA, Maria L. de A. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
2. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2012.
3. SPROUL, R. C. Filosofia para iniciantes. São Paulo: Vida Nova, 2002.

COMPLEMENTAR:

1. JIMENEZ, Marc. O que é estética. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
2. FESTER, A. C. R. Direitos Humanos. São Paulo: Brasiliense, 1989.
2. PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
3. DURANT, Will A história da filosofia .Record, 2001.
4. TURNBULL, Neil Fique por dentro da filosofia . COC, 2001.
5. LIPMAN, Mathew A filosofia na sala de aula. Nova Alexandria, 2001.

DISCIPLINA: CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL II 80H

Ementa: A institucionalização das ciências sociais: Institucionalização e profissionalização da disciplina. As Ciências Sociais no Brasil na segunda metade do século XX. Institutos de pesquisa e investigação sobre o Brasil. A criação dos cursos de Ciências sociais. Fragmentação e especialização da disciplina. O Brasil sob a ótica disciplinar (Sociologia, Antropologia e Ciência Política).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHACON, Vamireh. Formação das Ciências Sociais no Brasil: da Escola do Recife ao Código Civil, São Paulo: UNESP, 2008.
- FAORO, Raymundo, Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro, [1958] .Gilberto Freyre, Sobrados e Mocambos – Introdução e Capítulo I .
- MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil, São Paulo: Vértice.
- NUNES LEAL, Vítor, Coronelismo Enxada e Voto [1949]
Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil.

COMPLEMENTAR:

- CARDOSO, Fernando Henrique, Dependência e Desenvolvimento na América Latina [1967]
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MATTA, Roberto da, O que faz o Brasil, Brasil, Rocco, 1984.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro, Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARTZMAN, Simon, Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro . Brasília: CNPq, 1982.

DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLÓGICA II 80H ok

Ementa:

O desenvolvimento da teoria sociológica no século XX e a consolidação da dicotomia macro/micro. A proposta analítica de Simmel. A Escola de Chicago e a sociologia urbana. Georg. H. Mead e o Interacionismo Simbólico. A fenomenologia em Alfred Schutz. O funcionalismo: Robert Merton. O Estrutural funcionalismo: TalcottParsons. O

pensamento estruturalista. A Escola de Frankfurt: Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Theodor Adorno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGER, PETER & LUCMANN, Thomas. A Construção Social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes. 1973.

BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico, Difel Bertrand, 1989.

_____. A Distinção: Crítica Social do Julgamento. São Paulo Edusp. 2007.

COULON, Alain. A escola de Chicago (Campinas: Papyrus, 1995).

ELIAS, Norbert. Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1990b.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo, Unesp, 1991.

GOFFMAN, ERVING. A representação do Eu na vida cotidiana. Petrópolis, Vozes, 1985.

COMPLEMENTAR:

BECKER, Howard. Outsiders: estudo de sociologia do desvio. Rio de Janeiro Zahar.2009.

DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons. (Niterói: EdUFF, 2001).

GIDDENS, A. & TURNER, J. Teoria Social Hoje (SP: Unesp, 1999).

FREITAG, Barbara A Teoria Crítica Ontem e Hoje (SP: Brasiliense, 1986).

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade. Rio de Janeiro, Tomo II, Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Racionalidade e Comunicação. Lisboa. Edições 70, 1996.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA ÀS C. SOCIAIS 80H ok

Ementa: Mensuração. Mensuração nas Ciências Sociais. Medidas descritivas básicas. Princípios de Probabilidade. Amostragem e Estimação Estatística. Desenho da amostragem, valores da população e valores estatísticos. Processos de seleção de amostras: média e variância. Modelos de Amostragem. Teste de Hipóteses com Base em uma Amostra. Inferências com Base em Duas Amostras. Análise de Tabelas de Contingência: O Teste de Qui-Quadrado. Análise de Variância de um critério. Correlação e Regressão Linear Simples. Metodologia de survey. Elaboração de questionário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBAETTA, Pedro Alberto. 2010. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 7a Edição. Editora da UFSC.

Editora da UFSC.

SAMPIERI, Roberto Hernandez, Carlos Fernandez Collado e Pilar Baptista Lucio. 2006.

Metodologia de Pesquisa. 3ª Edição. McGraw-Hill.

AGRESTI, Alan e Barbara FINLAY. 2012. Métodos Estatísticos par as Ciências Sociais. 4ª Edição. Editora PENSO.

BÁSICA:

CANO, I. “Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil”.

Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, pp. 94-119.

GUEDES, T. A.; ACORSI, C.R.L.; MARTIS, A. B. T.; JANEIRO, V. Estatística descritiva.

Projeto de Ensino. Aprender fazendo estatística. Disponível

MARINO, Juan Mario Fandiño. Fundamentos do 'Paradigma Metodológico Causal' nas ciências sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 20-50, dez. 2012 .

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-145222012000300003&lng=pt&nrm=iso>. em 04 out. 2014.

SANTOS, J. A. “A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright”.

Dados, vol. 41, nº 2, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000200004>>.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA II 80H

Ementa: Antropologia Britânica: Edward Evans -Pritchard, Mary Douglas, Raymond Firth, E. E. Schattschneider, Max Gluckman e Edmund Leach; Norte - americana: Cultura e Personalidade, Estudos - Folk, e outras “correntes” importantes na construção das abordagens antropológicas: Escola de Chicago; Escola Sociológica Francesa: Estruturalismo. Antropologia Brasileira: Instituições, Autores e temas. (Florestan, Bastide, Balduino, Pierson); Os Estudos de Comunidade, Etnologia Indígena e Estudos Raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUPER, Adam. 1978. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Introdução à antropologia 1.

LEACH, Edmund. 1995 [1964]. Os Sistemas Políticos da Alta Birmânia. São Paulo: Edusp.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural 1 e 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

COMPLEMENTAR:

BENEDICT, Ruth. [1934] 2005. Padrões de Cultura. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

FELDMAN-BIANCO (org.) Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos (SP: Global. 1987 [1958])

FELDMAN-BIANCO (org.) Desafios da Antropologia Brasileira. Brasilia/ABA, 2013.

Disponível em:

http://www.portal.abant.org.br/livros/Desafios_Antropologia_Brasileira-Bela_Feldman-Bianco.pdf

FORTES, Meyer e EVANS-PRITCHARD, E.E. Sistemas Políticos Africanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1981. Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos. São Paulo: Global.

GLUCKMAN, Max. 1987 [1958] 'Análise de uma situação social na Zululândia moderna'. In: B. Feldman-Bianco (org.), Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos. São Paulo: Global.

4º SEMESTRE: ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICAÇÃO 40H OK

DISCIPLINA:

Ementa: Estudos culturais de matriz britânica: proposta. Impactos dos Estudos Culturais sobre a produção acadêmica de Comunicação: novos objetos, novas abordagens, novos métodos. Estudos culturais latinos- americanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão (RJ: Zahar, 1997).

CALHOUN, Graig. "Multiculturalismo e Nacionalismo, ou por que sentir - se em casa não substitui o espaço público", in MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização. Rio de Janeiro. Record, 2001.

CANCLINI, N. Garcia. Culturas Híbridas. São Paulo, Ed. USP, 1998.

_____. Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais na Globalização. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999

FEATHERSTONE, Mike. O Desmanche da Cultura: Globalização, pós - modernismo e identidade. Rio de Janeiro, Estudos Nobel, 1995.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós - Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

MARTIN - BARBERO, Jesús. Dos meios às Mediações: cultura, comunicação e hegemonia (RJ: UFRJ, 2003).

THOMPSON, J.B. Ideologia e Cultura de Massa: teoria social crítica e a era dos meios de comunicação de massa (Petrópolis, Vozes, 1998).

THOMPSON, J.B. A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia (Petropolis, Vozes, 2001).

COMPLEMENTAR:

CRUZ, Rui Paulo da. "Mídia e Participação Política: mídia, desenvolvimento, prática e crítica da democracia e do jornalismo", in, ESCOSTEGUY, A.C.D. Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino - americana. BH: Autêntica, 2001

FELDMAN - BIANCO, B. e LEITE, Míriam L. Moreira Leite.(orgs) Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. (Campinas: Papyrus. 2001).

MARTIN- BARBERO REY, Germán. Os Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. (SP: Senac, 1999).

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo, Cortez 2002.

_____. Descolonizar el saber, reinventar o poder. Ediciones Trilce, 2010.

SARTORI, Giovanni. Homo videns – Televisão e pós-pensamento (SP: EDUSP, 2001

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA 80H OK

Ementa: As tentativas de superação das dicotomias macro/micro; estrutura/ação; holismo/individualismo; objetivismo/subjetivismo/ no debate sociológico contemporâneo. Norbert Elias: processo civilizador, indivíduo e sociedade e a Teoria da Figuração. Anthony Giddens: modernidade, reflexividade e a Teoria da Estruturação. Pierre Bourdieu: *habitus*, campo, poder simbólico e a Teoria da Prática. Jürgen Habermas: esfera pública, sistema e mundo da vida e a Teoria da Ação Comunicativa. A emergência do século XXI e a constituição do debate acerca da pós-modernidade. Principais conceitos da sociologia para a Introdução à Sociologia 1 análise da pós-modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMAN, Zygmunt A Modernidade Líquida (RJ: Zahar, 2001)

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência, UNESP, 1997.

_____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. in: O poder Simbólico, Difel, 1989.

_____. Espaço Social e espaço simbólico, In Razões Práticas, Papiros.

CANCLINI, N. (2003) As Culturas Híbridas, São Paulo. EDUSP. (cap. 2 e 5 . pg. 67-97; 205 –254)

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial, Rev. bras. Ci.Soc. vol.21 no.60 suppl.60 São Paulo Feb. 2006

DOMINGUES. José Maurício Domingues Teorias Sociológicas no Século XX (RJ: Civilização Brasileira, 2004)

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org).

Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70.

GOFFMAN, E. A representação do Eu na Vida Cotidiana, Petrópolis, Vozes. 1975 (11-76).

HONNETH, A. A luta por reconhecimento: A gramática moral das dos conflitos sociais”. São Paulo, ed. 34, 2003 (p. 69-154; 155- 224).

PERLONGHER, Nestor. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_08.htm.

COMPLEMENTAR:

ARAGÃO, Lúcia Maria de Carvalho. Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas. (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico, In Mortensen, Teoria da Comunicação (119-137),

ECOSTEGUY, ANA CAROLINA Cartografia dos Estudos Culturais. Uma versão latinoamericana (21-137).

ELIAS, N. O processo civilizador (Rio de Janeiro: Zahar, 1995, Vol I e II).

LAHIRE, B. (2005), Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual;, Sociologia, Problemas e Práticas , nº 49, p. 11.

LATOUR, B. Reagregado o social : uma teoria do ator-rede, EDUSC, 2005.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA 80H ok

Ementa: Desdobramentos da Antropologia Norte - Americana; Antropologia Econômica e Política. Teorias Processuais. Brasil: relações raciais, populações indígenas, campesinato, antropologia urbana. Contexto latino - americano. Teorias da Prática e Teorias Interpretativistas. Pós - Modernismo. Problemas epistemológicos atuais e Teorias Contemporâneas da Cultura. Póscolonialismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

ORTNER, Sherry. “Uma Atualização da Teoria da Prática” e “Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência”. Grossi, Miriam Pillar et alii (Orgs.). Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. Blumenau, Nova Letra, 2007.

SHALLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar.

COMPLEMENTAR:

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BARTH, Fredrik. “Análise da cultura nas sociedades complexas”. Em: O guru e o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000 [1989, ano do artigo, publicado na Ethnos, vol. 54, nº 3-4].

CLIFFORD, James. A Experiência Etnográfica: Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.

GEERTZ, Clifford. “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”. Obras e Vidas: O Antropólogo como Autor, Rio de Janeiro, Edufrj, 2002 [1988].

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP, 2006.

WAGNER, Roy. A Invenção da Cultura. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

DISCIPLINA: ESTUDOS EM MEMÓRIA SOCIAL 80h ok

Ementa: A memória como fenômeno social. A fundação do campo de estudos em memória social. A constituição da Memória Social enquanto objeto no contexto das Ciências Humanas. Principais abordagens teóricas e metodológicas (a construção do conhecimento a partir da memória social). Representações de tempo em diferentes sociedades: tempo cíclico, tempo mítico e tempo linear ou histórico. Memória Social, mito e narrativa. Memória Social e História. Memória Social e memória individual. Memória coletiva. Memória Social, linguagem e sistemas simbólicos. Memória Social, tradição e criação. A conjugação da lembrança e do esquecimento na construção da Memória Social. Memória Social, relações de poder e produção da verdade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, R. "Memória Social: Itinerários Poético - Conceituais" – Revista Morpheus V. 9, n.15, ano 2016.

Link:<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/download/5475/4929>

_____ “Chicletes eu misturo com bananas” in Gondar, J. ; Dodebei, V. O que é memória

social. Rio de Janeiro: DPA, 2006, v. 1, p. 20- 34.

Link:<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/23>

ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil In: TARDY, C. (Org.) ; DODEBEI, Vera (Org.) ABREU, Regina. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentidos, in: Livro do Seminário de Arquitetura de Museus, RJ, UFRJ

Link:http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/11-museus_ruinas_e_paisagens.pdf

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura, SP, Brasiliense, pág. 197-221, 1985.

HALBWACHS, Maurice A Memória Coletiva, Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., SP, 1990. Capítulo I – “Memória individual e memória coletiva” e Capítulo II “Memória coletiva e memória histórica”.

HUYSEN, Andreas. "Passados Presentes: mídia, política e amnesia" in: Seduzidos pela Memória. p.09-41.

COMPLEMENTAR:

ABREU, Regina (1994) “Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados”, in: Estudos Históricos 14, RJ Link:

<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/17%20Entre%20a%20na%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20alma.pdf> Abreu, Regina. O Enigma de Os Sertões, ed. Rocco, 1997.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre “A Ilusão biográfica”. In: Usos e Abusos da História Oral, ed. FGV 2001, 1986.

DURKHEIM, Émile. “Representações individuais e representações coletivas”, in: Sociologia e Filosofia, RJ, Editora Forense Universitária, pág. 15 a 49, 1970.

DISCIPLINA: ESTUDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS 40H OK

Ementa: Conceitos básicos de políticas públicas, governança e governabilidade. Políticas públicas: estruturas e processos. Relações entre Estado e administração pública no Brasil contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre , v. 17, n. 2, p. 360-378, ago. 2017 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892017000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018.
<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>.

FILGUEIRAS, Fernando. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 52, n. 1, p. 71-88, jan. 2018 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100071&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política* , v. 24, n. 58, p. 121 - 143, 2016.

SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. *Rev. Adm. Pública* , Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 27 - 45, 2017.

COMPLEMENTAR

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Construção técnico - política de governança metropolitana. **Cad. Metrop.** São Paulo , v. 17, n. 33, p. 201- 224, maio 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100201&lng=pt&nrm=iso>.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Políticas Públicas como Instrumental de Efetivação de Direitos Culturais. **Sequência (Florianópolis)** Florianópolis , n. 77, p. 177 - 196, dez. 2017

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000300177&lng=pt&nrm=iso>.

PAULA, Luis Roberto de. O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.** Brasília , v. 94, n. 238, p. 795 - 810, dez. 2013

DISCIPLINA: ESTUDOS EM TEORIA SOCIAL 40H OK

Ementa: A linha teoria social visa apresentar, debater e compreender temas, conceitos e reflexões relevantes, que são inerentes ao campo da teoria social e política. Tais temas, problemas e conceitos circundam a perspectiva micro e macrosociais, visando examinar as múltiplas abordagens desenvolvidas no século XX e XXI. Essas serão abordadas a partir de questões como: ação-estrutura, modernidade, racionalidade sociológica, democracia, inclusão, sociabilidades, teoria das identidades sociais, sistema social, poder simbólico, globalização, interacionismo simbólico, funcionalismo, teoria da estruturação, ação comunicativa e esfera pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. São Paulo: Cia das Letras.

_____ O inconsciente. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. XIV, pp. 165-222. (1919/1980).

_____ O estranho. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. XVII, pp. 235 - 273. (1920/1980).

_____ Além do princípio de prazer. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. XVIII, pp. 13 - 75. (1921/1980).

_____ Psicologia de grupo e a análise do ego. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. XVIII, pp. 79 - 154. (1927/1980).

_____Fetichismo. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, v. XXI, pp. 151 - 160. (1930[1929]/1980).

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985

HABERMAS, Jürgen. Teoria do Agir Comunicativo. São Paulo: Martins Fontes, 2012

COMPLEMENTAR:

AGAMBEM, Giorgio. Homo sacer O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALEXANDER, J. C., (1987) “O novo movimento teórico”. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 4, vol.2. jun., pp. 5-28.

Jonathan (orgs.), Teoria social hoje. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan, Marx e Freud. Rio de Janeiro: Graal.

ANDERSON, Perry (1984). A Crise da Crise do Marxismo. São Paulo: Ed. Brasiliense,

BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo. (texto em arquivo). BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Editora Papyrus, 2005.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL 40H OK

EMENTA: Estudo dos conceitos de avaliação educacional. Análise dos instrumentos de avaliação. Fundamentação dos critérios de avaliação. Estudo dos conceitos de avaliação institucional e externa (governamentais).

BÁSICA

1. SOUZA, Alberto de Mello. Dimensões da Avaliação Educacional. Vozes, 2011.
2. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. S.P: Cortez, 2011.
3. FALIVENE, Julia Maria. Avaliação Educacional – da teoria a prática. LTC, 2013.

COMPLEMENTAR

1. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
2. FREIRE. P. A Pedagogia de oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
3. PERRENOUD, P.; THURLER, M. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002
4. PERRENOUD, P. 10 Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
5. SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2012

DISCIPLINA: ESTUDOS EM SOBRE ESFERA POLÍTICA 80H ok

Ementa: A disciplina versara sobre os estudos contemporâneos pós-convencionais sobre as mudanças da esfera pública, dando ênfase aos processos macro e micro estruturais de transformação proporcionadas pelo advento da globalização. Terá enfoque o estudo da comunicação social, modernidade e *mass media*, descentralização e complexidade social, movimentos articulatórios nos espaços públicos, globalização, sociedade civil organizada e movimentos sociais. Enfatizaremos os estudos sobre a sociedade em rede, internet, globalismo localizado, localismo globalizado, relações internacionais multilaterais, Alca, Nafta, Mercosul, regionalismos transnacionais, conflitos internacionais, desfronteirização do estado nação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892017000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>.
- FILGUEIRAS, Fernando. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 71-88, jan. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100071&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>.
- PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121 - 143, 2016.

COMPLEMENTAR

- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Construção técnico - política de governança metropolitana. **Cad. Metrop.** São Paulo, v. 17, n. 33, p. 201- 224, maio 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100201&lng=pt&nrm=iso>.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Políticas Públicas como Instrumental de Efetivação de Direitos Culturais. **Sequência (Florianópolis)** Florianópolis, n. 77, p. 177 - 196, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000300177&lng=pt&nrm=iso>.

PAULA, Luis Roberto de. O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** Brasília, v. 94, n. 238, p. 795 - 810, dez. 2013

DISCIPLINA: ESTUDOS URBANOS 40H OK

Ementa: O desenvolvimento dos estudos urbanos: sociologia e antropologia. Fundamentos teórico-metodológicos dos estudos urbanos. A cidade e a metrópole como questão da sociologia e da antropologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERNAZ, Paula. “Reflexões sobre o espaço público atual”. In: LIMA, Evelyn F.W. & MALEQUE, Miria R. 2007. Espaço e Cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: ed. 7 Letras. CASTRO, Iná E. & ; GOMES, Paulo Cesar da C. & ; CORREA, Roberto, L. 2012. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FOOTE-WHYTE, W. Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro: Zahar.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural do Brasil e

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural do Brasil e

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural do Brasil e

COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. A questão urbana (SP: Paz e Terra, 2000).

LIMA, Evelyn F.W. & ; MALEQUE, Miria R. 2007. Espaço e Cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: ed. 7 Letras.

SIMMEL, Georg. 2009. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. Covilhã: LusoSofia Press.

VALLADARES, Licia P. 2005. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: ed.FGV

VELHO, Gilberto. Rio de Janeiro: cultura, política e conflito”. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2007.

DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLÓGICA III 80H OK

Ementa: As bases históricas, teóricas e epistemológicas da sociologia weberiana. O Tipo ideal. Os conceitos centrais: poder, dominação, ação e relação social. Temas da sociologia weberiana: Economia, Religião, Burocracia, Política e Ciência. As influências de Weber no debate sociológico contemporâneo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Ed. UnB, 1991. 2 v.

_____. Metodologia das ciências sociais. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1992.

- _____. Fundamentos racionais e sociológicos da música. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. História agrária romana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. Ensaios de Sociologia (edit. por H. H. Gerth e C. W. Mills). 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

COMPLEMENTAR:

- COHN, Gabriel. Crítica e resignação: Max Weber e a Teoria Social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. Sociologia: para ler os clássicos. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- PIERUCCI, Antônio Flavio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.
- SOUZA, Jessé. A Atualidade de Max Weber. Brasília: UnB, 2000.
- WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. A bolsa. Lisboa: Relógio d'água, 2004.
- _____. Sociologia das religiões. Lisboa: Relógio d'água, 2006.
- _____. História Econômica geral. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- _____. Estudos políticos: Rússia 1905 e 1917. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL 80H OK

Ementa: Estudo das principais obras e autores da antropologia francesa e do estruturalismo. As influências e impactos do estruturalismo nas ciências sociais no século XX. Os conceitos de estrutura e processo na Antropologia. A obra de Levy-Strauss.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DOSSE, François. História do Estruturalismo. Florianópolis: Edusc, 2007. 2 v.
- DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 2 v.
- MAUSS, Marcel. Antropologia e Sociologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

COMPLEMENTAR:

- CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). Godelier. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: . A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LEACH, Edmund. Repensando a antropologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Totem e Tabu, versão jivaro. In: . A Oleira Ciumenta. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Ed. Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- PEIRANO, Mariza. Uma antropologia no plural. In: . Uma antropologia no plural. Três experiências contemporâneas. Brasília: Ed. da UnB, 1992.
- RICOEUR, Paul. Hermenêutica e estruturalismo. In: RICOEUR, Paul. O conflito das interpretações. Ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

DISCIPLINA: TEORIA DA DEMOCRACIA 80HS OK

Ementa: Apresentação e análise das principais correntes contemporâneas da teoria da democracia (e de algumas de suas fontes no pensamento político anterior). Discussão sobre os limites da democracia liberal como "governo do povo" e sobre as possibilidades de uma participação política popular ampliada. As características da representação política democrática. Propostas de reorganização institucional com o objetivo de "aprofundamento" da democracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ARAÚJO, Clara - "Participação política e gênero". BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 52. São Paulo, 2001, pp. 45-77.
- AVRITZER, Leonardo - "O orçamento participativo", em DAGNINO, Evelina (org.) - Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BOURDIEU, Pierre - "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", em O poder simbólico. Lisboa: Difel, s.d.
- DAHL, Robert A. - Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- DOWNS, Anthony - Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

COMPLEMENTAR:

- FINLEY, M. I. - Democracia: antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- KEANE, John - The media and democracy. Cambridge: Polity, 1991.

MANIN, Bernard - The principles of representative government. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PATEMAN, Carole - Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SCHUMPETER, Joseph - Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

6º SEMESTRE:

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS 40H OK

Ementa: As implicações da surdez. O que é surdez. Aspectos da língua de sinais. A língua de sinais e sua importância cultural e histórica. A surdez na escola: amparo legal da educação inclusiva. Soletrar. O alfabeto manual. Parâmetros de formação dos sinais. O espaço de sinalização. A lateralidade na libras. Conceito gramatical. Conceito da gramática em libras. O uso dos pronomes pessoais e expressões interrogativas. O uso de advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos. O emprego dos classificadores predicativos para animais e pessoas. Prática linguística. O emprego correto do verbo no contexto gramatical da libras. O vocábulo de sinais relacionados à família, cores, frutas, alimentação, animais e bebidas. Diferenciação contextual em libras para objetos, pessoas e ambientes. Pequenos diálogos e histórias em libras.

BÁSICA:

1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Parábola, 2009.
2. GESSER, Audre. O Ouvinte e a Surdez – sobre ensinar e aprender libras. Parábola, 2012.
3. QUADROS, Ronice M. Língua de Sinais Brasileira – estudos linguísticos. Artmed, 2004.

COMPLEMENTAR:

1. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: Conhecimento Além dos Sinais. Pearson Prentice Hall. 2011.
2. SILVA, Ivani Rodrigues, Kauchakje, Samira; Gesueli, Zilda Maria. “Cidadania Surdez e Linguagem – Desafios e Realidades”, Plexus Editora, 2003
3. BAKHTIN, N. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.
4. GÓES, M.C.R. Linguagem, Surdez e Educação. Autores Associados, 2002.
5. BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância. Salto para o futuro: ed. especial: Tendências atuais. Brasília (DF): MEC/SEF, 1999.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40HS OK

EMENTA: Raízes do movimento de inclusão. Educação para todos: desafio global. Culturas negadas e silenciadas no currículo. Exclusão e escola: como gerenciar a diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
2. SMITH, Deborah D. Introdução a Educação Especial – ensinar em tempos de inclusão. Penso, 2008.
3. MANTOAN, MARIA TERESA EGLER. Inclusão Escolar. São Paulo: Summsu, 2006.

COMPLEMENTAR

1. CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
2. GENTILI, P.; ALENCAR, C. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
3. LIMA, Priscila Augusta. Educação Inclusiva: Indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. Avercamp, 2010.
4. SIMÃO, Flavia. Inclusão: Educação Especial, Educação Essencial. 2ªed. Cia dos Livros. 2010.
5. COLL, C. et al. Desenvolvimento psicológico e educação. vol. 03 - transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA: SOCIEDADES URBANAS E GLOBALIZAÇÃO 80H ok

Ementa: Constituição do tecido urbano. Segregação urbana e fragmentação social. Os efeitos da globalização para o redimensionamento do espaço urbano. Polarizações sociais urbanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HARVEY, David et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTELART, Armand. História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da USP, 2003.

COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões. n. 4, v.1, jan-jun, 2008. http://files.gtsustentabilidade.webnode.com/200000055-d44dfd5476/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf

BELTRAME, Gabriella. Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano.

Interseções, v.15, n.1, 2013. <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/9419>

KOZEN, Lucas; CAFRUNE, Marcelo. A judicialização dos conflitos urbano-ambientais na América Latina. Revista Direito e Práxis, v.7, n.14, 2016. <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22967>

DISCIPLINA: HISTÓRIA SOCIAL E ECONÔMICA MODERNA 80H ok

Ementa: Estudo em torno da formação do mundo moderno com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e culturais que moldaram a sociedade ocidental, suas abordagens teóricas e de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. A Era das Revoluções (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LABROUSSE, Ernest e MOUNIER, Roland. História Geral das Civilizações. São Paulo: Difel, 1969.

ROSSI, Paolo. O Nascimento da Ciência Moderna na Europa. Bauru: UDUSC, s/d.

COMPLEMENTAR:

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

CORVESIER, André. História Moderna. São Paulo: Difel, 1983.

DELUMEAU, Jean. A Civilização do Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

DISCIPLINA: HISTÓRIA SOCIAL E ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA 80H OK

Ementa: Estudo do século XX numa perspectiva historiográfica dos temas clássicos sobre o período. Desde a década de 60/70, o período histórico contemporâneo foi marcado por determinadas escolas históricas. A História Social Inglesa levou aos estudos da classe operária, do trabalho e dos movimentos políticos e sociais, pensando o processo social

contemporâneo total, analisando-o do ponto de vista das estruturas políticas, econômicas, em termos socioculturais e ideológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Hobsbawn, E. J. A Era dos Impérios.

_____. A Era dos Extremos: O Breve Século XX. 1914-1991.

_____. Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade. RJ, Paz e Terra, 1991.

& Ranger, T. A Invenção das Tradições. RJ, Paz e Terra.

Marques, A/Berutti, F/Faria, Ricardo. *História Contemporânea através de textos*. SP, Contexto, 1990.

Chomsky, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. SP, Scritta, 1996

COMPLEMENTAR

Arendt, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. RJ, Documentário, 1979.

Lenharo, Alcir. *Nazismo: O Triunfo da Vontade*. SP, Ática, 1986.

Gellner, E. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1983.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA 80H OK

Ementa: Desdobramentos da Antropologia Norte-Americana; Antropologia Econômica e Política. Teorias Processuais. Brasil: relações raciais, populações indígenas, campesinato, antropologia urbana. Contexto latino americano. Teorias da Prática e Teorias Interpretativistas. Pós-Modernismo. Problemas epistemológicos atuais e Teorias Contemporâneas da Cultura. Póscolonialismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELDMAN - BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 1989

SHALLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar.

COMPLEMENTAR:

AUGÉ, Marc. *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BARTH, Fredrik. "Análise da cultura nas sociedades complexas". Em: *O guru e o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000 [1989, ano do artigo, publicado na Ethnos, vol. 54, nº 3-4].

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.

GEERTZ, Clifford. "Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita". *Obras e Vidas: O Antropólogo como Autor*, Rio de Janeiro, Edufrj, 2002 [1988]

7º SEMESTRE:

DISCIPLINA: DIREITOS E CIDADANIA 80H OK

Ementa: Origens da concepção de cidadania: Grécia e Roma. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos e sociais. Alcance e limites da cidadania burguesa. A tensão entre soberania popular e direitos humanos. Políticas de reconhecimento e cidadania. Relação entre Estado, mercado e sociedade civil na configuração dos direitos. Direitos e cidadania no Brasil na Constituição de 1988: a) Direitos políticos; b) Direito à saúde; c) Direito à educação; d) Financiamento dos direitos fundamentais no Brasil. A construção de um conceito de cidadania global.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CARVALHO, José Murilo. Desenvolvimento da cidadania no Brasil. México: Fundo de Cultura Econômica, 1995.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

COMPLEMENTAR:

- BRASIL. Constituição da República Brasileira. Brasília, 1988.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais. Ijuí: Unijuí, 2003.
- FINKELMAN, Jacobo (Org.). Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.
- IANNI, Octavio. A sociedade global. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo. Editora UNESP, 2004.
- REZENDE, A. L. M. de. Saúde, dialética do pensar e do fazer. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- SAES, Décio Azevedo. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania.
Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16saes.pdf>>.
- SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos Fundamentais. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA 80H OK

Ementa: Traços básicos do desenvolvimento capitalista brasileiro. Desenvolvimento capitalista e os ciclos econômicos das décadas de 1960 e 1970. Dívida externa. Crise dos anos 80: origens, políticas de ajuste e resultados. Planos de estabilização: condicionantes e resultados. As reformas orientadas para o mercado no início dos 1990. Plano Real: pressupostos e resultados. Desafios da política econômica do século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. P. Economia Brasileira em Marcha Forçada. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FILGUEIRAS, L. A. M. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000.
- OLIVEIRA, F. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

COMPLEMENTAR:

- AURELIANO, L. No Limiar da Industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BELLUZZO, L. G. M.; BATISTA JR., Paulo Nogueira (Org.). A luta pela sobrevivência da moeda nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. Campinas: IE/Unicamp, 1998. 2 v.
- DRAIBE, Sônia M. Rumos e Metamorfoses. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: Capitalismo em Construção (1906-1954). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A Economia Política do Governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RODRIGUEZ, Octavio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1981.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.). História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

DISCIPLINA: TEORIA SOCIOLOGIA IV 80H OK

Ementa: Teorias sociológicas contemporâneas: proposições e debates. Conhecer as correntes da sociologia contemporânea.

BÁSICA:

- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação (trad. Mariza Corrêa). Campinas-SP: Papirus Editora, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979) (trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GOFFMAN, E. A representação do Eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HABERMAS, J. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

COMPLEMENTAR:

- ADORNO, Theodor W. Theodor W. Adorno: Sociologia (org. Gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- AGAMBEN, G. Homo Sacer. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (Org.). Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LUHMAN, N. Introdução à Teoria dos Sistemas. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: LTC, 1996.
- MERTON, R. Sociologia, Teoria e Estrutura. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1968.
- TAYLOR, Charles. O multiculturalismo e a política do reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 40H Ok

Ementa: A importância do ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio. Reflexão sobre os desafios e obstáculos da prática docente em Ciências Sociais. Análise teórica e metodológica das escolhas dos conteúdos programáticos. Avaliação de programas de

ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio. Seleção de materiais didáticos. Exercícios de elaboração de programas e planos de ensino de Ciências Sociais para o Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias (conteúdos curriculares 06 - Sociologia). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2004.

GIROUX, Henry A. Os Professores Como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem (trad. Daniel Bueno). Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

MORAES, Amaury C. (Coord.). Sociologia: Ensino Médio. (Coleção Explorando o Ensino, v. 15). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes. Quando o Sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 5 e n. 6, p 222-231, 1997.

COMPLEMENTAR:

BACKER, F. A epistemologia do professor. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COSTA, Cristina. Sociologia - Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2003.

ESTEVES, Antonio J.; STOES, R. Sorgs. A Sociologia na Escola-Professores, Educação e Desenvolvimento. Porto: Ed. Afrontamento, 1992.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio Grande do Sul: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Cândido. A Educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1985.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, César Rocha. Sociologia para jovens do século XXI. São Paulo: Livro Técnico, 2007.

SILVA, Tomaz T. Alienígenas na Sala de Aula. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação à Sociologia. São Paulo: Atual, 2000.

VITTA, Álvaro de. Sociologia da Sociedade Brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE PESQUISA E PROJETOS 40H ok

Ementa: Noções básicas de elaboração de projetos. Etapas da construção de um projeto de pesquisa. Definição do público alvo, construção de indicadores sociais, elaboração de relatórios. Avaliação: conceitos. O debate teórico metodológico. Modelos e tipos de pesquisa (impacto/resultado, processual, diagnóstico. Acompanhamento/monitoramento). Avaliação e monitoramento de projetos e programas sociais. Abordagens, procedimentos e instrumentos básicos para avaliação. Relações institucionais. Ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DELEUZE, G & ; PARNET, C. Diálogos. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G. Lógica do Sentido. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.
- DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DOSSE, F. História do estruturalismo. v. 1: O campo do signo – 1945/1966. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1995.
- FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 2000.
- JAPIASSU, H. Questões Epistemológicas. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

COMPLEMENTAR:

- GONDAR, Jô & ; DODEBEI, Vera (orgs). O que é memória social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GUATTARI, F. Caosmose – Um Novo Paradigma Estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- JAPIASSU, H. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1994. (obrigatório)
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- PRADO JR., Bento. (2004) Erro, ilusão, loucura. São Paulo: ed. 34.

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA NO BRASIL 40 H OK

Ementa: A construção do campo antropológico no Brasil. Estudo das principais obras de interpretação antropológica da sociedade e da cultura do Brasil. Temas contemporâneos de estudo sobre o Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1964.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- FREIRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COMPLEMENTAR:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre na década de 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Roger Bastide: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. Etnologia Brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999.
- CORREA, Mariza. História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos. São Paulo/Campinas, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais/Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocamos. São Paulo: Global, 2006.
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976.
- NIMUENDAJU, Curt. As Lendas da criação e da destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1987.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- SCHWARTZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DISCIPLINA: TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 4OHS OK

Ementa: 1. Aprendizagem como fator de desenvolvimento humano e de construção do conhecimento. 2. Teorias mecanicistas e mentalistas da aprendizagem e suas implicações na prática pedagógica (inatismo e comportamentalismo). 4. Aprendizagem como reestruturação cognitiva. 5. Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo como resultado de interações sociais. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem 6. Processos psicológicos e a organização de processos pedagógicos de aprendizagem escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
- NUNES, Ana Ignez B. L.; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos. Brasília: Liber livros, 2009.
- PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 127-132.
- POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.
WALLON, Henry. Psicologia e Educação da Infância. Lisboa: Estampa, 1986.

COMPLEMENTAR:

BRUNER, Jerome. Uma nova teoria de aprendizagem. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.
COLE, Michael. Desenvolvimento cognitivo e escolarização formal: a evidência da pesquisa transcultural. In: MOLL, Luís. Vigotsky e a educação. Implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA-JÚNIOR, Áderson Luiz. A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2005.
PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1998.
OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: desenvolvimento e aprendizado um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1993.
_____. Pensar a educação: contribuições de Vygotsky. In: CASTORINA, J. A.; LERNER, E. F. D.; OLIVEIRA, M. K. (Org.). Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 2000. p. 51-83.
OLIVEIRA, Marta Kohl; TEIXEIRA, Edival. A questão da periodização do desenvolvimento psicológico. In: OLIVEIRA, Marta Kohl et al. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.
OLIVEIRA, Marta Kohl; OLIVEIRA, Marcos Barbosa de (Org.). Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e a sua expressão no campo educativo. Brasília: Linhas Críticas (UnB), 2006. v. 12.

8º SEMESTRE:

DISCIPLINA: FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA 80H

Ementa: Antecedentes do modernismo: romantismo e positivismo. O debate sobre a evolução burguesa no Brasil. A questão agrária no Brasil. Formação do proletariado. Populismo. nacional-desenvolvimentismo. A crise do populismo e a constituição da ditadura militar. “Nova República” e neoliberalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil. São Paulo: Difel, 1979. 3 v.
FAUSTO, Boris (Org.); HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1981. 11 v.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 30. ed. São Paulo: Nacional, 200 (Série: Biblioteca universitária. Ciências Sociais, 23).

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

COMPLEMENTAR:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DREIFUSS, René. 1964: A conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

SADER, Éder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, Décio. República do capital. São Paulo: Boitempo, 2001.

SALLUM JR., Brasília. Labirintos – dos gerais à Nova República. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA: PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL 80h ok

Ementa: Variantes históricas e teóricas do pensamento social brasileiro Raça, Cultura e Identidade Nacional e Nação. Nação e desenvolvimento. Liberalismo e escravidão

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

RAMOS, Guerreiro. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SANTIAGO, Silvino. Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. 3 v.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

COMPLEMENTAR:

CÂNDIDO, Antonio. Formação da Literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

- CUNHA, Euclides. Os sertões. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 30. ed. São Paulo: Nacional, 2002. (Série: Biblioteca universitária. Ciências Sociais, 23).
- GUIMARÃES, Juarez (Org.). Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- MORAES, João Quartim; BASTOS, Elide Rugai (Org.). O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas: Unicamp, 1993.
- MOTA, Lourenço Dantas. Um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 2001. 2 v.
- PÉCAULT, Daniel. Os intelectuais e a política: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Luiz. Capitalismo: notas teóricas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- STÉDILE, João Pedro (Org.). Questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 5 v.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. 2. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1997.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia – populações rurais do Centro-Sul.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL 80h ok

Ementa: Estado e política no Brasil. Os partidos brasileiros. Movimento sindical e movimentos sociais no Brasil. Público e Privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOITO JR., Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FAORO, R. Existe um Pensamento Político Brasileiro? São Paulo: Editora Ática, 1994.
- LAMOUNIER, B. A Ciência Política nos Anos 80. A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

COMPLEMENTAR:

- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35. São Paulo: Fev. 1997.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Forense, 1949.
- SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 2, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 48, 2005.
- TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964: visões críticas do golpe. *Democracia e reformas no populismo*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

DISCIPLINA:

POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DE ENSINO NO BRASIL

40HS OK

Ementa: 1.Estado e políticas educacionais. 2. O Estado brasileiro e a política educacional: aspectos gerais. 3. A Educação enquanto política de corte social. 4. Políticas educacionais no Brasil, marcos históricos: a Educação até o período de industrialização, a organização da Educação no período desenvolvimentista e as reformas a partir da década de 1990. 5. Bases legais e a organização atual da Educação Básica no Brasil. 6.Políticas de financiamento da Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001.
- COSTA, Messias. *A educação nas constituições do Brasil: dados e direções*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). *O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; DUARTE, Marisa R.T. Duarte (Org.). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Liber Livro, 2007.

COMPLEMENTAR:

- CARNOY, Martin; CASTRO, Claudio Moura. Como anda a reforma educativa na América Latina. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1997.
- COSTA, V. et al. Descentralização da Educação: novas formas de Coordenação e Financiamento. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e o Orçamento da Educação: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.
- FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GENTILE, P.; SILVA, Tomaz T. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação. Campinas: Autores Associados, 1997.
- _____. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política Educacional. Campinas: Autores Associados, 1999.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. Capitalismo e escola no Brasil. Campinas: Papyrus, 1990.
- WEBER, S. Novos padrões de financiamento e impactos na democratização do Ensino. Cadernos de Pesquisa, n. 103. São Paulo: 1998.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO 40HS ok

Ementa: Educação como objeto de análise sociológica. Socialização, reprodução social e mudança social. Mídia, cultura e educação. Educação e relações de poder. Educação e movimentos sociais. Processos de escolarização e emancipação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1982.
- DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 11. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- MANNHEIN, K. Coleção Grandes Cientistas Sociais. n. 25. São Paulo: Ática, 1982.
- NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

DUBET, François. O que é uma escola justa? São Paulo: Editora Cortez, 2008.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 20. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

_____. Pedagogia Histórico-Crítica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu. O que produz e reproduz em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YOUNG, Michael F. D. O currículo do Futuro: da nova sociologia da educação a uma teoria crítica do aprendizado. Campinas: Papirus, 2000.

DISCIPLINA:

COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA

SOLIDÁRIA 80H ok

Ementa: Economia solidária, desenvolvimento sustentável e autodesenvolvimento. Economia solidária e socialismo utópico. Alcance e limites do cooperativismo no capitalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRUDA, Marcos. Sócio economia solidária: desenvolvimento de baixo para cima. Rio de Janeiro: Ed. PACS, 1998.

CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

DAL RI, Neusa M. (Org.). Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

GERMER, Claus. A Economia Solidária: uma crítica marxista. Outubro, São Paulo, n. 14, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

COMPLEMENTAR:

CASTRO, Bárbara Geraldo. A Economia Solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político. Campinas, 2009. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política/Unicamp).

DALLEMAGNE, Jean-Luc. Autogestão ou ditadura do proletariado. Lisboa: Sodicultur, 1977. (Coleção Fermento).

GAIGER, Luiz I. Subordinação ou cidadania? Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 157, p. 17-36, 1995.

GAIGER, Luiz I. O trabalho ao centro da economia popular solidária. In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS. Anais. Caxambu: Ed. UFRGS, 1999.

MANCE, Euclides A. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOREIRA, Carlos Eduardo. Da revolução aos resultados. Florianópolis: Insular, 1998.

NOVAES, Henrique Tahan. Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio técnica em fábricas recuperadas. Campinas, 2005. (Dissertação de Mestrado em Política Científica e Tecnológica/Unicamp).

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. A salvação da lavoura: receita de fartura para o povo brasileiro. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

ZARPELON, Sandra Regina. A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT. Campinas: 2003. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política/Unicamp).

PRÁTICAS CURRICULARES I, II, III, IV, V e VI 400HS

Ementa: Realização de atividades que transcendam o espaço de sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação formal, respeitando a articulação teoria/prática. Conhecimento da realidade da comunidade, das famílias e dos próprios discentes. Participação em atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, em atividades voltadas à pesquisa, reflexão e intervenção em situações-problema na comunidade escolar ou extraescolar; projetos sociais e produção de trabalhos científicos diversos. Produção de novos saberes a partir da objetivação, questionamento, reflexão, partilha e aperfeiçoamento do próprio ensino. Registro formal de todas as atividades.

5 CORPO DOCENTE

5.1 Administração Acadêmica

Funcionamento de instância(s) coletiva(s) de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do curso.

5.1.1 Estrutura Organizacional

São órgãos da administração da Faculdade:

- ✓ Diretoria
- ✓ Conselho Acadêmico
- ✓ Coordenação Pedagógica

São órgãos acadêmicos:

- ✓ Coordenadorias
- ✓ Colegiado de curso

Poderão integrar à estrutura organizacional da EDUCA+ outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativo.

Na EDUCA+ existem duas instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais: o NDE — Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso.

5.1.2 Composição do NDE - Núcleo Docente Estruturante

O NDE — Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais é formado por um conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. O NDE do referido curso é composto por:

5.1.2.1 Composição do NDE do Curso

Composição do NDE – Núcleo Docente Estruturante	Titulação	Experiência Profissional
Profa. Ma. Marcia Marisa Corrêa	Mestre	16 anos
Profa. Dra. Bruna Campos Gonçalves	Doutora	2 anos

Composição do NDE – Núcleo Docente Estruturante	Titulação	Experiência Profissional
Prof. Ma. Mariza Mendes	Mestre	18 anos
Profa. Ma. Telma Marques	Mestre	13 anos
Prof. Ma. Josefina Valentini de Santi	Mestre	10 anos

Todos os docentes do NDE participam da implementação e consolidação do presente PPC do curso em questão.

5.1.3 Titulação do NDE

Os docentes que compõem o NDE do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Todos nomeados conforme portaria de nomeação, e evidenciados no quadro anterior.

5.1.4 Experiência Profissional do NDE

Os docentes, evidenciados no quadro disponibilizado anteriormente, e responsáveis pelo NDE do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da EDUCA+, fazem parte de uma das faces do tripé que envolve as seguintes características: o domínio na área do conhecimento; a experiência profissional naquela área; e o domínio didático-pedagógico; desta forma, apresentamos abaixo um quadro com tempo de experiência profissional no magistério.

5.1.5 Regime de Trabalho do NDE

Dos docentes que compõem o NDE do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, 25% deles trabalham em regime de tempo integral, e os demais, 75% dos docentes, são contratados em regime de tempo parcial.

5.1.6 Titulação, Formação Acadêmica e Experiência do Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

A coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais se realiza pela Professora Mestra Marcia Marisa Corrêa¹² que tem o título de mestre em Administração, Comunicação e Educação pela Universidade São Marcos, em um mestrado interdisciplinar. Seu bacharelado é em Direito Empresarial pela Universidade São Paulo.

¹² CV Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6309002318228282>.

De acordo com o resumo de atividades disponibilizado na Plataforma Lattes, nos últimos 15 anos ministra aulas nos cursos de Administração de Empresas, Tecnológicos, Serviço Social, Direito e Pós Graduação nas seguintes disciplinas: Elaboração e Análise de Projetos, Gestão Empreendedora (teoria e prática), Teoria Geral e Fundamentos da Administração, Estratégia Empresarial (teoria e prática), Administração e Planejamento de Marketing/Vendas (teoria e prática), Estrutura e Gestão de Processos (antiga OSM) aliada ao Redesenho Organizacional (BPM/CBOK *guide*), Administração da Produção, Gestão da Produção Logística, Tópicos Especiais da Administração, Tendências de Marketing e Marketing de Luxo, Marketing e Divulgação de Eventos / Planejamento de Eventos; Planejamento e Desenvolvimento em RH, Legislação Trabalhista, Social e Previdenciária, Direito Empresarial, Linguagem e Interpretação de Textos / Linguagem Jurídica, Ciência Política, Economia Política, Teoria da Tomada de Decisão e *Business Intelligence*, Gestão da Diversidade, Gestão de Competências, Lógica e Interpretação de Dados, e outras.

Conteudista: UNIMESVIRTUAL (Santos-SP- 2008/2009) nas disciplinas: Administração de MPE's; Legislação das MPE's; Administração da Produção I e II; Inovação e Competitividade Empresarial; SUMARÉ – ISES 2011/2013) na disciplina Planejamento Estratégico Empresarial; BRASIL EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. (New Education – Campinas) nas disciplinas Fundamentos da Administração Pública (2013), Contabilidade e Orçamento Públicos (2014). Gestão da Qualidade e da Produtividade (2017). GRUPO EDUCA+: disciplinas: Gestão de Processos, Gestão de Projetos, História Social e Econômica Moderna, Metodologias do Ensino de Artes na Educação Básica - Parte II, Teoria da Democracia, História Social e Econômica Moderna e Sociedade e Tecnologia.

- ✓ Possui mais de 300 TCCs orientados.
- ✓ Participante de Colegiado e NDE das instituições em que atua; possui PPCs, ementários e Planos de Ensino, sempre atualizados dentro do contexto curricular do MEC, e junto aos professores que ministram as disciplinas, a cada ano.
- ✓ Participante ativa de palestras, seminários, cursos de extensão, e outros.
- ✓ Nos anos de jan/2010 até dez/2011 assumiu o cargo de coordenadora dos Cursos de Pós Graduação Lato Senso da Faculdade Sumaré, a saber: na área de educação > Alfabetização de Letramento, Formação de Professores para o Ensino Superior; área de negócios > Controladoria, Comunicação Executiva e Eventos, Comércio Internacional e Especialização em Marketing; área pública > Modernização da Gestão Publica; área de tecnologia da informação

- > Governança em T.I. Nesta coordenação fazia, também, a parte comercial junto ao marketing da Faculdade Sumaré. Deixa esta coordenação para iniciar um doutorado em Educação, pela UNIMEP, o qual encontra-se com a matrícula trancada devido à localização e, a consequente dificuldade em frequentar o curso.
- ✓ Responsável pela elaboração e apresentação do PAI – Projeto de Atividades Interdisciplinares, na EDUCA+, que atualmente se dá na Semana Acadêmica, no final de cada semestre.
- ✓ A partir da aprovação/MEC deste PPC o coordenador estará contratado em regime integral de 40 (quarenta) horas para coordenar o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, por esta IES.

5.1.7 Atuação do Coordenador do Curso

A participação dos coordenadores de cursos e professores em órgãos Colegiados está prevista no Regimento Interno da EDUCA+ no Conselho Acadêmico. A gestão e a coordenação didático-pedagógica da EDUCA+ será exercida pelo Coordenador Pedagógico designado pela Mantenedora e, assim, o coordenador do curso possui habilitação condizente ao curso, com condições de um melhor acompanhamento do curso, sendo suas atribuições:

- ✓ Definir ou redefinir a concepção, os objetivos e finalidades e o perfil do profissional a ser formado pelo curso;
- ✓ Colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- ✓ Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a ser formado e com as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- ✓ Promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- ✓ Fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- ✓ Estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares;
- ✓ Executar periodicamente a auto-avaliação do curso e a avaliação institucional;

- ✓ Opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores;
- ✓ Apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assuntos de interesse do curso;
- ✓ Decidir sobre a dependência de disciplinas na programação acadêmica do aluno, respeitado o disposto neste Regimento e em normas do Conselho Acadêmico;
- ✓ Definir a organização e a administração de laboratórios e materiais relativos ao ensino;
- ✓ Estimular o programa de monitoria;
- ✓ Incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- ✓ Estimular práticas de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- ✓ Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- ✓ Exercer outras atribuições conferidas por este Regimento e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

5.1.8 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

A partir da aprovação/MEC deste PPC o coordenador estará contratado em regime integral de 40 (quarenta) horas para coordenar o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, por esta IES.

Portanto, o coordenador do curso em questão, deve ser contratado em regime de tempo integral (40 horas), dedicada as atividades acadêmicas e administrativas. Considera-se importante, também, que ao menos uma parte da carga horária do coordenador seja dedicada à docência para que mantenha um contato estreito com o cotidiano acadêmico do curso. O coordenador do curso, também é o presidente do Conselho de Curso, do NDE e participa, regularmente, nas reuniões dos órgãos colegiados da EDUCA+.

5.2 Quadro Corpo Docente

O processo de preparação dos materiais envolve equipes especializadas de multiprofissionais: professores, tutores, *designers*, editores, servidores e técnicos administrativos, que atuam em conjunto; e, de forma atingir os objetivos propostos, os

colaboradores recebem capacitação das equipes envolvidas pelas Oficinas de Preparação de Professores e Tutores para a EaD, com a finalidade de garantir a qualidade do curso.

Desta feita, tem como política a contratação e reposição de professores com considerável experiência profissional aliada a uma sólida formação acadêmica.

Considerando sua missão, visão e o caráter fortemente vocacional de seus currículos, a prioridade em termos de composição do corpo docente é para professores que atuem profissionalmente nas áreas em que lecionam, porém sem desconsiderar a titulação acadêmica. A IES busca combinar estes indicadores com outros fatores, tais como: pluralidade de origem institucional onde se formaram os docentes e equilíbrio em termos de faixa etária, com participação de jovens que iniciam sua trajetória acadêmica ao longo dos últimos cinco anos e outros docentes bastante experientes.

Há uma efetiva preocupação com a aderência dos professores em relação aos conteúdos ministrados; os docentes são incentivados, durante as reuniões acadêmico-pedagógicas, pelas coordenações dos cursos de graduação e suas respectivas diretorias, à socialização de suas experiências profissionais e acadêmicas com os demais colegas. Essa transferência de conhecimento e análise crítica dos planos de ensino das respectivas disciplinas proporcionam oportunidade impar para atualização dos conteúdos e consequente aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

A IES acredita ser fundamental compor seu quadro docente com professores que estejam alinhados com a estrutura institucional e com seus objetivos mais legítimos, que acabam por se constituir como identidade da EDUCA+ e seu PPI: ou seja, um grupo de docentes que não apenas se identifica com este PPC como, também, contribui de forma vigorosa para seu aperfeiçoamento e gradual eficácia teórica e metodológica.

A referência a essa aderência do perfil docente em face da concepção do presente PPC é relevante na medida em que o 'Projeto' é socialmente construído, e que um de seus atores principais é exatamente o grupo de professores que o realiza cotidianamente, a partir de suas próprias perspectivas sobre a educação: são as competências e habilidades do corpo docente que, afinal, tornam concreto o que é apenas intenção. Assim, PPCs e currículos deixam de serem abstrações, apenas quando se materializam em forma de práticas e resultados alcançados.

Em decorrência de sua missão, em relação ao corpo docente, a EDUCA+ pretende atender aos requisitos legais em relação à titulação dos professores, ou mesmo ultrapassá-los na medida da conveniência e possibilidade. O planejamento acadêmico-pedagógico da área contempla como essencial nos processos para seleção e contratação de docentes uma avaliação de perfil psicológico-profissional por meio de uma prova situacional, teste

de personalidade, dinâmica específica e entrevista individual. Agregue-se a essas medidas uma apresentação pessoal com a simulação de uma aula, a partir de tema escolhido em comum acordo com o docente.

5.2.1 Titulação e % de Participação da Titulação do Corpo Docente

A princípio, os quadros que seguem dos docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais mostram os 18 (dezoito) professores que iniciarão o curso e a % das respectivas titulações no curso:

PROFESSORES	TITULAÇÃO
Profa. Ma. Marcia Marisa Corrêa	Mestre
Profa. Ma. Valdirene Possani	Mestre
Prof. Ma. Claudinéia Alves	Mestre
Profa. Ma. Telma Marques	Mestre
Profa. Ma. Virginia Vieira Marcondes	Mestre
Profa. Ma. Josefina Valentini de Santi	Mestre
Profa. Ma Eliana Negreiros	Mestre
Prof. Ms. Marcos Rogério Chiesa Ketelhut	Mestre
Profa. Dra. Mônica Hashimoto Iha	Doutora
Profa. Dra. Bruna Campos	Doutora
Profa. Dra. Mariana Oliveira Arantes	Doutora
Profa. Ma Mariza Mendes	Mestre
Prof. Ms. Dimas Cássio Simão	Mestre
Prof. Dr. Carlos Eduardo Rocha Santos	Doutor
Prof. Ms. Carlos Alberto Ferreira Marta	Mestre
Profa. Ma. Eliana Costa da Cruz de Negreiros	Mestre
Profa. Rogerio Sarkis	Mestre
Profa. Ma. Adriana Fiore	Mestre

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	%
DOUTOR	04	22
MESTRE	14	78
ESPECIALISTA (1)	00	00
TOTAL	18	100

5.2.2 Número de disciplinas por Docentes

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da EDUCA+ possui 50 disciplinas, e se considerando que ele é ministrado durante os 8 (oito) semestres, e que o número de docentes do curso a princípio serão 18 docentes, temos em média 2 a 3 disciplinas por professor.

5.2.3 Regime de Trabalho do Corpo Docente

Os docentes que compõem o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais atendem o que está expresso no PDI da IES, por meio do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, publicado em maio de 2011.

Abaixo, segue um quadro dos docentes e o respectivo regime de trabalho de cada um:

PROFESSORES	REGIME DE TRABALHO
Profa. Ma. Marcia Marisa Corrêa	Integral
Profa. Ma. Valdirene Possani	Parcial
Prof. Ma. Claudinéia Alves	Integral
Profa. Ma. Telma Marques	Integral
Profa. Ma. Virginia Vieira Marcondes	Parcial
Profa. Ma. Josefina Valentini de Santi	Parcial
Profa. Ma Eliana Negreiros	Parcial
Prof. Ms.Marcos Rogério Chiesa Ketelhut	Parcial
Profa. Dra. Mônica Hashimoto Iha	Parcial
Profa. Dra. Bruna Campos	Integral
Profa. Dra. Mariana Oliveira Arantes	Parcial
Profa. Ma Mariza Mendes	Parcial
Prof. Ms. Dimas Cássio Simão	Parcial
Prof. Dr. Carlos Eduardo Rocha Santos	Parcial
Prof. Carlos Alberto Ferreira Marta	Parcial
Profa. Eliana Costa da Cruz de Negreiros	Parcial
Prof. Rogerio Sarkis	Parcial
Profa. Adriana Fiore	Parcial

5.2.4 Experiência Profissional do Corpo Docente

Ademais, dos docentes que compõem o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais 98%, deles, têm experiência acadêmica na educação fundamental e infantil, de acordo com o quadro abaixo.

Assim, dos docentes que compõem o Curso de Licenciatura em Artes Visuais, 100 % deles têm experiência acadêmica na educação superior e os mesmos 100% deste corpo docente tem experiência no magistério, considerando Educação Básica e Ensino Superior.

Segue, abaixo, o demonstrativo com a lista dos docentes com o número de anos de experiência de magistério fundamental e superior de cada um deles.

DOCENTE	EXPERIÊNCIA	
	Ensino Fundamental / Infantil	Ensino Superior
Profa. Ma. Marcia Marisa Corrêa	00	16
Profa. Ma. Valdirene Possani	02	16
Prof. Ma. Claudinéia Alves	05	14
Profa. Ma. Telma Marques	11	13
Prof. Ma. Virginia Marcon	16	05
Profa. Josefina Valentini de Santi	42	10
Profa. Eliana Negreiros	29	08
Prof. Marcos Rogério Chiesa Ketelhut	10	06
Profa. Mônica Hashimoto Iha	00	02
Profa. Bruna Campos	00	02
Profa. Mariana Oliveira Arantes	00	02
Profa. Mariza Mendes	12	18
Prof. Dimas Cássio Simão	12	05
Prof. Carlos Eduardo Rocha Santos	00	10
Prof. Carlos Alberto Ferreira Marta	24	01
Profa. Eliana Costa da Cruz de Negreiros	29	08
Prof. Rogerio Sarkis	00	12
Profa. Adriana Fiore	12	01

5.3 Estrutura Técnico-Administrativa

O corpo técnico-administrativo da EDUCA+ está estruturado de modo a dar suporte com qualidade, eficiência e rapidez à atividade fim da instituição: o ensino. Para tal, há departamentos administrativos que atendem à instituição como um todo. Esses setores são:

Departamento Financeiro: Localizado na sede da mantenedora, entretanto, mantém um representante na sede da mantida.

Departamento de Comunicação: Localizado na sede da mantenedora; entretanto, mantém um representante na sede da mantida.

Recursos Humanos e Departamento Pessoal: Localizado na sede da mantenedora, entretanto, mantém um representante na sede da mantida.

Tecnologia da Informação (TI): Localizado na sede da mantenedora, entretanto, mantém um representante na sede da mantida.

Secretaria: Localizada no andar térreo da mantida, com estrutura adequada para o atendimento das demandas do alunado.

5.4 Sobre os Cursos Oferecidos a Distância

5.4.1 Material didático e instrucional

O material didático será constituído por apostilas (livros da disciplina) e videoaulas, sendo que as apostilas serão disponibilizadas de forma digital, com direito de impressão para o estudante. Serão escritas pelos professores de cada disciplina, com base na bibliografia indicada e seguirão a cronologia de oferta do curso. Os temas de cada disciplina serão apresentados por meio de textos descritivos e explicativos, permeados por imagens ilustrativas, de acordo com a sua natureza.

As videoaulas serão gravadas e disponibilizadas no AVA — Ambiente Virtual de Aprendizagem, para acesso do estudante. Não serão permitidas cópias e a única forma de assistir a elas será por meio do AVA. As aulas tratarão dos temas de cada disciplina na sequência prevista na ementa e utilizarão diferentes tecnologias e metodologias de ensino. Poderão ser expositivas, na forma de debates com convidados especiais; gravadas em ambientes externos; ou de outras formas, apropriadas à abordagem dos temas. Estas videoaulas serão disponibilizadas para os estudantes seguindo a cronologia de oferta do curso, em consonância com a matriz curricular. Uma vez postadas no ambiente virtual, ficam disponíveis para acesso a qualquer tempo, permitindo ao estudante a flexibilidade de tempo e a possibilidade de revisão a qualquer tempo.

As leituras complementares poderão ser indicadas por meio de arquivos em PDF para download ou por meio de links que levem a páginas de conteúdos internas do AVA, ou até mesmo externas.

O Guia Geral do Curso é documento digital construído com textos, imagens e links para vídeos, que tem por finalidade disponibilizar ao estudante todas as informações relativas ao funcionamento do curso, cujo conteúdo será indexado para facilitar o acesso e o entendimento. Nele constarão informações relativas à estrutura do curso, seu funcionamento, duração, dentre outras, consistindo em um resumo do Projeto Pedagógico, didaticamente construído para que o estudante possa ter uma visão total do curso.

O Guia Geral do estudante terá a mesma estrutura do Guia Geral do Curso. Nesse caso, tratará das questões relativas especificamente ao estudante diante do curso. Nele constarão: o cronograma das atividades do curso; as informações de como funciona o AVA, inclusive com indicação de links para os tutoriais; as formas de comunicação com tutores, com endereços eletrônicos, fóruns e chats com dias e horários, no caso do atendimento síncrono. Muitas informações serão comuns a ambos os guias.

5.4.2 Equipe Profissional Multidisciplinar

A oferta da educação a distância requer uma equipe multidisciplinar capaz de planejar, produzir e distribuir todas as atividades educacionais, de tal maneira que facilite ao máximo a realização do curso pelo estudante.

No caso dos cursos oferecidos pela EDUCA+ o planejamento e a oferta do curso estarão a cargo do Coordenador Geral, acompanhado pelos professores de cada disciplina e por uma equipe técnica de produção e distribuição de mídias.

As questões pedagógicas serão fornecidas pelos professores, tais como a definição do conteúdo de cada aula e das atividades de verificação do aprendizado, e serão encaminhadas à equipe de produção de mídia, para formatação e gravação das videoaulas, quando, por fim, serão postadas no AVA para acesso dos estudantes.

Esse processo ocorre dinamicamente ao longo do oferecimento do curso, seguindo sua cronologia. Dessa forma é possível realizar as adequações que se fizerem necessárias e percebidas nos processos de avaliação da aprendizagem realizados ao final de cada módulo do curso ou em decorrência das manifestações dos estudantes nos ambientes próprios do AVA.

5.4.3 PFC — Programa de Formação Continuada de Tutores, Técnicos e Administrativos

A EDUCA+ proporcionará aos tutores, aos técnicos e aos administrativos uma formação continuada com o objetivo de, aos seus conhecimentos específicos, acrescentar outros que sejam importantes para que realizem suas atividades com maior competência e qualidade.

A formação continuada será oferecida em ciclos anuais, por meio de dois módulos denominados inicial e continuado, com duração de 10 e 40 horas, respectivamente, utilizando metodologia a distância. A participação dos colaboradores na formação continuada é obrigatória e será aferida por meio da entrega de atividades no Ambiente Virtual específico para esse fim.

Os temas oferecidos no módulo inicial – de preferência, antes do início da atividade ou nas suas primeiras semanas de trabalho – destinam-se aos profissionais recém-contratados que ainda não possuem grande experiência. O colaborador contratado que comprovar experiência de pelo menos 2 (dois) anos estará dispensado de cumprir o módulo inicial. O módulo continuado será cumprido por todos, independente a formação ou do tempo de serviço.

A cada execução de um ciclo do PFC, no módulo continuado, os conteúdos dos temas serão modificados, de forma que o colaborador tenha acesso a uma atualização permanente. No módulo inicial, os conteúdos serão aqueles mínimos para o início das suas atividades em sala de aula.

A cada cumprimento de um ciclo de formação continuada, o colaborador receberá um certificado, no qual estarão especificados os temas e conteúdos com a respectiva carga horária.

5.4.4 Material didático e instrucional

O material didático será constituído por apostilas (livros da disciplina) e videoaulas. As apostilas serão disponibilizadas de forma digital, com direito de impressão para o estudante. Serão escritas pelos professores de cada disciplina, com base na bibliografia indicada e seguirão a cronologia de oferta do curso. Os temas de cada disciplina serão apresentados por meio de textos descritivos e explicativos, permeados por imagens ilustrativas, de acordo com a sua natureza.

As videoaulas serão gravadas e disponibilizadas no AVA para acesso do estudante. Não serão permitidas cópias e a única forma de assistir a elas será por meio do AVA. As aulas tratarão dos temas de cada disciplina na sequência prevista na ementa e utilizarão diferentes tecnologias e metodologias de ensino. Poderão ser expositivas, na forma de debates com convidados especiais; gravadas em ambientes externos; ou de outras formas, apropriadas à abordagem dos temas. Estas videoaulas serão disponibilizadas para os estudantes seguindo a cronologia de oferta do curso, em consonância com a matriz curricular. Uma vez postadas no ambiente virtual, ficam disponíveis para acesso a qualquer tempo, permitindo ao estudante a flexibilidade de tempo e a possibilidade de revisão a qualquer tempo.

As leituras complementares poderão ser indicadas por meio de arquivos em PDF para download ou por meio de links que levem a páginas de conteúdos internas do AVA, ou até mesmo externas.

O Guia Geral do Curso é documento digital construído com textos, imagens e links para vídeos, que tem por finalidade disponibilizar ao estudante todas as informações relativas ao funcionamento do curso, cujo conteúdo será indexado para facilitar o acesso e o entendimento. Nele constarão informações relativas à estrutura do curso, seu funcionamento, duração, dentre outras, consistindo em um resumo do Projeto Pedagógico, didaticamente construído para que o estudante possa ter uma visão total do curso.

O Guia Geral do estudante terá a mesma estrutura do Guia Geral do Curso. Nesse caso, tratará das questões relativas especificamente ao estudante diante do curso. Nele constarão: o cronograma das atividades do curso; as informações de como funciona o AVA, inclusive com indicação de links para os tutoriais; as formas de comunicação com tutores, com endereços eletrônicos, fóruns e chats com dias e horários, no caso do atendimento síncrono. Muitas informações serão comuns a ambos os guias.

5.4.5 Equipe Profissional Multidisciplinar

A oferta da educação a distância requer uma equipe multidisciplinar capaz de planejar, produzir e distribuir todas as atividades educacionais, de tal maneira que facilite ao máximo a realização do curso pelo estudante.

No caso dos cursos oferecidos pela EDUCA+ o planejamento e a oferta do curso estarão a cargo do Coordenador Geral, acompanhado pelos professores de cada disciplina e por uma equipe técnica de produção e distribuição de mídias.

As questões pedagógicas serão fornecidas pelos professores, tais como a definição do conteúdo de cada aula e das atividades de verificação do aprendizado, e serão encaminhadas à equipe de produção de mídia, para formatação e gravação das vídeo-aulas, quando, por fim, serão postadas no AVA para acesso dos estudantes.

Esse processo ocorre dinamicamente ao longo do oferecimento do curso, seguindo sua cronologia. Dessa forma é possível realizar as adequações que se fizerem necessárias e percebidas nos processos de avaliação da aprendizagem realizados ao final de cada módulo do curso ou em decorrência das manifestações dos estudantes nos ambientes próprios do AVA.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 Instalações Gerais

Dependências/Serventias	Quantidade	M ²
Sala de Direção	01	16,04
Sala de Coordenação (6º andar)	01	60,604
Sala de Coordenação (térreo)	04	47,43
Sala de Professores	01	41,25
Sala de Recursos Materiais/Almoxarifado	01	37,45
Salas de Aula	28	50,40
Sanitários Fem.	06	39,56
Sanitários Masc.	05	39,56
Sanitário Deficiente	07	9,24
Sanitário dos Professores (masc./fem.)	02	4,94
Pátio Coberto/Área de Lazer/Convivência	01	464,75
Setor de Atendimento/Tesouraria	02	14,96
Secretaria	02	16,27
Praça de Serviços/Praça de Alimentação	01	464,75
Laboratórios de Informática	01	77,90
Auditório	01	97,70
Laboratório Experimental	01	51,04
Biblioteca	01	119,28
Hall de Recepção	01	61,04
Área de Convivência	01	464,75
Outras dependências	01	218,00

6.2 Infraestrutura Específica para o Curso

A infraestrutura específica descrita neste tópico refere-se aos recursos de biblioteca de suporte ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o Laboratório Experimental e o Laboratório de Informática.

As demais instalações e componentes da infraestrutura são elementos do PDI — Plano de Desenvolvimento Institucional, do qual este projeto é parte integrante.

6.2.1 Recursos de Biblioteca e de Suporte ao Curso

No atual mundo, que exige estarmos mais e mais hiperconectados quer presencial ou virtualmente, o papel das bibliotecas nas comunidades, nas faculdades, nas

universidades e nos centros culturais tem sido de suma relevância, pois nestes locais, mais do que o simples armazenamento de livros, as bibliotecas resistem, sendo lugares em que as pessoas podem se reunir para explorar, interagir, aprender e ensinar. Elas têm uma importância enorme na história da nossa civilização, sendo os locais onde todo ou grande parte do conhecimento produzido por determinada civilização ou grupo de pessoas era compilado, em diferentes épocas e eras. A partir do conteúdo de uma determinada biblioteca, é possível conhecer toda a história do povo que a construiu.

A biblioteca de uma IES possui um papel primordial ao dar o suporte ao ensino difundido dentro dela, assim como às atividades de pesquisa e extensão realizadas pela IES a qual pertence. Além disso, com um bom acervo de livros, periódicos e publicações dos mais variados assuntos, bem como a presença de espaços físicos acolhedores, que promovam a interação entre os frequentadores, a simples existência da biblioteca dentro de uma IES já funciona como um grande incentivo ao hábito da leitura. Por tudo isso, é importante que as bibliotecas nas IES sejam valorizadas e preservadas, e que os professores da instituição incentivem a utilização desse espaço de saber em seus alunos, indicando bibliografias e livros presentes no acervo.

Assim, para garantir a ampliação e assegurar a qualidade do acervo à biblioteca da EDCA+ conta com uma Política de Desenvolvimento de seu acervo, que determina a inclusão de lançamentos atualizados do mercado editorial, nas áreas de atuação dos cursos desta IES, e que contribuam com a formação educativa e profissional do corpo docente e discente da instituição.

Desta forma, o acervo é composto pela sugestão bibliográfica feita pelos professores e alunos, catálogos atualizados de diversas editoras, livrarias e pesquisas em outras bibliotecas. A biblioteca atende sugestões bibliográficas dos coordenadores de curso. Também, docentes, funcionários e alunos, podem solicitar ao coordenador, que repassa, se necessários, diretamente para a gerência da biblioteca.

A EDUCA+ disponibiliza a Biblioteca Virtual Universitária da Pearson Education do Brasil, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) como acervo de mais de 4.000 títulos em diversas áreas do conhecimento, que pode substituir parte da bibliografia básica e até 100% da biblioteca complementar. Permite, também, a integração com outros acervos da biblioteca tradicional, facilitando as buscas. Dentre as facilidades estão: consulta a milhares de obras, leitura integral na tela do computador, bem como editor de texto e anotações eletrônicas nas páginas, além da possibilidade de marcar como favoritos determinados títulos para pesquisas específicas.

A aquisição do acervo se apresenta sob as seguintes formas:

Compra: centraliza o processo de compra de publicações e materiais informacionais. Ao atender sugestões para aquisição, existe um processo de prioridade para compra; literatura básica, indicação de leitura (feita pelo professor), sugestões de funcionários e alunos.

Doação: o processo de recebimento de doação contempla livros, periódicos e outros suportes informacionais; havendo interesse para o acervo, são encaminhados para análise, verificando a pertinência temática e o estado de conservação do material. Sendo que esta avaliação é de responsabilidade da equipe bibliotecária.

Os serviços oferecidos pela Biblioteca para os usuários são: consultas, reservas, empréstimos para os diversos usuários e empréstimos domiciliares. O serviço de empréstimo, consultas e reservas obedecem a regulamento próprio.

Por fim, a biblioteca é dirigida por profissional devidamente habilitado na área, com formação em biblioteconomia, contratada pela mantenedora, com as seguintes atribuições:

- ✓ Registrar, catalogar, classificar e conservar o material bibliográfico da EDUCA+;
- ✓ Organizar coleções de referência bibliográfica e mantê-las atualizadas;
- ✓ Manter serviços de informações e intercâmbios;
- ✓ Exercer as demais atribuições previstas em lei e no Regimento Interno da EDU- CA+, ou as que lhe forem conferidas pela diretoria.

Funcionando como fonte de consultas e referências, a Biblioteca cumpre um importante papel na formação e na vida profissional do educando, e não deixa de ser uma das grandes possibilidades laboratoriais para o aprendizado acadêmico.

Atuando, também, como centro de documentação e informação da EDUCA+, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso é livre, mediante a comprovação da vinculação a Faculdade.

Além do acervo específico da área, a Biblioteca manterá à disposição dos alunos de Licenciatura em Ciências Sociais, obras de referência, acervo abrangente a outras áreas de conhecimento e futuramente disponibilizará, aos alunos e professores, uma biblioteca eletrônica, que poderão ser utilizados nos computadores disponíveis, contribuindo para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

Como já informado anteriormente, ressaltamos que com a rápida expansão da sociedade do conhecimento, informações ágeis e eficientes são indispensáveis. Por este motivo, a biblioteca da EDUCA+ tem como responsabilidade apoiar, organizar e disseminar todas as formas de conhecimento necessárias ao desenvolvimento acadêmico do corpo docente, corpo discente, e de outros usuários que possam vir a integrar a comunidade assistida pela biblioteca através de convênios, trabalhos assistenciais ou qualquer outro projeto institucional que se dirija para fora dos portões da Faculdade. Para que estes propósitos se realizem, a biblioteca da EDUCA+ disponibilizará:

- ✓ Acervo plenamente inserido nos padrões de qualidade exigidos, composto por ampla quantidade de material informacional atualizado;
- ✓ Instalações adequadas, conforme exigências do MEC, atendendo necessidades de conforto assim como de segurança;
- ✓ Tratamento técnico de todo material, contando ainda com programa para administração do mesmo;
- ✓ Serviços e produtos em constante processo de melhoria, desenvolvidos por pessoal técnico capacitado.

6.2.2 Espaço Físico

A área total da Biblioteca é de 119,28 m², distribuídos conforme quadro a seguir:

INFRA-ESTRUTURA	N°	Área
Disponibilização do Acervo /Consulta ao acervo	01	20,00
Leitura em grupo/circulação	08	62,56
Leitura individual	06	7,20
Administração e processamento técnico do acervo/recepção e atendimento ao usuário	01	8,40
Acesso a Internet	08	12,30
Ambiente privado para estudo em grupo	02	8,82
TOTAL		119,28

Legenda:

N° é o número de locais existentes;

Área é a área total em m².

6.2.3 Acervo do Curso

6.2.3.1 Livros

O acervo específico para o curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais conta com livros, obras de referência, obras clássicas de autores nacionais e estrangeiros e obras contemporâneas. Dentre esses exemplares, estarão, obrigatoriamente, os títulos relacionados como bibliografia básica das disciplinas neste projeto, em quantidades de volumes plenamente adequadas ao número de alunos (um volume para cada seis alunos na bibliografia básica).

Além desse acervo específico que é priorizado, a Biblioteca terá à disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento que serão utilizados nos computadores à disposição dos alunos, e que contribuirão para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

LIVROS		PERIÓDICOS (Assinaturas Correntes)	PERIÓDICOS (Assinaturas Correntes online)
TÍTULOS	EXEMPLARES		
692	6.959	18	

ÁREAS	TÍTULOS	VOLUMES	PERIÓDICOS (Assinaturas Correntes)	Audiovisual		
				Vídeos	CD-ROMs	DVDs
Ciências Humanas	188	2.330	18	12	4	26
Ciências Sociais e Aplicáveis	208	2.632		-	-	12
Linguagens e Artes	158	1.031		-	-	-
Ciências Matemáticas e Naturais	138	966		-	-	-
TOTAL	692	6.959	18	1	4	38

6.2.3.2 Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A EDUCA+ aprovou políticas de expansão e de atualização do acervo bibliográfico a partir da consciência de que a biblioteca é setor primordial para se obter

um bom patamar de desempenho. Organizada de forma matricial, a biblioteca funciona como uma espécie de *umbilicus institutionis* - capaz de satisfazer as demandas de conhecimento nas áreas de ensino, pesquisa, tecnologia e serviços.

As diretrizes básicas que orientam o enriquecimento e a atualização da bibliografia à disposição dos usuários estão assim sumarizadas:

- ✓ Consignação de recursos anuais no Planejamento Econômico-Financeiro, para aquisição de títulos e de periódicos do curso pleiteado;
- ✓ Realização de campanhas junto às comunidades atingidas diretamente pela Faculdade, visando a doação de livros e periódicos;
- ✓ Reuniões periódicas com professores e alunos para indicação de títulos de bibliografia básica das disciplinas do curso interessado ou de áreas conexas, seguindo-se, na elaboração das listas, as referências adotadas pela ABTN. As indicações serão encaminhadas para análise do setor competente;
- ✓ Levantamento das estatísticas sobre a demanda dos títulos disponíveis nas estantes, para avaliar o grau de aceitação entre os usuários;
- ✓ Consultas periódicas a professores e alunos, para indicação de títulos que alarguem o acervo das matérias/disciplinas de cada curso ministrado na Faculdade;
- ✓ Verificação de catálogos de livrarias e editoras, para conhecer os novos lançamentos, seja de livros, seja de periódicos e posterior discussão com os professores e alunos sobre o encaminhamento de novos pedidos;
- ✓ Intercâmbio epistolar com editoras e livrarias, inclusive com solicitação de exemplares em regime de consignação, para conhecimento do corpo docente;
- ✓ Celebração de convênios com instituições similares, com vistas à permuta de livros e periódicos e a troca de experiências de gestão de biblioteca;
- ✓ Convites a editoras e livrarias para que utilizem espaços de convivência internos, com exposição de livros, revistas e material bibliotecário;
- ✓ Avaliação anual do sistema de catalogação e disposição do acervo nas estantes, tendo em vista a otimização dos serviços.

As consultas serão otimizadas com a utilização das assinaturas de convênios com outras bibliotecas, centros educacionais e científicos e ligação em rede, via Internet, para acesso a base de dados e acervos amplos, indispensáveis ao incremento das funções do ensino superior.

6.2.4 Equipamentos

6.2.4.1 Equipamentos de Informática

O quadro a seguir exposto demonstra a estrutura tecnológica existente na EDUCA+, com as respectivas configurações e softwares utilizados:

NOME DO LABORATÓRIO	OBJETIVO/ ATIVIDADES	EQUIPAMENTOS	DESCRIÇÃO
Laboratório de Informática	Aulas práticas, pesquisa eletrônica e a aplicação da interdisciplinaridade curricular	40 microcomputadores	Pentium 4 3.2Ghz Dell-Processador- Intel Core Duo E4300
		Modem ADSL Speedy	Link Adsl de 1.2 Mbps – Modem Parks
		08 microcomputadores - Biblioteca	Pentium 4 2.46HZ Celeron 1.7 6hz
		1 roteador	✓ 3 COM

QUANTIDADE	SOFTWARES
40	Creative Suites Premium V.2.3 Ingles
40	Creative Suites Premium All Ingles
40	Microsoft Office 2003 Profissional
40	Microsoft Windows XP Professional SP3

6.2.4.2 Recursos Audiovisuais e Multimídia

Em apoio às metodologias de ensino adotadas, a IES propiciará à sua comunidade acadêmica o uso de tecnologia educacional contemporânea, de acordo com o quadro seguinte:

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Televisor	(2 de 29) (1 de 20) polegadas
Videocassete	02
DVD	03
Retroprojeter	06
Projeter multimídia	08
Microsystem com CD e fita cassette	09
Máquina Fotográfica Digital	03

6.2.4.3 *Laboratórios Específicos*

Além dos Laboratórios de Informática, comuns a todos os cursos, os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais disporão para o desenvolvimento de suas atividades práticas do Laboratório de Estudos e Práticas em Educação de Artes Visuais.

Laboratório de Estudos e Práticas em Educação de Ciências Sociais: com a finalidade de dar suporte didático à formação do licenciado, bem como oferecer um espaço propício para pesquisas em ensino de matemática. O referenciado Laboratório é destinado as atividades didáticas e de pesquisa: aulas de disciplinas relativas ao ensino de Artes Visuais; orientação de Estágios Supervisionados, oferecimentos de oficinas pedagógicas que utilizem materiais didáticos para o ensino de Artes Visuais na Educação Básica e a realização de pesquisas na área da Educação em Artes Visuais. Este laboratório não é classificado como laboratório seco, úmido ou de informática, pois tem utilização mista. Assim abriga, também, além do mobiliário específico:

- ✓ Equipamentos de informática avançados, como computadores e lousa digital ou projetos interativos;
- ✓ Instrumentos artesanais ou lúdicos, comumente destinados ao ensino de artes visuais nas escolas de nível básico;
- ✓ Materiais que permitem a construção e elaboração de novos artefatos, como itens de papelaria e bricolagem;
- ✓ Ferramentas manuais;
- ✓ Livros didáticos, livros paradidáticos ou outras fontes bibliográficas, que se destinam ao uso em atividades de práticas de ensino ou disciplinas correlatas.

Os materiais e equipamentos deste Laboratório podem ser utilizados para a realização de pesquisas na área da Educação em Artes Visuais em nível de graduação (iniciação científica) ou pós-graduação; e, a sua utilização deve seguir as normas especificadas em regulamento próprio.

6.2.5 **AVA — Ambiente Virtual de Aprendizagem**

Entendida pela EDUCA+ como uma das mais importantes etapas da oferta de um curso em EaD, a orientação e o acompanhamento das atividades do estudante é uma obrigação de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Porém, é a atividade fim dos tutores presenciais e a distância.

O AVA utilizado para os cursos oferecidos é capaz de registrar a data, o horário de início e fim de cada acesso, além do protocolo de internet – IP.

Essas informações são armazenadas no banco de dados e podem ser consultadas facilmente pelos tutores. Com base nelas, é possível verificar se o estudante assistiu às videoaulas, se acessou uma leitura complementar, dentre outras atividades. Caso o estudante não esteja acessando suas atividades, seu tutor entrará em contato, primeiramente por e-mail, e, se for necessário, por telefone, com a finalidade de levantar os motivos e oferecer ajuda e motivação.

Além disso, em cada aula, são disponibilizadas ao estudante diferentes atividades, tais como questionários, fóruns, exercícios, entre outras, utilizadas para verificação parcial e contínua da aprendizagem. Essas atividades irão compor até 40% da nota do aluno.

De posse dessas informações, os tutores podem estabelecer um perfil de cada estudante a cada tempo do curso e assim realizarem suas atividades de orientação e motivação. Os estudantes que obtiverem baixo aproveitamento nas verificações de realização de atividades serão contatados via e-mail para orientação, com o intuito de que as realizem novamente, de forma satisfatória.

Aos estudantes que obtiverem bom desempenho nessas atividades também será enviado e-mail, porém parabenizando-os pelo empenho e incentivando-os a seguir nessa trilha. Outro acompanhamento realizado pelo tutor está relacionado ao resultado obtido pelo estudante na avaliação da aprendizagem. Há duas situações:

- 1) Estudantes com desempenho abaixo da média: o tutor deverá estabelecer contato no sentido de agendar atividades de recuperação da aprendizagem disponíveis tanto no ambiente virtual quanto de forma presencial, na EGEA.
- 2) Estudantes com desempenho na média, ou acima dela: o contato será para enaltecer o trabalho do estudante e orientá-lo quanto à disponibilidade de atividades complementares, não obrigatórias, disponíveis no AVA para o aprimoramento do conhecimento profissional.

6.3 Dimensões, indicadores, processos e instrumentos da Autoavaliação

DIMENSÕES	INDICADORES	PROCESSOS / METODOLOGIA	INSTRUMENTOS
PDI	Documentos legais; Objetivos, duração e carga horária do curso; Perfil profissiográfico; Necessidades e expectativas do sistema produtivo.	Levantamento, organização, análise do regulamento	Fichas de registro e relatórios.

DIMENSÕES	INDICADORES	PROCESSOS / METODOLOGIA	INSTRUMENTOS
Projeto Pedagógico	<p>Matriz curricular: Ementário; Planos e programas de ensino. Regime acadêmico.</p> <p>Disciplinas; Atividades complementares de ensino;</p> <p>Estágio supervisionado.</p>	<p>Compatibilidade das disciplinas x carga horária. Análise do perfil profissional x perspectivas do mercado de trabalho.</p> <p>Metodologia e articulação com o processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Eficiência e eficácia do estágio, em relação à interação do processo ensino aprendizagem x sistema produtivo.</p>	<p>Registro dos documentos e analise.</p> <p>Registros dos documentos e analise.</p> <p>Ficha de registros.</p>
Corpo docente	<p>Regime de trabalho (integral, parcial) carga horária. Qualificação Acadêmica (titulação). Adequação de professores à disciplina do curso (qualificação e experiência profissional relativa à disciplina) Critérios de seleção. Relação professor/ aluno por disciplina. Produtividade do corpo docente (trabalhos publicados, participação em seminário etc.) Autoestima e avaliação dos pares. Avaliação do desempenho do professor pelos alunos. Indicie de satisfação e insatisfação dos alunos.</p>	<p>Compatibilização dos alunos aprovados x quantidade de profissionais necessários ao mercado; análise da produtividade x regime de trabalho e carga horária; Análise do professor pelos alunos; Análise da relação estágio supervisionado x docente envolvido; Organização análise, descrição e interpretação dos dados levantados.</p>	<p>Questionários, fichas de registros, reuniões, palestras, seminários, recursos audiovisuais</p>
Corpo Técnico-administrativo	<p>Formação. Regime de trabalho.</p>	<p>Compatibilidade entre a quantidade x qualidade, em relação às demandas operacionais.</p>	<p>Reuniões, pesquisa através de questionários.</p>
Responsabilidade social.	<p>Produção científica. Empregabilidade x trabalhabilidade. Acessibilidade: ingresso, permanência e promoção dos indivíduos e cidadãos.</p>	<p>Impacto para o desenvolvimento regional e nacional . Relação setor público e privado.</p>	<p>Pesquisa junto à comunidade discente, e o sistema produtivo, utilização de questionários,</p>

DIMENSÕES	INDICADORES	PROCESSOS / METODOLOGIA	INSTRUMENTOS
		Política de ação inclusiva para o fortalecimento da democracia.	desenvolvimento de atividades.
Comunicação com a sociedade	Recursos e qualidade da comunicação, interna e externa. Quais meios de comunicação utiliza? Divulgação das informações.	Compatibilização dos recursos utilizados, clareza, precisão, frente às demandas.	Coleta e análise dos instrumentos utilizados para divulgação, como: Planos de marketing, meios eletrônicos, folder, etc.
Organização e Gestão da Instituição	Planos de gestão e de metas.	Gestão orientada para resultados ou processos? Centralização ou descentralização. Compatibilizar gestão colegiada com democracia.	Atas de órgão colegiados, regulamentos internos, normas acadêmicas, mecanismos de controle de normas acadêmicas e organogramas.
Infra-estrutura física.	Salas de aula, biblioteca, laboratórios, área de lazer, transporte, equipamentos de informática.	Compatibilizar quantidade x qualidade sua plena utilização e conservação.	Quadro da Instituição – central e setorial
Egressos	Pesquisas ou estudos.	Dados sobre a ocupação dos egressos, opinião sobre a formação recebida, nível de participação na instituição.	Sociograma.
Sustentabilidade de Financeira	Políticas de captação e alocação de recursos.	Compatibilidade entre : PDI, PPI e programas de ensino, pesquisa e extensão.	Planilhas de gastos Folhas de pagamento. Planilha de liberação de verbas para formações corpo docente e técnico administrativo.
Plano de avaliação Institucional	Políticas e ações para uma cultura de avaliações já existentes.	Leitura e análise dos indicadores existentes e a correção de rumos.	Relatórios. Gráficos.